

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Transição Justa em Portugal
O caso do encerramento da Central do Pego

João Miguel Estrompa de Almeida

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:

Licenciado Paulo José Fernandes Pedroso, Professor Associado Convidado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Transição Justa em Portugal
O caso do encerramento da Central do Pego

João Miguel Estrompa de Almeida

Mestrado em Políticas Públicas

Orientador:

Licenciado Paulo José Fernandes Pedroso, Professor Associado Convidado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022

Para as minhas filhas Maria Rita e Ana Rosa
Para a Andreia

Agradecimentos:

Agradeço em primeiro lugar ao Dr. Paulo Pedroso ter-me orientado ao longo deste trabalho, com a sua sabedoria e paciência. As conversas que tivemos foram sempre muito elucidativas e tiveram o condão de me ensinar como se investiga em Ciências Sociais. O que, para a minha formação de base, foi muito enriquecedor.

Agradeço aos meus amigos Catarina Homem, Isabel Cotrim e Miguel Graça que me empurraram e motivaram a fazer este mestrado. Aos meus amigos João Afonso, Paulo Santos, Paulo Coimbra, Sérgio Xavier e Carla Oliveira, que em várias fases do mestrado comigo conversaram e me ajudaram a clarificar ideias. Assim como ao Pedro Múrias a sua disponibilidade para rever o texto. Agradeço de uma forma genérica às várias pessoas com quem me fui cruzando, pois cada uma, a seu modo, me ajudaram a abrir horizontes e mostraram novas formas de compreender o mundo. Agradeço ainda à Maria José Maia, minha chefe nos últimos seis meses, a compreensão por algumas ausências que me permitiram avançar neste trabalho.

Um agradecimento especial à minha mãe pelo apoio dado e que permitiu fazer este mestrado.

Por fim tenho de agradecer especialmente à Andreia, a paciência que teve, as tarefas quotidianas de que me libertou e, como se já não fosse muito, ainda teve energia para rever todo o texto.

E claro, à Maria Rita e à Ana Rosa, o tempo que não lhes dediquei.

Resumo:

Em Novembro de 2021 a Central a carvão do Pego encerrou a sua laboração. Este trabalho procura avaliar os impactos desse encerramento e se esse encerramento corresponde a uma transição justa. A partir de diferentes definições do conceito de Transição Justa e em função dos impactos causados pelo encerramento, nos trabalhadores e no território, chegou-se a uma conceptualização com 5 dimensões. Questionaram-se os actores chave por forma a avaliar a justeza da transição ocorrida, tendo-se concluído que até ao momento, existem dimensões que contribuem para a justiça da transição, enquanto outras não. Concluiu-se, também, que o uso da mesma metodologia, num prazo de dois ou três anos, pode conduzir a resultados diferentes, em função da duração dos apoios aos trabalhadores e dos processos de desenvolvimento territorial em curso.

Palavras-chave:

Transição Justa, Alterações Climáticas, Descarbonização, Trabalho, Emprego, Território

Abstract:

In November 2021 the Pego coal-fired power station closed down. This study seeks to assess the impacts of this closure and whether this closure corresponds to a just transition. Based on different definitions of the concept of Just Transition and depending on the impacts caused by the closure on workers and the territory, we came up with a conceptualisation with 5 dimensions. Key actors were questioned in order to assess the fairness of the transition that has taken place, and it was concluded that, so far, there are dimensions that contribute to the fairness of the transition, while others do not. It was also concluded that the use of the same methodology, within two or three years, may lead to different results, depending on the duration of the support to workers and on the territorial development processes underway.

Keywords:

Just Transition, Climate Change, Decarbonisation, Employment, Jobs, Territorial Devolpment

Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento.....	1
2. A Construção do Modelo de Análise.....	6
3. A Metodologia de Pesquisa.....	17
4. Metodologia de Avaliação.....	20
5. Resultados.....	21
6. Discussão	28
Conclusões.....	31
Fontes.....	33
Bibliografia.....	35
Anexo A — Guião de Entrevistas.....	37
Anexo B — Entrevistas.....	41
Anexo C — Comunicado do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.....	131
Anexo D — Apresentação ao Grupo Focal de Sines do Estudo realizado para o IEFP.....	132

INTRODUÇÃO

Com este trabalho de dissertação pretendeu-se estudar os impactos sociais do encerramento da central a carvão do Pego, nomeadamente os impactos no trabalho e no território. A literatura tem vindo a desenvolver o conceito de Transição Justa para as situações de encerramento de unidades industriais provocadas por razões ambientais. O encerramento da central obedece a políticas nacionais que pretendem contribuir para o combate às alterações climáticas, sendo por isso um campo para a aplicação do conceito de Transição Justa. Deste modo aplicou-se o conceito ao encerramento da Central do Pego para se perceber a justeza da transição efectuada.

Nesta introdução onde apresenta-se o trabalho e a forma como está estruturado. No primeiro capítulo faz-se o enquadramento da problemática. A construção do Modelo de Análise corresponde ao segundo capítulo, onde se desenvolve o conceito de Transição Justa e os impactos do encerramento da central nos trabalhadores e nos territórios. A metodologia da pesquisa é desenvolvida no terceiro capítulo. No quarto capítulo é apresentada a metodologia de avaliação. Os resultados encontram-se no quinto capítulo. A discussão dos resultados é feita no sexto capítulo e as conclusões são apresentadas de seguida.

Em anexo podem ser encontrados: os guiões de entrevistas (Anexo A); as entrevistas (Anexo B); Comunicado do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (Anexo C); e a apresentação ao Grupo Focal de Sines do Estudo realizado para o IEFP pela equipa do Professor Doutor Luís Capucha (Anexo D).

1. ENQUADRAMENTO

1.1. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

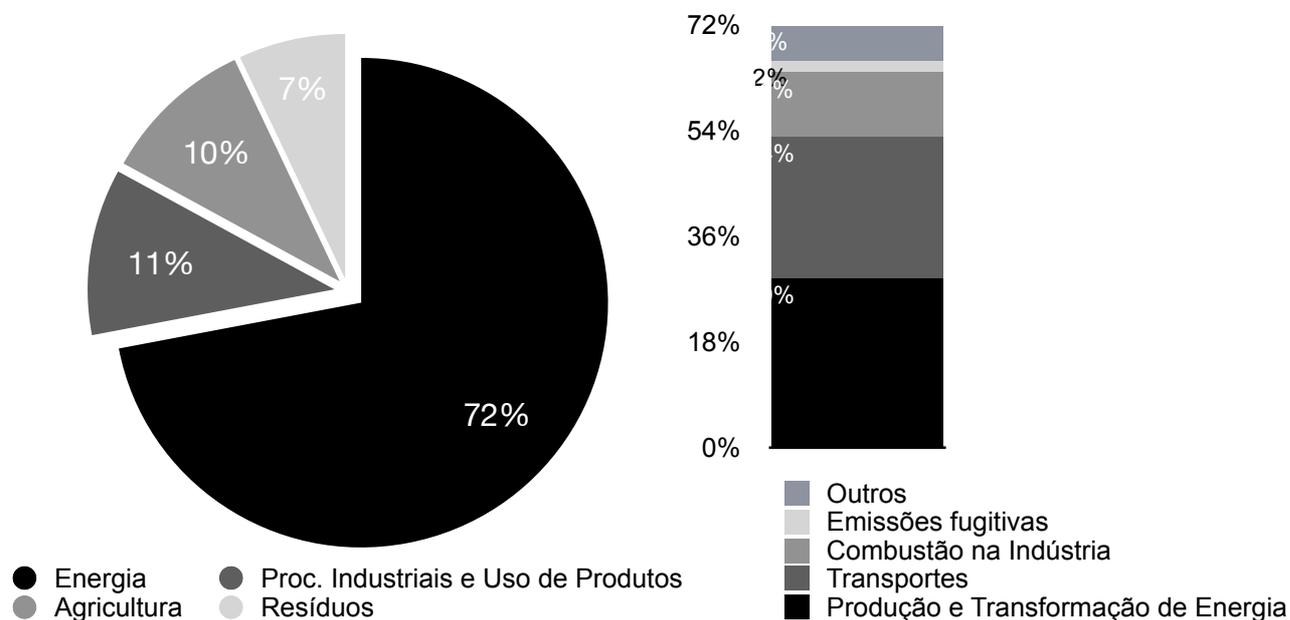
A comunidade internacional, no quadro da ONU, reconhecendo as ameaças para a vida no planeta provocadas pelo aquecimento global, assumiu o combate às alterações climáticas como um desígnio comum através da assinatura, em 2015, do Acordo de Paris. Esse acordo estabelece como meta para o aquecimento global a sua contenção a um máximo de 2 °C acima dos valores de temperatura média pré-industriais e o compromisso da comunidade internacional a prosseguir todos os esforços para que esse aumento não ultrapasse os 1,5 °C.

Com vista a dar cumprimento ao Acordo de Paris, a UE adoptou uma estratégia de longo prazo baseada na Comunicação da Comissão Europeia «Um Planeta Limpo para Todos» apresentada a 28 de Novembro 2018. O Governo Português, por sua vez, com o intuito de responder às exigências do acordo e dos seus compromissos no seio da UE, adoptou a Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2019 que estabelece o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) e a Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2020 que aprova o Plano Nacional para a Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), entre

outras peças legislativas. Já anteriormente, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, o Governo Português determinara a elaboração do Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2050, posteriormente elaborado e publicado pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente que previa o encerramento das centrais a carvão após 2020 (APA, 2012, pp. 63).

Como estratégia para atingir a neutralidade carbónica o RNC 2050 assenta num compromisso da redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e o aumento dos sumidouros de dióxido de carbono (CO₂) (pp. 3209). O RNC 2050 verifica que o sector da produção de energia é responsável por 25% das emissões (PCM, 2019, pp. 3222), justificando-se, assim, medidas específicas para esse sector. Nesse sentido o primeiro vector definido no roteiro é “Descarbonizar a produção de electricidade, eliminando a produção de electricidade a partir do carvão até 2030 e prosseguindo com a total descarbonização do sistema electroprodutor até 2050, apostando nos recursos endógenos renováveis.”(PCM, 2019, pp. 3210). Desta forma justifica-se a adopção do PNEC 2030, cujo primeiro dos seus oito objectivos é a descarbonização da economia nacional (PCM, 2020a, pp. 57) e cuja primeira medida é cessar a produção de electricidade a partir do carvão, medida 1.1.1 (PCM, 2020a, pp. 57).

Figura 1.1 - Emissões Sectoriais em CO_{2eq} em 2017 [Fonte: APA, I.P.]¹

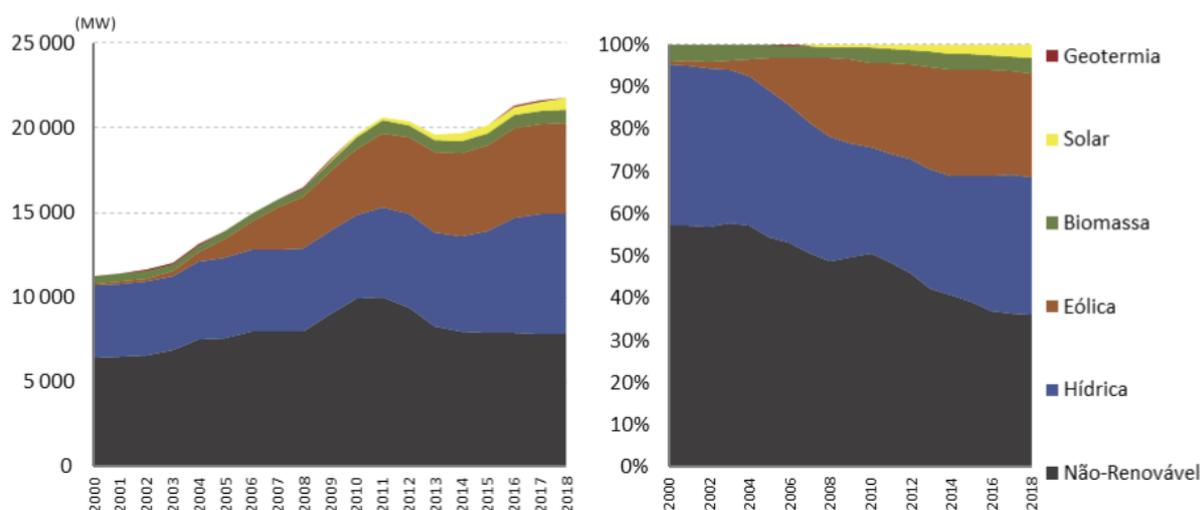


No quadro do combate às alterações climáticas e da reacção da comunidade internacional, Portugal ao desenhar as suas políticas para atingir os objectivos e honrar os compromissos que assumiu verificou que o sector da energia é o principal responsável pela emissão de GEE, e dentro desse sector encontramos os sub-sectores da produção e

¹e² Figuras retiradas do PNEC 2030

transformação de energia e o dos transportes (Figura 1.1). Em 2018 Portugal registou uma capacidade de produção de electricidade de cerca de 22 GW dos quais 1 871 MW (cerca de 9%) tiveram origem na queima de carvão (PCM, 2020a, pp. 21) e tem vindo a registar um aumento da capacidade de produção de electricidade a partir de fontes renováveis (Figura 1.2) que representam, em 2018, cerca de 64% (13 984 MW) (ibidem). Justifica-se assim a decisão do governo português em encerrar as centrais a carvão do Pego em 2021 e de Sines em 2023 (PCM, 2020a, pp. 48-49).

Figura 1.2 — Evolução da capacidade instalada para a produção de electricidade em Portugal por tipo de fonte (MW) [Fonte: DGEG]²



Concomitantemente com esta decisão já o RNC 2050 considerava dois outros vectores para atingir a neutralidade carbónica: o vector “p) Promover o desenvolvimento de competências e a (re)qualificação dirigida para as novas oportunidades de desenvolvimento económico;” e o vector “r) Promover uma transição justa e coesa, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para elevar os padrões de qualidade de vida em Portugal” (PCM, 2019, pp. 3211). No entanto, no PNEC 2030 temos apenas duas referências genéricas, sem definição de objectivos ou metas, sobre os impactos sociais resultantes do encerramento das centrais a carvão: “De forma a potenciar a criação de emprego associada ao novo investimento é necessário acautelar o emprego nos setores que terão de se adaptar.” (PCM, 2020a, pp. 41) e “De forma a assegurar uma transição justa, este processo será acompanhado por um grupo multidisciplinar criado para o efeito, contando com representantes da energia, ambiente, economia, emprego, entre outros relevantes, que deverá avaliar as questões energéticas (ex.: segurança do abastecimento), locais (ex.: desenvolvimento local), sociais (ex.: emprego, requalificação) e ambientais. Será, para este efeito, promovido o desenvolvimento de um estudo para aferir as

necessidades de requalificação profissional dos trabalhadores. [Data prevista: 2019-2023]” (PCM, 2020a, pp. 66). A primeira consta da visão estratégica e a segunda é parte da especificação da medida 1.1.1. Cessar a produção de electricidade a partir do carvão. Apesar da formulação do governo ser «promover uma transição justa e coesa» no RNC 2050 e «garantir uma transição justa, democrática e coesa» no PNEC 2030, o plano que determina o encerramento das centrais a carvão avança muito pouco: um grupo multidisciplinar com representantes do “emprego” (subentende-se do Ministério do Trabalho e da Segurança Social) que deverá avaliar as questões sociais e locais, entre outras, sobre como o Estado lidará com as inevitáveis consequências sociais e territoriais.

1.2. A DESCARBONIZAÇÃO E OS SEUS EFEITOS NO TRABALHO

Este processo de descarbonização tem sido referido também como de transição climática e importa definir o conceito de transição climática (sociedade industrial avançada que vai sofrer um processo de descarbonização em que os combustíveis fósseis deixarão de ser a fonte energética por excelência sendo substituídos por energias renováveis)³. A transição climática é, assim, um processo de alteração tecnológica, não no sentido de substituir uma tecnologia de produção por outra, mas nas alterações tecnológicas provocadas pela substituição da fonte de energia. Em primeiro lugar a deslocação do consumo de energia dos combustíveis fósseis para a electricidade verde — electricidade produzida a partir de fontes renováveis — obrigará, por exemplo, à electrificação de alguma indústria e do sector dos transportes. Mesmo no caso dos veículos movidos a pilha de hidrogénio é necessária electricidade para a produção de hidrogénio. Em segundo lugar, ao surgimento de novas indústrias associadas à produção de electricidade verde. Em terceiro e último lugar, ao desaparecimento da indústria de produção energética baseada em combustíveis fósseis. Se nos dois primeiros casos podemos antever processos com impactos sociais negativos reduzidos, o mesmo não se poderá fazer no terceiro caso. O encerramento das centrais de Sines e do Pego, bem como da refinaria de Matosinhos tem claras repercussões sociais pois significa a destruição de postos de trabalho com consequências na vida das famílias que deles dependem.

O encerramento das centrais de Sines e do Pego é neste quadro um caso de reestruturação económica à semelhança de outros que ocorreram no passado, como por exemplo o encerramento da LISNAVE ou da Siderurgia Nacional. Este trabalho sobre as implicações da transição climática no emprego debruçar-se-á, não nos novos empregos

³ Apesar do Parlamento Europeu não ter conseguido aprovar a objecção ao acto delegado da Comissão que considera o Gás Natural e o Nuclear como soluções de energia verde contra a opinião das ONGAs, como por exemplo a Greenpeace, a Fridays for Future, a Fossil Free Politics, a CEO-Corporations European Observatory e a ZERO entre outras, mas também do ex-Ministro do Ambiente — João Matos Fernandes (Público 6/Jul/2022).

nem na requalificação de outros, mas nos que serão destruídos, elegendo-se a Central do Pego como caso de estudo.

A Central do Pego foi adquirida em 1993 pela Tejo Energia, um consórcio entre as empresas TrustEnergy e a Endesa, e estabeleceu um contrato de aquisição de energia com a REN - Rede Eléctrica Nacional, que garantia a venda de electricidade até 2021 (Expresso: 2021a). Com o término do contrato, este não foi nem renovado nem substituído por outro, levando ao encerramento da operação (Expresso: 2021a).

O encerramento da central, neste contexto de descarbonização, conduz inevitavelmente à destruição de postos de trabalho que podem ou não ser substituídos pela criação de outros. A perspectiva é a de que os novos empregos criados pela economia verde, em particular no sector da energia verde, sejam superiores em número absoluto aos destruídos. Como refere Galgóczi (2019a, pp. 19) é expectável que a economia de baixo carbono compense em termos de postos de trabalho os que serão perdidos pelo abandono do carvão, assim como é a expectativa do estado português que prevê impactos positivos no emprego e na economia (PCM, 2019, pp. 3209 e PCM, 2020a, pp. 41). Mas Galgóczi (2019a, pp. 19) também refere que os novos empregos da economia verde não aparecerão todos no mesmo sítio nem ao mesmo tempo e podemos acrescentar que não existe garantia de que os novos empregos sejam ocupados por todos os trabalhadores que agora perdem o seu posto de trabalho. Alves Dias et.al (2018) num estudo do JRC⁴ para a União Europeia estima o número de postos de trabalho, directos e indirectos, em causa em cada país da União Europeia, concluindo que, com excepção de alguns países, são pouco significativos. Em Portugal estarão em causa cerca de 700 postos de trabalho directo (Alves Dias et.al., 2018, pp. 21) e 344 postos de trabalho indirecto se considerarmos apenas as cadeias de abastecimento da mesma região ao nível NUT 2 (Alves Dias et.al., 2018, pp. 25). Se considerarmos também as cadeias de abastecimento interregionais (ao nível NUT 2) esse valor sobe para 1229 (Alves Dias et.al., 2018, pp. 25). O que leva a reconhecer que o problema não está no seu número absoluto nem afectará a economia como um todo, mas por ocorrer de uma forma muito limitada no tempo e no espaço afectando significativamente os territórios e os seus habitantes (Galgóczi, 2019a, pp. 18).

Com o fim da utilização do carvão como fonte energética toda a indústria associada à sua utilização será afectada: a mineração; o transporte; e a queima, existindo já diversa literatura sobre esses efeitos, em particular em relação ao encerramento das minas. Para lidar com estes efeitos negativos foi desenvolvido o conceito da transição justa.

Quais são, então, as implicações da transição climática no emprego? Esta questão levanta outras. Quais são os mecanismos de protecção social e de requalificação que foram previstos? No caso de existirem, foram levadas em conta as experiências anteriores? Sendo este um processo global, está o Estado Português alinhado com uma política europeia para

⁴ JRC - Joint Research Center

lidar com as suas implicações? No caso dessa política não existir, há algum exemplo estrangeiro que esteja a servir de modelo ou de inspiração? Sem colocar de parte nenhuma destas questões, este trabalho tentará, olhando para os impactos sociais do encerramento da Central do Pego, partindo do emprego, perceber as consequências na vida das famílias e nos territórios onde se inserem e responder à questão — Será justa a transição energética da Central do Pego?

2. A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

Quais as consequências do encerramento da Central Termoelétrica do Pego na vida das famílias dos seus trabalhadores e dos territórios onde se inserem constitui a pergunta de investigação. Essas consequências, ou impactos, serão maiores ou menores consoante o processo de transição, ou definindo melhor, quanto mais justo for o processo de transição menores serão os impactos negativos. Desta forma definimos os impactos como variável dependente e a justeza da transição como a variável independente, sendo que a hipótese central definiu-se implicitamente — uma transição justa terá menos impactos nas famílias e nos territórios.

2.1. TRANSIÇÃO JUSTA

Segundo Galgóczi (2018, pp. 1) a transição justa começou por ser uma reivindicação sindical e tornou-se uma ferramenta de política habitual em tratados e organismos internacionais. Ainda segundo Galgóczi (2018, pp. 1) a primeira menção ao conceito é da autoria de Tony Mazzochi que em 1993 reivindicou um fundo compensatório para os trabalhadores deslocalizados por políticas de protecção ambiental. No mesmo artigo, Galgóczi mostra também que desde 1997 em várias tomadas de posição são os sindicatos que pugnam pela transição justa (Galgóczi, 2018, pp. 1 e 2), referindo que os dois aspectos chave perenes da evolução do conceito são, por um lado que não se resume a um fundo de protecção social e por outro lado que a descarbonização seja uma transição planeada e não apenas mais uma transição, isto é, a necessidade de uma política holística que tenha em conta os diversos actores (Galgóczi, 2018, pp. 1). Desde a proposta de Mazzochi tem sido o movimento sindical a pugnar pela transição justa, sendo que a sua acção culminou na inclusão do conceito no Acordo de Paris: “A transição justa tornou-se numa narrativa dominante ao nível da UNEP⁵, CEDEFOP⁶, OECD⁷ e UNFCCC⁸ e foi incluída no Preâmbulo

⁵ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁶ CEDEFOP - Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

⁷ OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

⁸ UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

do Acordo de Paris 2015.”⁹ (Galgóczi, 2018, pp. 2)¹⁰ Ou como refere ainda Galgóczi “A ‘transição justa’ foi uma reivindicação inicial dos sindicatos para a gestão da transformação em direcção a uma economia descarbonizada e essa aproximação tornou-se um instrumento político comum referido por instituições internacionais e tratados” (2019b, pp. 8).¹¹

Já Anabella Rosenberg (2010, pp. 141) refere Brian Kohler, um sindicalista canadiano, como o autor, numa *newsletter* sindical em 1998, de uma das primeiras referências ao conceito de transição justa. O mesmo Kohler, dois anos antes, tinha proferido numa conferência, “A verdadeira escolha não é o emprego ou o ambiente. É ambos ou nenhum dos dois.”¹² (Kohler, 1996), o que de certa forma mostrava a necessidade de tratar em conjunto os problemas ambientais e sociais. Esta ideia, da necessidade de só no trabalho a par dos aspectos sociais e ambientais se poderem resolver os problemas actuais e caminhar para uma sociedade mais sustentável, surge também num relatório da German Advisory Council on Global Change (WBGU, 2011, pp. 8). Nesse relatório, tal como no Working Paper de Cook et. al., (2012, pp. 22) é proposto um novo contrato social, desta vez um contrato ambiental-social. Anabella Rosenberg constata, como Galgóczi, que é no seio do movimento sindical que o conceito vai por um lado evoluindo e por outro vai-se afirmando globalmente. Entre outros exemplos, Rosenberg recorre à definição da International Trade Union Confederation (ITUC) “A transição justa é definida como uma «ferramenta que o movimento sindical partilha com a comunidade internacional, destinado a suavizar a mudança para uma sociedade mais sustentável e a dar esperança à capacidade de uma economia verde para sustentar empregos e meios de subsistência decentes para todos» (ITUC, 2009b)” (Rosenberg, 2010, pp. 141)

Neste percurso do conceito, resumidamente referido desde Tony Mazzochi até ao preâmbulo do Acordo de Paris, a OIT - Organização Internacional do Trabalho publicou o documento “Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all” onde elenca sete princípios orientadores que servem de base para as políticas que considera imprescindíveis prosseguir. Os princípios definidos pela OIT são os seguintes (ILO, 2015, pp. 5 e 6)¹³:

1. Um forte consenso social sobre o objectivo e os caminhos para a sustentabilidade é fundamental. O diálogo social tem de ser parte integrante do quadro institucional para a elaboração e implementação de políticas a todos os

⁹ Em inglês no original, tradução minha.

¹⁰ Ver também Galgóczi 2019a

¹¹ Em inglês no original, tradução minha.

¹² Em inglês no original, tradução minha.

¹³ Em inglês no original, tradução minha.

níveis. Deve haver uma consulta adequada, informada e contínua com todos os intervenientes relevantes.

2. As políticas devem respeitar, promover e realizar os princípios e os direitos fundamentais no trabalho.
3. As políticas e programas devem ter em conta a forte dimensão de género de muitos desafios e oportunidades ambientais. As políticas específicas de género devem ser consideradas a fim de promover resultados equitativos.
4. Políticas coerentes entre as áreas económica, ambiental, social, educacional/ formação e laboral devem proporcionar um ambiente favorável às empresas, trabalhadores, investidores e consumidores para aderir e conduzir a transição para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis e inclusivas.
5. Estas políticas coerentes também precisam de proporcionar um quadro de transição justo para todos promovendo a criação de empregos mais decentes, incluindo, conforme apropriado: a antecipação dos impactos no emprego, a protecção social adequada e sustentável para a perda e deslocação de postos de trabalho, o desenvolvimento de competências e diálogo social, incluindo o exercício efectivo do direito de organização e a negociação colectiva.
6. Não há um "tamanho único". As políticas e programas têm de ser concebidos de acordo com as condições específicas dos países, incluindo o seu estágio de desenvolvimento, sectores económicos e tipos e dimensões de empresas.
7. Na implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável, é importante fomentar a cooperação internacional entre países. Neste contexto, recordamos o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), incluindo a secção VI sobre os meios de implementação.

Por sua vez a Australian Council of Trade Unions (ACTU) elenca também sete princípios chave para uma transição justa (ACTU, s/d, pp. 9)¹⁴:

1. Partilha equitativa das responsabilidades e distribuição equitativa dos custos na sociedade;
2. Consultas formais institucionalizadas com as partes interessadas relevantes, incluindo sindicatos, empregadores e comunidades, a nível nacional, regional e sectorial;
3. A promoção de oportunidades de emprego limpo e a ecologização dos empregos e indústrias existentes, através do investimento público e privado em estratégias e tecnologias de desenvolvimento com baixo teor de carbono em todas as nações;
4. Educação formal, formação, re-formação e aprendizagem ao longo da vida para os trabalhadores, as suas famílias e as suas comunidades;

¹⁴ Em inglês no original, tradução minha.

5. Políticas organizadas de diversificação económica e de emprego dentro dos sectores e comunidades em risco;
6. Medidas de protecção social (políticas activas do mercado de trabalho, acesso a serviços de saúde, seguros sociais, entre outros); e
7. Respeito e protecção dos direitos humanos e laborais.

Galgóczy (2019a, pp. 27 e 2019b, pp. 22) numa tentativa de restringir a problemática da transição justa refere que esta coloca três desafios e funcionalmente duas dimensões. Os desafios são os efeitos distributivos das políticas de mitigação das alterações climáticas, os colocados pelos efeitos no emprego e respectivas transições, e o futuro das economias locais e regionais. Como dimensões funcionais aponta os resultados, em termos de emprego e descarbonização, e o processo em si, ou seja, como se desenrola o processo de transição. Ainda assim Béla Galgóczy (2019a, pp. 39) refere oito elementos necessários para transições justas bem sucedidas, baseadas na literatura e nos casos de estudo desse *paper*¹⁵:

1. Transições em matéria de emprego;
2. Desenvolvimento regional;
3. Diálogo Social;
4. Significativo envolvimento dos actores;
5. Envolvimento do Estado a nível central e regional;
6. Criação de uma agência, devidamente financiada, para as transições no emprego;
7. Políticas prospectivas para gerir a transição;
8. Planeamento atempado.

Anabella Rosemberg (2010, pp. 142) propõe um quadro operativo para a transição justa, constituído por um conjunto de políticas que tentam fazer face a diferentes aspectos relacionados com a vulnerabilidade dos trabalhadores e dos seus territórios: incertezas sobre os impactos no emprego, risco da perda de empregos, risco de processos de decisão anti-democráticos, riscos de retracção económica, entre outros. Para isso considera que esse quadro tem de conter, pelo menos, as seguintes políticas:

1. Investimentos em tecnologias e sectores com baixas emissões e trabalho intensivas;
2. Investigação e avaliação ex ante dos impactos sociais e no trabalho;
3. Diálogo Social e consulta democrática aos actores-chave e parceiros sociais;
4. Formação e aquisição de competências;
5. Protecção Social;
6. Planos de diversificação económica ligados à realidade local.

¹⁵ Em inglês no original, tradução minha.

Numa perspectiva muito diferente e que não é útil no âmbito deste trabalho, mas que ainda assim importa referir, uma vez que o conceito não precisa de ficar contido apenas na dimensão trabalho, Harrahill & Douglas (2019) adoptando uma perspectiva ambientalista discutem o conceito de transição justa em conjunto com o de sustentabilidade, fazendo-o depender de uma “sustentabilidade forte” ou “fraca”, concluindo que só almejando uma “sustentabilidade forte” poderemos ter uma transição justa. Desta forma poder-se-á conjugar as questões do trabalho com as do ambiente, aplicando o qualificativo de justa não só aos trabalhadores afectados, mas também às gerações vindouras.

Como já foi referido o governo não sistematizou o que entende por transição justa, mas analisando quer o RNC 2050, quer o PNEC 2030 conseguimos estabelecer qual é o seu entendimento. Para além dos dois vectores de descarbonização já referidos, o vector p) Promover o desenvolvimento de competências e a (re)qualificação dirigida para as novas oportunidades de desenvolvimento económico; e o vector r) Promover uma transição justa e coesa, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para elevar os padrões de qualidade de vida em Portugal.

Quando define a visão e os princípios fundamentais da descarbonização (PCM, 2019, pp. 3219), o RNC 2050 elenca ainda algumas propriedades de uma transição justa — a transição tem de ser “socialmente justa e eficiente em termos de custos, reforçando a competitividade da economia nacional, promovendo a criação de postos de trabalho e potenciando co-benefícios associados em particular à qualidade do ar e saúde humana. Esta transição deve ser também um factor de valorização do território e um contributo para a coesão nacional.— Na secção 8 “Assegurar uma transição justa e coesa” do RNC 2050 surge a referência à necessidade fundamental do envolvimento de todos os actores relevantes e a necessidade de orientar os quadros de apoio nacionais e europeus para um investimento abrangente em educação, formação profissional e vocacional (PCM, 2019, pp. 3291). Finalmente, na secção 11 “Considerações finais” é reconhecida implicitamente a importância da “participação activa das entidades dos diferentes níveis de organização territorial” (PCM, 2019, pp. 3299), uma vez que referem que o aprofundamento do RNC 2050 a nível sectorial, regional e/ou intermunicipal será melhor assegurado por essa participação activa. É ainda de referir que o RNC 2050 refere (PCM, 2019, pp. 3288) a necessidade de formação não como parte da transição justa, mas como condição de aumento dos níveis de investimento, preocupando-se com o balanço económico da descarbonização, ou seja, coloca o foco nos empregos a criar no sector da energia verde e não nos que vão ser destruídos com a descarbonização.

Logo no seu preâmbulo o PNEC 2030 vai mais longe do que o roteiro, estabelecendo o objectivo de “garantir uma transição justa, democrática e coesa” (PCM, 2020a, pp. 3), entre outros. Este objectivo divide-se em cinco pontos: assegurar a transição justa; combater a pobreza energética e aperfeiçoar os instrumentos de protecção a clientes vulneráveis; aprofundar o conhecimento em matéria de mitigação das alterações climáticas, divulgar

boas práticas e dinamizar comportamentos de baixo carbono na sociedade; promover a informação aos consumidores e empresas contribuindo para uma melhor literacia energética e simplificar a interacção com o mercado; e promover plataformas de diálogo para o desenvolvimento sustentável e alavancar a capacidade de intervenção a nível nacional e local. Quando o PNEC 2030 descreve este objectivo verifica-se que a primeira preocupação é com a pobreza energética: — “Deve assegurar-se que o processo de descarbonização e de transição energética é efectuado de forma justa, coesa e inclusiva, pelo que o caminho a percorrer na próxima década não pode acentuar a pobreza energética (...)” (PCM, 2020a, pp. 121 e 122). Só depois refere a necessidade “(...) de olhar para os aspectos económicos e sociais (...) e antecipar respostas territoriais ou sociais adequadas, ao nível da educação, da formação e da requalificação profissional (...)” (PCM, 2020a, pp. 122). Por fim, na descrição do primeiro ponto “assegurar a transição justa” lê-se que “pretende-se antecipar potenciais impactes positivos e negativos, ao nível social, económico e ambiental, ligados à descarbonização e à transição energética a médio e longo prazo, potenciando a criação de novos empregos e *clusters* e planeando medidas específicas para garantir uma transição justa para as empresas, os trabalhadores e comunidades em geral, apostando em novos modelos de negócio, na educação, na formação profissional e na requalificação” (PCM, 2020a, pp. 122). Como medida de acção é estabelecida a elaboração de uma Estratégia para a Transição Justa a concluir em 2023 (PCM, 2020a, pp. 122). No quinto ponto “promover plataformas de diálogo para o desenvolvimento sustentável e alavancar a capacidade de intervenção a nível nacional e local” estabelece-se a promoção da criação do Conselho Nacional Portugal Energia, um órgão consultivo “(...) cuja missão será proporcionar a participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos relativamente à política energética rumo à transição energética.” (PCM, 2020a, pp. 127).

Analisando o relatório da Consulta Pública ao PNEC (MACA, 2019) constata-se que dos 59 contributos apenas 11 (18,6%) fazem referências ao objectivo 8 “Garantir uma transição justa, democrática e coesa”, o que se reflecte na ausência de qualquer referência ao objectivo da transição justa na síntese dos contributos da consulta pública. Desses contributos é relevante que seis se restrinjam aos aspectos da transição justa apresentados no plano, enquanto que em relação a outros objectivos do plano sejam apontadas lacunas e sugestões, seis dos onze contributos limitaram-se às medidas inscritas nesse objectivo, a pobreza energética, a iliteracia energética e o Conselho Nacional Portugal Energia, deixando de fora dimensões que constituem uma transição justa. Outros quatro contributos referem interesses das suas agendas particulares, seja o da Federação de Regantes que pretende melhores tarifas eléctricas já “(...) que prevê (o objectivo 8) criar condições equitativas para todos.” (MACA, 2019, pp. 146), o da Associação das Energias Renováveis que refere a necessidade do plano conter medidas estruturadas e quantificadas em prol do crescimento da economia com reflexos positivos no emprego (MACA, 2019, pp. 181), o do

GPP - Gabinete de planeamento, políticas e administração geral do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural que refere a necessidade da criação de plataformas de diálogo para o Desenvolvimento Sustentável (MACA, 2019, pp. 453). O contributo do cidadão Hugo Marques refere muito sinteticamente a necessidade de formação profissional dirigida aos novos empregos verdes e o contributo do cidadão Vítor Ramos considera que o objectivo dever-se-ia chamar apenas “promover uma transição energética democrática” sem referir porquê nem em que consiste.

Pode-se concluir que o governo ao definir as medidas do objectivo 8 acabou por condicionar os contributos sobre transição justa, pois não foram recebidos contributos sobre as dimensões criação de emprego, políticas de apoio social e políticas de desenvolvimento local. As de diálogo social mantiveram-se no quadro do conselho nacional que o governo propõe e existiu apenas uma referência genérica à necessidade de formação profissional. Regista-se ainda a inexistência de contributos por parte dos sindicatos e das comunidades locais, sejam por via da sociedade civil, seja dos órgãos autárquicos.

De referir ainda que actores chave como a Trust Energy, operadora da central termo-eléctrica do Pego, a Galp, operadora da refinaria de Matosinhos, a EDP, operadora da central termo-eléctrica de Sines e a REN nada disseram sobre o objectivo da transição justa.

Dado não haver uma sistematização clara do conceito por parte do governo é natural que em diferentes documentos surjam diferenças em torno do conceito. Não só na sua definição como consequentemente na sua operacionalização. Enquanto no RNC 2050 o enfoque nas questões do trabalho, do território e da participação estão mais presentes, mesmo que a transição tenha de ser justa e eficiente em termos de custos, e tendo sempre presente uma perspectiva de crescimento económico, no PNEC 2030, talvez pela inclusão de “democrática” nos qualificativos da transição aparece um grande enfoque na questão da pobreza energética.

Do ponto de vista da concretização da transição verifica-se a fragilidade das medidas previstas se pensarmos nas questões que definem o conceito, ou pelo menos na proposta da OIT. Metas com indicadores estão definidas para a pobreza energética, mas não há nenhuma dedicada aos trabalhadores que vão perder o emprego ou para os territórios afectados.

O PNEC 2030 prevê a elaboração de uma estratégia nacional a estar pronta em 2023, dois anos depois do encerramento da última central a carvão. O aspecto da participação recebe alguma atenção, não só pela constituição do grupo multidisciplinar como também do Conselho Nacional Portugal Energia, no entanto não há notícia da sua efectiva entrada em funções, nem de algum documento que tenham produzido.

O que efectivamente existe é a utilização do Fundo para a Transição Justa para compensar os trabalhadores da central do Pego pela perda do posto de trabalho (Despacho 12081-A/2021 de 10 de Dezembro) e as regiões afectadas (Despacho n.º 9241-C/2021 de 17 de Setembro e Aviso de concurso n.º 01/SI/2022). Ou seja, na prática, o que o governo

está a fazer como transição justa é utilizar fundos europeus para mitigar os efeitos negativos da descarbonização. Este fundo está previsto no Pacto Ecológico Europeu, dentro do Mecanismo para a Transição Justa, para “(...) apoiar a transição das regiões mais afectadas (...)” (PCM, 2020a, pp. 149)¹⁶.

Em síntese, o governo nunca define o que entende por transição justa. Limita-se, perante o imperativo da descarbonização e dos seus impactos, a aceder aos fundos europeus disponíveis no Mecanismo para a Transição Justa usando o conceito de uma forma utilitária.

Para avaliarmos a justeza da transição temos de definir de forma clara e inequívoca o que se entende por transição justa e temos de recorrer às propostas de definição anteriores, uma vez que não se consegue estabilizar o entendimento do governo sobre o conceito. Das propostas de explicitação do conceito analisadas podemos encontrar aspectos comuns em todas e num olhar mais atento verificamos que são, essencialmente, formas distintas de os agrupar. Assim para este trabalho vamos considerar que uma transição justa tem de conter as seguintes dimensões.

1. Diálogo social — este diálogo tem de ser efectivo e tem de considerar pelo menos os seguintes actores: trabalhadores e/ou estruturas sindicais; o estado central; e as autarquias locais;
2. Criação de emprego — o emprego a criar tem de respeitar os princípios fundamentais e os direitos do trabalho, nomeadamente as questões de género e a manutenção do trabalho qualificado;
3. Formação profissional — têm de existir planos e acções de formação profissional com vista à reintegração dos trabalhadores nas indústrias da energia verde ou em outras actividades económicas;
4. Políticas de apoio social — têm de existir apoios sociais que garantam o rendimento das famílias até os trabalhadores encontrarem um novo trabalho;
5. Políticas de desenvolvimento local — têm de existir políticas que visem a diversificação da actividade económica, uma vez que não é certo que a indústria da energia verde que porventura venha a existir consiga absorver todos os trabalhadores que agora perdem o seu posto de trabalho.

¹⁶ Na Austrália um mecanismo de compensação aos trabalhadores com fundos públicos também está em desenvolvimento (<https://www.theguardian.com/australia-news/2022/feb/25/greens-unveil-19bn-plan-to-subsidise-coal-workers-to-transition-away-from-fossil-fuel-jobs>) — consultado a 24 de Fevereiro de 2022

2.2. IMPACTOS NOS TRABALHADORES E NO TERRITÓRIO

2.2.1 TRABALHADORES

A descarbonização da economia acarreta alterações significativas na sociedade que podem não ser bem recebidas. Para lá da bondade e da sua urgência as implicações no trabalho e empresas não são necessariamente bem vistas. Olson-Hazbourn (2018) conduziu uma série de entrevistas semi-estruturadas a representantes sindicais em dois condados no Utah, EUA, um com minas e centrais de carvão e o outro com extracção de petróleo e gás natural. Perante o cenário de encerramento, ou pelo menos diminuição da produção, o autor regista a oposição dos trabalhadores ao processo de descarbonização.

A mesma rejeição é verificada por Skoczowski et al. (2020) quando questiona os stakeholders, com excepção das ONG's, da região carbonífera da Silésia, na Polónia. Os autores elencam as incertezas económicas, sociais, ambientais e tecnológicas que o processo de descarbonização acarreta.

Já o trabalho de Evans & Phelan (2016) analisa, numa região da Austrália, duas campanhas ambientais, juntando o governo local e os movimentos ambiental e sindical, a favor da descarbonização que conseguiram contrariar a hegemonia dos interesses dos combustíveis fósseis. Os autores verificam a dificuldade de conjugar ecologia e trabalho referindo a dificuldade de construir solidariedades, propondo para isso a construção de um movimento em torno da transição justa. A reacção dos trabalhadores referidas nos três trabalhos pode conter muitas das características da reacção/estratégia NIMBY (*Not In My Back Yard*) (Wexler, 1996), podendo constituir uma variação dessa reacção que seria melhor definida por WIMBY (*Work In My Back Yard*).

Finalmente Harrahill & Douglas (2019) comparam as medidas de apoio às comunidades afectadas da Alemanha, Canadá e Austrália e tentando ultrapassar a retórica da transição justa identificam medidas que melhoram as condições de vida dessas comunidades.

Para além da sua reacção, o impacto da transição nos trabalhadores e nas suas famílias compreende duas dimensões, rendimento e emprego. O rendimento naturalmente será menor mas é a sua diminuição relativa que nos interessa, pois variará em função da generosidade dos apoios sociais que serão atribuídos. Nesta determinação não incluiremos tipos indirectos de apoios, como por exemplo a construção de centro de saúde que não implique deslocações custosas ou subsídios para frequentar acções de formação; serão considerados apenas os subsídios pecuniários directos (subsídios de desemprego, eventuais complementos previstos para a generalidade dos trabalhadores e subsídios extraordinários com ligação ao processo de transição climática).

A dimensão do emprego, na qual pretendemos perceber o número de trabalhadores que ficou sem emprego mas também se o emprego criado é equivalente ao destruído. Recorreremos a dois indicadores: taxa de desemprego e qualidade do novo emprego. As determinações a fazer serão sobre a evolução da taxa de desemprego desde o

encerramento da central e o momento do trabalho de campo, incidindo exclusivamente nos trabalhadores da central e nos das cadeias de abastecimento local. Excluimos a cadeia de fornecimento de carvão que embora seja a mais importante para a actividade da central, corresponde a uma importação de matéria-prima, uma vez que não temos minas de carvão activas em Portugal. A segunda dimensão é a da qualidade do trabalho. Nesta dimensão, aplicada apenas ao emprego criado no sector da energia verde e em novas actividades resultantes dos mecanismos de transição adoptados, há a considerar o tipo dos novos contratos de trabalho (sem termo, a termo, precários), a existência de complementos de salário em relação aos que findaram (seguros de saúde, complementos de reforma, ou outros que durante o trabalho de campo se encontrem) e a existência de negociação e contratação colectiva. Interessa perceber a taxa entre os empregos criados em condições equivalentes em relação a todo o emprego criado.

2.2.2. TERRITÓRIOS

Os trabalhadores da central e as suas famílias inserem-se numa ou em mais comunidades locais que sofrerão impactos originados na diminuição do rendimento disponível das famílias afectadas, originando o que em termos económicos se denomina de contracção da procura. Estas famílias são as dos trabalhadores da central e os das cadeias de fornecimento da central. Um aspecto sempre referido nas propostas de transição justa (Harrahill & Douglas, 2019, ILO, 2015, Galgóczi, 2019a e ACTU, s.d.) é o da existência de planos de desenvolvimento locais ou regionais, mas também nos trabalhos de Haggerty et.al. (2018), While & Eadson (2021) e de Oei et al. (2020) se encontra a necessidade de encontrar soluções ao nível local e regional.

Os trabalhos de Haggerty et.al. (2018) que realizam uma comparação de Planos Locais em comunidades do Oeste dos EUA, onde decorreram encerramentos de centrais a carvão, verificando a descoordenação entre eles e concluindo que apesar da necessária existência desses planos são necessárias políticas para lidar com a equidade e eficiência do processo de encerramento das centrais.

Também While & Eadson (2021) desenvolvem dois conceitos úteis — geografias económicas da descarbonização e divisão espacial do trabalho em empresas *low carbon* —; desenvolvem ainda um quadro teórico para compreender as desigualdades regionais e de mercado de trabalho no contexto da descarbonização.

A perspectiva neste trabalho é sobre a criação de novas empresas/fábricas e dos novos trabalhos associados à economia do *low carbon*, que como vimos podem não ocorrer no mesmo local e no tempo apropriado. Para este conceito usar-se-ão duas dimensões: novas actividades económicas ou diversificação económica; e investimento em equipamentos sociais e vias de comunicação.

Procurar-se-á verificar a criação de novas actividades económicas façam elas parte ou não de uma economia verde, pois os trabalhadores podem aceder a esses postos de

trabalho por via da reconversão e da formação profissional. Assim, tentar-se-á investigar as possibilidades da região do Médio Tejo vir a ser beneficiada com a criação de emprego seja na produção de energia verde, seja noutra actividade económica. Discute-se neste momento, por exemplo, onde se localizará a Central de Produção de Hidrogénio Verde prevista na Estratégia Nacional do Hidrogénio, se no Ribatejo junto ao nó principal das adutoras de gás natural (favorecendo o transporte e a sua mistura com o gás natural), se na zona do Cercal, vizinha da Central de Sines, onde se pode construir uma grande central fotovoltaica (favorecendo a produção de hidrogénio) (DGEG 2020 e ZERO 2020). Em relação à outra dimensão verificar-se-á a existência nos planos de desenvolvimento de projectos de construção de infra-estruturas de proximidade que signifiquem um rendimento indirecto para as comunidades, bem como a construção de vias de comunicação que facilitem e embarateçam o acesso dessas comunidades a outros bens públicos, e se esses projectos têm financiamentos associados que permitam a sua execução.

Em notícias vindas a público (Público, 19-Nov-2021, pp. 34 e Público 30-Nov-2021, pp. 22) sabe-se que o Fundo para a Transição Justa criado pela União Europeia apoiará os trabalhadores e o desenvolvimento económico das regiões, mas será necessário verificar se esses fundos estão a ser canalizados para esses fins.

2.2.3. MIGRAÇÃO

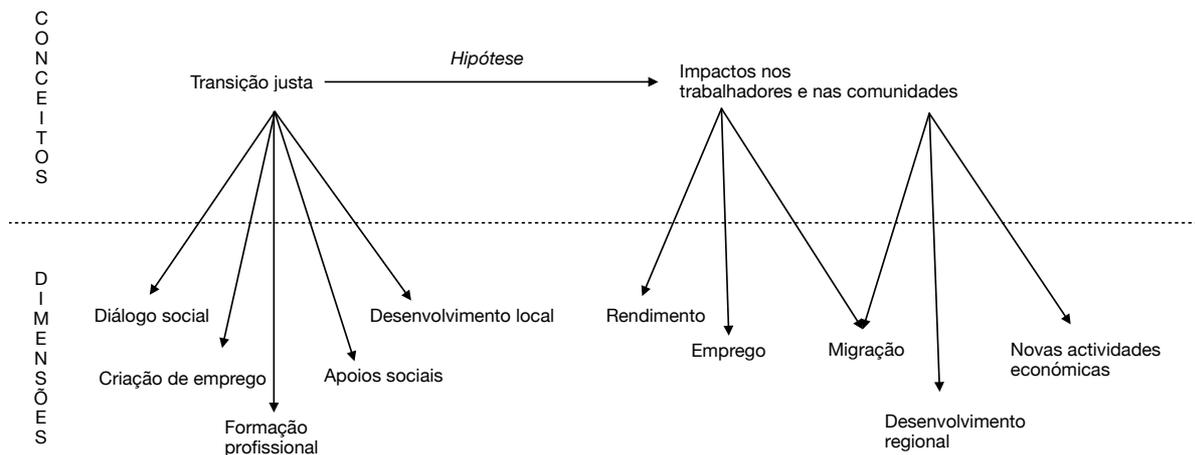
O trabalho de Oei et al. (2020) que se debruça sobre as consequências do encerramento do sector do carvão (minas e centrais) na Alemanha desenvolve um modelo para se antever o processo de transição. Para lá de outras conclusões a que os autores chegam é de registar a de que o desemprego será mitigado pela migração de trabalhadores e que são necessárias políticas ao nível do estado para lidar com o problema da destruição de postos de trabalho. Os autores mostram a existência de um saldo positivo entre trabalho destruído e trabalho criado, mas nada garante a sua ocorrência no mesmo espaço, daí referirem migrações de trabalhadores entre regiões na Alemanha, podendo-se conjugá-lo com o já referido conceito desenvolvido por While & Eadson (2021) das geografias económicas da descarbonização.

A possibilidade de os trabalhadores optarem por migrar para outras regiões, o que mitiga o efeito do desemprego na região de origem (Oei et al., 2020), não deixa de acarretar outras consequências a outros níveis. Ao nível das pessoas que são desenraizadas e dos territórios que se fragilizam, a menor taxa de desemprego é consequência de uma desertificação e não da criação de emprego. A migração de trabalhadores constitui assim uma dimensão que contribui para as duas vertentes do conceito 'impactos nos trabalhadores e nos territórios'. O trabalho de campo elucida se este indicador deve estar relacionado com as dimensões centradas no foco dos trabalhadores se na dos territórios, ou de natureza híbrida. Para obter esta medida discutir-se-á quantos trabalhadores da Central ou da cadeia de abastecimento ou famílias respectivas migraram.

2.3. MODELO DE ANÁLISE

O modelo pode ser representado na forma que se encontra na figura 2.1.

Figura 2.1 — Esquema ilustrativo do modelo de análise (inspirado em Quivy & Van Campenhoudt (1998))



A tese é de que quanto mais justa for a transição climática menores serão os impactos negativos nos trabalhadores e nos territórios em que se inserem. Verificaremos se existe relação entre as dimensões escolhidas da transição justa e as escolhidas para caracterizar os impactos causados. Não se pretendendo fazer um estudo comparado entre dois casos (o Pego e Sines por exemplo), o que seria possível, far-se-á a avaliação da variação dos indicadores escolhidos em relação a um cenário de encerramento da central sem qualquer mecanismo de apoio social, o que se poderia denominar de ‘transição injusta absoluta’.

3. A METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. O CAMPO DE ACÇÃO

Segundo Quivy & Van Campenhoudt (1998, pp. 157-158) é necessário definir o campo de análise. O campo de análise é definido pelos trabalhadores da central do quadro da Tejo Energia e os prestadores de serviços, e pelos restantes actores que desempenham papéis no processo de transição: sindicatos que representam os trabalhadores referidos atrás; organismos da Segurança Social responsáveis pelos apoios sociais aos trabalhadores da central; Instituto de Emprego e Formação Profissional; a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro); e os serviços do Ministério do Ambiente que implementam esta política pública, sendo que o período temporal a estudar tem início na data de encerramento da central, 19 de Novembro de 2021 (Expresso, 2021b) e a data em que se proceder às entrevistas.

3.2. O QUÊ? E A QUEM?

Ainda Quivy & Van Campenhoudt (1998, pp. 155) sintetizam as questões que se colocam nas “(...) três perguntas seguintes: observar o quê?; em quem?; como?” Dada a diversidade de informação necessária para confirmar a hipótese estabelecida e a diversidade das fontes construiu-se a seguinte tabela (Tabela 3.1) para ajudar a responder às três questões. Nela

Tabela 3.1 — Relação entre a informação e as suas fontes.

	Ministro Ambiente	Sindicato s	IEF P	C.M. Abrantes	C.I. Médio Tejo	CCDR Centro
Diálogo Social	X	X		X	X	
Criação de Emprego	X	X	X	X		X
Formação Profissional	X	X	X	X		X
Apoios Sociais		X		X		X
Desenvolvimento Local	X		X	X	X	X
Rendimento		X				
Taxa Desemprego		X	X	X		X
Qualidade do novo emprego		X	X			
Migração		X	X	X		
Desenvolvimento Regional	X		X	X	X	X
Novas Actividades Económicas	X		X	X	X	X

relacionam-se as perguntas “o quê?” com a “a quem?”. Para este trabalho decidiu-se entrevistar actores-chave do processo, que também constam da tabela 4.1. Desta forma perguntou-se aos trabalhadores, através dos seus representantes, que apoios sociais receberam, mas também ao IEFP, CCDR Centro e à Câmara Municipal de Abrantes que apoios sociais atribuíram. Os trabalhadores receberam os apoios através do Fundo de Transição Justa, gerido pela CCDR Centro, e eventualmente outros atribuídos pelo IEFP e pela C. M. de Abrantes, desta forma poderemos, sem ter variáveis de controlo em *strictu senso*, mas através da triangulação das respostas, controlar as informações obtidas. Esta possibilidade estende-se a todas as outras uma vez que a mesma informação se obterá a partir de várias fontes. Importa notar que sobre a qualidade do novo emprego apenas teremos a informação prestada pelos trabalhadores e os seus sindicatos e naturalmente o controlo aqui poderá ser mais deficiente.

Os actores-chave escolhidos são o Ex-Ministro do Ambiente José Matos Fernandes, responsável político aquando do encerramento da central e responsável quer pelo RNC 2050, quer pelo PNEC 2030; os sindicatos com implantação no local e representantes dos trabalhadores do sector, nomeadamente o coordenador da Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas (FIEQUIMETAL) Rogério Silva, o coordenador do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) Luís Santos, o secretário-geral do Sindicato Nacional da Indústria e Energia (SINDEL) Rui Miranda, e o Presidente da Direcção do Sindicato das Indústrias, Energias e Águas de Portugal (SIEAP) Cláudio Santiago; o Director-regional do Centro de Emprego do Médio Tejo, Samuel Pereira, que executa as medidas de formação e reconversão profissional; o Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Manuel Jorge Valamatos, concelho onde a Central do Pego está implantada; a Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Anabela Gaspar Freitas, como presidente do órgão político regional; e a Presidente da CCDR Centro, Isabel Damasceno, que preside ao serviço de administração directa do Estado para a região, executando o Fundo da Transição Justa entre outros fundos de desenvolvimento regional.

Das entrevistas que se pretendiam fazer, não se conseguiram realizar duas. A Presidente da CCDR Centro declinou a entrevista argumentando que o Fundo para a Transição Justa ainda não está em execução, e o Director do Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo não obteve autorização superior para a poder conceder. No decorrer das entrevistas percebeu-se que um outro actor, o Secretário de Estado da Energia, que não foi considerado como actor-chave, uma vez que a condução política do processo estava entregue ao Ministro, tinha tido um papel, pelo menos, no diálogo com os sindicatos e as autarquias. Assim decidiu-se entrevistá-lo na expectativa, ou da saturação da informação, ou da recolha de novos dados. No entanto, após lhe terem sido explicados os motivos e objectivos da entrevista que se pretendia realizar, não se conseguiu resposta à tentativa de agendamento da mesma.

Tentou-se também obter autorização do IEFP para consultar o “Estudo de requalificação e identificação de oportunidade de emprego dos trabalhadores afetados pelo fim da produção de eletricidade a partir de carvão nas centrais do Pego e de Sines” coordenado pelo Professor Doutor Luís Capucha, o que não foi possível, uma vez que o IEFP nunca respondeu às tentativas de contacto. No entanto, foi possível obter a apresentação desse estudo ao Grupo Focal de Sines, realizada por tele-conferência no dia 9 de Setembro de 2021, através de um dos Sindicatos. Nas entrevistas, e no texto, este estudo é frequentemente denominado como “o estudo do ISCTE”.

Apesar destas limitações, mas em face dos dados obtidos, existem condições para concluir a fase da recolha de dados. O IEFP poderia re-confirmar a existência e a frequência pelos trabalhadores do Pego das acções de formação, o que não acrescentaria nada ao que já se recolheu. A adequabilidade das acções, em termos de reconversão profissional, seria

um aspecto interessante que o Director do Centro de Emprego poderia ajudar a esclarecer, mas já se tem o testemunho dos sindicatos. O estudo coordenado pelo Professor Doutor Luís Capucha também seria interessante consultar, até para cotejar o que nele é proposto e o que está a ser desenvolvido, e mais uma vez enriqueceria este trabalho, mas não coloca em causa o cumprimento duma das dimensões da transição justa. A entrevista ao Secretário de Estado da Energia, poderia também enriquecer a dimensão de diálogo social. Neste caso, entre o governo, as autarquias e os sindicatos. No entanto, os dados recolhidos em todas as entrevistas realizadas, incluindo na realizada ao ex-Ministro do Ambiente, são suficientes para esclarecer essa dimensão.

3.3. COMO?

Como metodologia elegeu-se a entrevista semi-dirigida aos actores-chave, tendo-se preparado um guião de entrevista (Anexo A) para cada um deles onde se procura que falem de todas as variáveis assinaladas na respectiva coluna da Tabela 3.1, bem como, quando relevante, do conceito de transição justa e ainda do posicionamento dos sindicatos perante a descarbonização da economia e do combate às alterações climáticas. E proceder-se-á à sua análise com vista a obter as variáveis escolhidas.

4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Quer a variável dependente, quer a independente são compostas por várias dimensões qualitativas, assim, elaborar-se-á, à semelhança do desenvolvido por Harrahill & Douglas (2019), um sistema semáforo para cada uma das dimensões que constituem a variável independente. Para cada uma delas descrever-se-á a sua medida bem como os seus efeitos (variável dependente), Quando a medida, dentro dos pressupostos de uma transição justa, obteve resultados positivos terá a cor verde, quando a medida não tem uma correlação com os efeitos terá a cor amarela, e quando os efeitos não são positivos, existindo correlação, terá a cor vermelha. Como no modelo apresentado na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 - Modelo de Apresentação de Resultados

	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3
Medidas	x	y	z
Efeitos	x'	y'	z'
Resultado			

Assim poderemos avaliar a justeza da transição justa contabilizando verdes, vermelhos e amarelos. Quanto mais verdes mais justa terá sido a transição.

5. RESULTADOS

5.1. O CENÁRIO

Antes de extrairmos e analisarmos os dados das entrevistas, convém termos uma percepção geral daquilo que está por trás das acções de cada um dos actores. Esta percepção, que resulta da leitura das entrevistas e das conversas tidas e não gravadas, é importante para tentar perceber o quadro em que eles se movem. Por outro lado, é conveniente também saber, em traços gerais, o que aconteceu, de modo a tornar mais fácil a leitura deste capítulo.

O quadro onde estes actores se movem inicia-se com o encerramento da Central do Pego, a 30 de Novembro de 2021, existindo previamente um diálogo entre o governo, os sindicatos e as autarquias. Com o encerramento, o governo estabelece o Mecanismo de Compensação para uma Transição Justa através do Despacho n.º 12081/2021, de 10 de Dezembro, para compensar os trabalhadores.

Anteriormente tinha já sido lançado um concurso para utilização do ponto de injeção na rede, por energia produzida a partir de fontes exclusivamente renováveis, através do Despacho n.º 9241-C/2021, de 17 de Setembro, que poderá permitir a criação de emprego na região. Nas entrevistas, assim como neste trabalho, o primeiro despacho é referido usualmente como “despacho” e o segundo como “aviso” ou “primeiro aviso”.

O concurso a que se refere o aviso foi ganho pela ENDESA, que se propôs produzir electricidade a partir de energia solar e energia eólica e a construção de um electrolisador para a produção de hidrogénio verde, num prazo de três anos. No concurso comprometeu-se ainda a abrir a sede da empresa operadora em Abrantes e a integrar 75 trabalhadores da Central Termoeléctrica do Pego.¹⁷

Posteriormente é lançado um segundo aviso de concurso pela CCDR Centro, o aviso de concurso n.º 01/SI/2022 - Apoio à diversificação económica para uma Transição Justa no Médio Tejo - “INOVAÇÃO PRODUTIVA” para o desenvolvimento e instalação de projectos económicos no Médio Tejo. Este é frequentemente designado por “segundo aviso” tanto nas entrevistas, como neste texto.

O Ministro da altura pretendia levar a cabo uma política de descarbonização da economia, o que necessariamente passava pelo encerramento das centrais a carvão, sendo que este objectivo, como já vimos, emanava quer da ONU, quer da União Europeia. A sua visão para o País é a da descentralização e da multiplicação de produtores de energia a

¹⁷ Segundo a entrevista realizada ao SIESI e informação constante no sítio da Endesa <https://www.endesa.pt/particulares/news-endesa/noticias/endesa-ganha-concurso-transicao-central-pego> consultado a 20 de Outubro de 2022. Embora a Endesa não refira estes 75 postos de trabalho como fruto da integração dos trabalhadores, mas como criação de postos de trabalho. E mais à frente refere a reconversão profissional de mais e 2000 pessoas e a criação de emprego para os desempregados da região.

partir de fontes renováveis. Dado que a UE disponibilizou fundos para a descarbonização da economia, entre eles o Fundo para a Transição Justa, o Ministro decidiu empregá-los de forma a financiar a sua política. Na prossecução desse objectivo apenas sentiu responsabilidade pelo encerramento da Central do Pego, escusando responsabilidades nos casos da refinaria de Matosinhos e da Central de Sines — “(...) no caso da Galp e no caso da EDP, a responsabilidade, para mim, da protecção dos trabalhadores recai sobre os mecanismos comuns que existem na Segurança Social e recai sobre essas mesmas empresas. No caso do Pego o contrato acabou e tendo acabado o contrato, e só sendo possível renovar o contrato através de uma mudança da lei, que de outra forma seria ilegal e precisaria de um concurso, nós sentimos a necessidade de proteger estes mesmos trabalhadores (...)”¹⁸ — Assim usou os fundos europeus para, por um lado, e como disse, financiar a sua política e por outro, compensar os trabalhadores da Central do Pego.

Os sindicatos, em graus diferenciados, debatem-se com o dilema entre o combate às alterações climáticas e a protecção do emprego, mas dada a sua natureza acabam por privilegiar a protecção do emprego,¹⁹ sendo que a protecção do emprego significa a protecção dos seus associados e conseqüentemente a própria perenidade do sindicato. Dentro deste referencial defenderam os trabalhadores como souberam, merecendo essa defesa uma referência positiva por parte do ex-ministro. De notar que os sindicatos filiados na CGTP questionaram as opções políticas do governo.

Os autarcas, por sua vez, perante as decisões do governo, preocuparam-se em obter vantagens para as suas regiões. Num caso o concelho de Abrantes, e no outro a região do Médio Tejo. Ambos referem a primazia da protecção ambiental sobre a do emprego, acreditando, porque estão optimistas, que os investimentos anunciados e projectados para a região acabarão por resolver o problema dos trabalhadores e alicerçar a região para uma fase de crescimento económico.²⁰

5.2. A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Para verificar a relação entre a variável dependente e as independentes procedeu-se à análise das entrevistas seguindo a seguinte metodologia: agruparam-se as entrevistas segundo o seu papel neste processo (Governo, Sindicatos e Autarquias) e por cada uma das variáveis procurou-se a resposta dentro de cada grupo, tendo sempre em consideração a heterogeneidade existente dentro de cada um deles. Começamos por analisar as variáveis independentes, ou seja os impactos, em função das medidas adoptadas para a sua mitigação, que não são mais do que as diferentes dimensões da variável dependente.

¹⁸ Cf. entrevista realizada ao ex-Ministro do Ambiente e Acção Climática. (Anexo B)

¹⁹ Cf. entrevistas realizadas aos sindicatos. (Anexo B)

²⁰ Cf. entrevistas realizadas ao Presidente da Câmara Municipal de Abrantes e Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. (AnexoB)

Posteriormente analisamos a dimensão Diálogo Social, uma vez que é uma dimensão que funciona como governação do processo.

5.2.1. IMPACTOS NOS TRABALHADORES

Os impactos nos trabalhadores foram definidos em termos de rendimento e emprego. A migração é analisada à parte pois relaciona-se de uma forma diferente com os impactos nos territórios, sendo no nosso modelo definida de um modo partilhado, entre trabalhadores e territórios.

5.2.1.1. RENDIMENTO

No caso do Pego, para além dos apoios existentes para todos os cidadãos e trabalhadores na Constituição da República Portuguesa e demais legislação nacional, foi criado através do Despacho 12081-A/2021 o mecanismo de compensação, que garante o salário líquido médio até 31 de Dezembro de 2022 aos trabalhadores elegíveis das empresas PEGOP, CARBOPEGO, ABRANLIMPA, EFASERVICING (Grupo EFACEC), ZILMO, THC e Delícias da Deolinda de Batista e Patrício. Esta compensação remuneratória é devida enquanto não encontrem novo trabalho e está condicionada à frequência dos cursos de formação e ao cumprimento das obrigações perante o Centro de Emprego. O valor atribuído é pago pelo Mecanismo de Compensação para uma Transição Justa e pelo IEFP, consoante as horas de formação de cada mês, conforme o estipulado nesse Despacho. Ou seja, foi criado um mecanismo que compensa os trabalhadores afectados pelo encerramento da central. O que é reconhecido e referido por todos os actores-chave.

As duas principais críticas que os sindicatos fazem, em particular o SIESI, são que os trabalhadores recebem o equivalente ao salário líquido médio e portanto não estão a fazer contribuições para a Segurança Social, prejudicando a reforma futura; e esta compensação só existir até ao final de 2022 e não até aos trabalhadores encontrarem novo emprego. E neste momento tentam fazer pressão política para prolongar a compensação remuneratória.²¹ O ex-Ministro considera que, por um lado, as pessoas devem procurar emprego e conseqüentemente o mecanismo de compensação deveria ter a duração de um ano, mas por outro considera que deve ser de novo avaliado, até porque o novo emprego só estará disponível num prazo mais alargado, uma vez que o centro electroprodutor da Endesa não deverá estar pronto antes do início de 2025. Segundo o Presidente da Câmara de Abrantes, em Fevereiro de 2025 têm de começar a produzir energia. A dificuldade aqui é traçar a fronteira entre o até quando é justo compensar e quando deixa de o ser. Como vimos os sindicatos consideram que deveria ser até os trabalhadores serem todos colocados. Já o ex-Ministro assinou o despacho por um ano, mas considera que deve haver uma reavaliação, abrindo a porta para o prolongamento da medida, fosse ele ainda ministro.

²¹ Cf. Anexo C

O Presidente da Câmara de Abrantes diz que os trabalhadores sabiam que a central só tinha licença para operar até aquele dia, o que implicitamente se pode interpretar que considera que um ano é muito bom e que não há razão para prolongamentos. Sintetizando, durante um ano não há perda de rendimento líquido, mas há perda de contribuições e de tempo de serviço para o cálculo da reforma. De notar que os trabalhadores encontram-se com o subsídio de desemprego suspenso, e é por essa razão que não efectuam descontos nem lhes é contabilizado tempo de serviço, correndo o risco de não lhes ser concedido o subsídio de desemprego após o final da compensação remuneratória. E resta sempre a questão, durante quanto tempo se considera que decorre a transição.

5.2.1.2. EMPREGO

A criação de emprego, naquilo que estava ao alcance do governo, foi concretizada primeiro pelo aviso para a construção de um centro electroprodutor para a utilização do ponto de injeção do Pego e posteriormente pelo segundo aviso, o de apoio à diversificação económica do Médio Tejo. O primeiro, como já foi referido, foi ganho pela Endesa, e o segundo, referido pelos autarcas, recebeu um volume de candidaturas que esgotam a verba orçamentada. Ou seja, foram dados os passos para a criação de actividades económicas na região, actividades essas que se espera conduzam à criação de postos de trabalho, e dessa forma seja encontrada solução para os trabalhadores que viram os seus postos de trabalho destruídos. Naturalmente falta a concretização de todos estes projectos, o que nos conduz à discrepância temporal entre o encerramento da central e o aparecimento do novo trabalho, por um lado, e por outro, o mecanismo de compensação ser temporalmente mais curto.

Em relação a esta dimensão, muito pouco pode ser concluído. Por um lado, existe o compromisso da Endesa de absorver 75 trabalhadores no espaço de três anos, que segundo um dos sindicatos esse compromisso consta da proposta da Endesa que venceu o procedimento concorrencial. Não se tendo esgotado esse prazo, não é possível saber se essa absorção de trabalhadores vai ocorrer. Por outro lado, os trabalhadores encontram-se a realizar acções de formação com uma compensação remuneratória que é de valor superior ao subsídio de desemprego a que teriam direito, e sem perderem o direito a esse subsídio aquando termine a referida compensação. Tendo, na sua esmagadora maioria optado pela frequência das acções de formação e pelo recebimento da compensação remuneratória, o que demonstra que esta será a situação mais vantajosa. No entanto, para aferirmos esta variável e como em termos da dicotomia emprego-desemprego, estes trabalhadores encontram-se num estágio intermédio, como se fosse um limbo, só se pode concluir que ainda é muito cedo para o fazermos.

A posição dos sindicatos é que em termos de emprego nada está garantido, pois depende dos que forem integrados e dos que consigam trabalho noutras actividades ou empresas. O compromisso da Endesa é de integrar 75 trabalhadores, no entanto são cerca de 180 os trabalhadores afectados, o que deixa um número significativo de fora.

Os autarcas estão optimistas pois confiam que os projectos apresentados para a região ao abrigo do segundo aviso, criarão postos de trabalho suficientes para absorverem os trabalhadores que não sejam integrados pela Endesa.

O ex-Ministro também refere os projectos apresentados a este concurso como um caminho para resolver o problema de desemprego. No entanto os sindicatos, para além de referirem sempre que é preciso que exista concretização de todos estes projectos, salientam que muitos dos trabalhadores encontram-se com uma idade em que é difícil encontrarem emprego, mas que ainda se encontram longe da idade da reforma. Para esta variável podemos dizer que o governo desenvolveu acções para que haja criação de emprego, que os autarcas estão optimistas em relação à sua concretização e que os sindicatos estão no mínimo cépticos.

Outro aspecto que se pretendia avaliar era o da qualidade do novo emprego. Este aspecto é de ainda maior dificuldade pois esse novo emprego ainda não existe. Temos apenas a experiência dos sindicatos, relatando uma má experiência da Endesa em Espanha. Acrescentam ainda que o trabalho a ser criado, dando o exemplo de um parque solar, é um trabalho desqualificado e temporário, uma vez que a operação é menos intensiva em trabalho e é um trabalho menos qualificado. Ou seja, sobre este aspecto estão mesmo pessimistas.

5.2.1.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Pelas opções do governo, nomeadamente as constantes do despacho, a compensação remuneratória ficou associada à frequência das acções de formação profissional. Sendo que esta é uma das dimensões da Transição Justa, merece ser abordada nesta secção juntamente com os impactos nos trabalhadores.

A formação profissional deveria ter uma forte componente de reconversão profissional. No entanto, como apenas se conheceu o projecto ganhador do primeiro aviso em Fevereiro, o da Endesa, e as candidaturas ao segundo aviso decorreram até 31 de Agosto, terá sido difícil preparar acções de formação e de reconversão profissional direccionadas para o que poderá ser o futuro mercado de trabalho da região. O estudo do IEFP, no documento a que se teve acesso, uma apresentação ao Grupo Focal de Sines²² (Anexo D), defendia um conjunto de propostas, algumas inovadoras, o *coaching* por exemplo, e a inclusão de competências verdes no menu de ofertas modulares do IEFP, entre outras. Como o contacto com o IEFP foi infrutífero, temos apenas a palavra dos sindicatos em como as acções de formação desenvolvidas ficaram muito aquém do desejado, bem como a do ex-Ministro que, de uma forma menos assertiva, refere a pouca direcionalidade das ofertas do IEFP. Os sindicatos referem ainda, a extemporaneidade do “estudo do ISCTE”, que surgiu demasiado

²² Considerou-se que as propostas mais sistémicas deste estudo seriam iguais às do Pego e as mais específicas estariam relacionadas com as diferentes actividades económicas de cada uma das regiões.

tarde não permitindo uma boa planificação. Podemos considerar que houve uma tentativa de criar um processo de formação profissional, até para manter as pessoas ocupadas, mas que não cumpriu o que seria desejável, preparar aqueles trabalhadores para os futuros postos de trabalho.

5.2.2. IMPACTOS NOS TERRITÓRIOS

Os impactos nos territórios foram definidos em termos de desenvolvimento regional e de novas actividades económicas, ambos em relação com a dimensão desenvolvimento local. Devido a esta relação, e por comodidade, optou-se por analisar as duas variáveis em conjunto.

Numa situação, em que se dá o encerramento de uma unidade industrial com peso significativo numa região com poucas alternativas de emprego, o que se pretende é, antes de mais, colmatar a perda de valor e a destruição de emprego. O que pode ser feito substituindo essa unidade por outra e/ou diversificando a actividade económica, substituindo-a por várias de sectores de actividade diferentes. No caso do Pego, a primeira opção não foi considerada pelo governo. O lançamento dos dois avisos correspondem a este desejo de aproveitar o encerramento da central para criar condições de desenvolvimento para a região. Por um lado, correspondendo ao primeiro aviso, o projecto da Endesa que será dentro do sector energético mas com um factor trabalho menos intensivo, e por outro, subsidiar, em cerca de 140 milhões de euros, o surgimento de novos projectos económicos, o que corresponde ao segundo aviso. Estes dois avisos pretendem criar condições de desenvolvimento económico na região e, como já referimos, criar postos de trabalho que compensem e, porventura, superem os postos de trabalho agora destruídos.

O desenvolvimento regional foi acautelado pelos dois avisos cujos projectos ainda não foram concretizados. No futuro será possível aferir o efeito, em termos de desenvolvimento económico, que os projectos originados pelos dois avisos terão. Bem como as actividades económicas complementares que poderão potenciar, uma vez que estamos a falar de projectos com uma dimensão que podem ser “projectos âncora” no Médio Tejo.

Como o desenvolvimento regional não se esgota no desenvolvimento económico, ter-se-á de se aferir também, o número de postos de trabalho criados e a evolução demográfica da região. De referir que os autarcas, quer o Presidente da Câmara de Abrantes, quer a Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, estão ambos muito optimistas sobre este aspecto, pois vêem nesta situação uma oportunidade de desenvolvimento, impulsionada pelos projectos que saírem dos avisos. O Presidente da Câmara de Abrantes chega a referir a hipótese da construção de um aeroporto em Santarém, como exemplo justificativo do seu optimismo. Já a Presidente da Comunidade Intermunicipal tem uma visão de cooperação entre o poder político regional, o Ensino Superior existente na região e as empresas, para promoverem o desenvolvimento da região. E como prevê projectos de

grupos económicos de dimensão, espera com esse triângulo dar um impulso relevante ao Médio Tejo.

As novas actividades económicas, ou a diversificação económica, surgirão do segundo aviso e, eventualmente, de actividades económicas complementares aos projectos de ambos os avisos. Pode ainda haver um aumento na restauração, hotelaria ou mercado de habitação se de facto o número de postos de trabalho a criar superar o de destruídos. Mas esta variável padece das dificuldades da variável anterior, uma vez que as condições criadas, quer para o desenvolvimento regional, quer para a diversificação económica, são os mesmos instrumentos regulamentares, os dois avisos. Para se poderem aferir com maior exactidão estas variáveis coloca-se a questão, em que momento é que a transição acaba?

5.2.3. MIGRAÇÃO

Esta variável é ainda mais prematura de aferir que a anterior pelas mesmas razões. Os trabalhadores preferiram frequentar as acções de formação e receber a compensação remuneratória. O que os obriga a permanecer no território. Quer os sindicatos quer os autarcas referem não ter conhecimento de casos de migração, quanto muito, dizem, dois ou três podem ter abandonado o Médio Tejo. Só quando os trabalhadores, acabando a compensação remuneratória, entrarem no subsídio de desemprego é que provavelmente colocarão a hipótese de procurar trabalho noutros locais. De referir ainda que o SINDEL refere que muitos trabalhadores, e pela entrevista identificamos que se refere a quadros técnicos e superiores que vinham da EDP, não teriam estabelecido em Abrantes a sua residência definitiva, e que estando eles, todos ou quase todos, perto da idade da reforma, regressariam às suas casas de origem fora da região. E mais uma vez, para se poderem aferir com maior exactidão todas estas variáveis, coloca-se a questão, em que momento é que a transição acaba?

5.3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando que o campo de acção deste trabalho estava definido entre o encerramento da central e o momento da realização das entrevistas, o quadro de resultados — Tabela 5.1 - Resultados da Pesquisa — reflecte a análise ao que está implementado, dentro do campo de acção definido, e não um qualquer cenário futuro por mais plausível que seja. De qualquer forma, a questão da delimitação do campo de acção será abordada no capítulo seguinte.

Tabela 5.1 - Resultados da Pesquisa

	Diálogo Social	Criação de Emprego	Formação Profissional	Apoios Sociais	Desenvolvimento local
Medidas	Reuniões com os sindicatos envolvidos, autarcas e serviços de outros ministérios.	Aviso de concurso n.º 01/SI/2022 - Apoio à diversificação económica para uma Transição Justa no Médio Tejo - “INOVAÇÃO PRODUTIVA” e o Despacho n.º 9241-C/2021, de 17 de Setembro	Não existiu formação profissional específica para os trabalhadores em processo de transição.	Despacho 12081-A/2021 de 10 de Dezembro	Aviso de concurso n.º 01/SI/2022 - Apoio à diversificação económica para uma Transição Justa no Médio Tejo - “INOVAÇÃO PRODUTIVA” e o Despacho n.º 9241-C/2021, de 17 de Setembro
Efeitos	Obteve-se um acordo que permitiu gerir a transição.	Os postos de trabalho ainda não foram criados.	Os trabalhadores não ficaram preparados para os futuros postos de trabalho.	Os trabalhadores estão a receber uma compensação remuneratória no valor do salário líquido médio.	Quer o projecto vencedor do primeiro aviso, quer os projectos que venham a ser considerados elegíveis no segundo aviso ainda não estão implementados
Resultado					

6. DISCUSSÃO

O primeiro aspecto que interessa discutir é o do modelo de análise. No nosso modelo tínhamos definido cinco dimensões que compunham uma transição justa, mas o governo com a sua acção, agrupou-as em três, associando os apoios sociais à formação profissional, através do primeiro despacho, e a criação de emprego ao desenvolvimento local, através dos dois avisos, mantendo de forma isolada o diálogo social. Mas antes disso, como tínhamos visto, a definição de transição justa do governo era implícita, quer no RNC 2050, quer no PNEC 2030. É na acção governativa que o governo acaba por reconhecer os impactos do encerramento da central, quer nos trabalhadores, quer nos territórios. E dessa forma, acaba por reconhecer e tratar de mitigar os impactos do encerramento da central. Apesar do agrupamento de dimensões que o governo faz, a conceptualização da transição justa em cinco dimensões não sai beliscada.

O governo tinha ainda atribuído à transição, no PNEC 2030, as qualidades de justa, democrática e coesa. Quando questionado, o ex-Ministro, evocando a sua visão, esclarece que o objectivo da descarbonização tem de ser para todo o território. Dando como exemplos a necessidade de melhorar o conforto térmico do parque habitacional, referindo que os edifícios são responsáveis por 30% das emissões, e as necessidades da indústria automóvel e das cerâmicas, e de como, por razões diferentes, sofrerão as consequências da descarbonização. Acrescentou, discordando, que as verbas do segundo aviso se cinjam ao Médio Tejo, pois as indústrias do Litoral Centro, em particular as cerâmicas, precisam de fazer um esforço para se adaptarem ao consumo de electricidade. Estes exemplos, juntamente com os cinco pontos em que se decompunha o objectivo viii do PNEC 2030, permitem-nos perceber que estas qualidades estão mais relacionadas com os fundos utilizados, o Fundo para a Transição Justa, e a necessidade de financiar a política prosseguida, do que com o processo de transição associado ao encerramento da Central do Pego *de per se*.

Para o governo os fundos europeus do Mecanismo para a Transição Justa servem para a política de descarbonização, como apoios à reconversão das cerâmicas e da indústria automóvel, à melhoria do conforto térmico das habitações, ao combate à iliteracia energética e também à mitigação dos efeitos do encerramento da Central do Pego, sendo que já não serviram para o encerramento da Central de Sines, nem da Refinaria de Matosinhos. Esta utilização, fruto da indefinição do que é uma transição justa, beneficiou da forma fluída e utilitária com que a definiram.

A questão colocada no final da secção 5.3. — em que momento é que a transição acaba? — revelou-se uma questão fundamental. Apesar de o campo de acção ter sido definido até ao momento da realização das entrevistas, o processo ainda está a decorrer e os actores têm percepções diferentes sobre essa questão. Esta questão não foi colocada nas entrevistas realizadas, mas da análise das mesmas consegue-se inferir as respostas. Para os sindicatos a transição acabará quando todos os trabalhadores afectados encontrem uma solução profissional à altura dos postos de trabalho que perderam. Para o ex-ministro, esta é uma transição terminada, falando inclusivamente dela no passado — “Eu acho que nós fizemos mesmo bem no Pego (...)” — e do seu ponto de vista criou, nas suas palavras — “uns bons suspensórios” — para os trabalhadores da central e lançou os avisos para que a região tivesse alavancas de desenvolvimento. Com maior dificuldade se pode determinar o que pensam os autarcas, mas poder-se-á presumir que quando virem os projectos resultantes dos avisos implementados, cuja preocupação por eventual demora, o Presidente da Câmara Municipal de Abrantes refere, a considerem concluída.

De acordo com o nosso modelo conceptual, uma transição justa deveria considerar-se terminada quando todas as dimensões estivessem cumpridas. Os novos projectos económicos a laborar, com a criação de emprego; a reconversão profissional realizada; e o diálogo social ter acompanhado todo o processo. No caso do Pego, considera-se que

enquanto os novos projectos não entrem em laboração não se deveria considerar a transição terminada, uma vez que sem eles se tratará, a nível local, de um encerramento e não de uma transição.

Como já foi afluído no capítulo anterior, o momento que se considerar como o fim do processo pode levar-nos a conclusões e avaliações diferentes. Para ilustrar esta dificuldade, podemos especular que o mecanismo de compensação não será prolongado e passaremos a ter apenas um verde — o do diálogo social — a partir de Janeiro de 2023. Na perspectiva dos sindicatos, pois no caso da perspectiva do ex-Ministro dever-se-ia manter verde. Ou então projectarmo-nos mais para a frente e no caso de implementação, quer do projecto da Endesa, quer os que venham a ser considerados elegíveis no segundo aviso, teríamos os amarelos da criação de emprego e do desenvolvimento local a passarem a verdes. O que parece menos plausível é vir a ser alterada a avaliação da formação profissional.

Olhando para os resultados somos levados a concluir que a transição ficou aquém de ser justa, mas não se pode ser definitivo sobre essa avaliação, pois pode tornar-se mais justa ou mais injusta, dependendo do período temporal que se considerar. O aspecto unânime é que de facto existiu um diálogo social que produziu resultados, mesmo que nem todas as partes tenham ficado absolutamente satisfeitas. Os apoios sociais também existiram, durante um período de tempo mas sem contarem para a formação da reforma. Aqui a questão coloca-se sobre a duração do período de tempo da sua existência, havendo claramente duas perspectivas diferentes. Eventualmente com mais diálogo talvez fosse possível chegar a um entendimento.

Sobre a criação de emprego e o desenvolvimento local, foram dados passos, aqueles que o governo podia dar, conducentes à criação de emprego e à instalação de novas actividades económicas na região. No entanto, é ainda prematuro concluir se esses passos vão chegar a bom porto. As acções de formação, pelo que se conseguiu apurar, não foram as adequadas, servindo para manter as pessoas ocupadas, embora se imagine que nalguns casos tenham, ainda assim, tirado proveito delas. A maior crítica, sobre a formação profissional, é a já referida extemporaneidade com que o “estudo do ISCTE” foi apresentado, não permitindo a planificação e preparação das acções pelo IEFP.

Outra crítica, muito vincada pela FIEQUIMETAL e pelo SIESI, prende-se com a planificação do processo de descarbonização e com a falta de um plano para o processo de encerramento das centrais e da refinaria de Matosinhos. Perante um processo de descarbonização que era razoavelmente previsível, percebe-se a perplexidade da transição energética não ter sido preparada com maior antecedência, sendo o exemplo mais gritante a contratação tardia do já referido “estudo do ISCTE”. Mas sobre as questões de oportunidade e de planeamento, embora sendo ideal existir um planeamento atempado, isso nem sempre é possível na formulação de políticas. Neste caso se os avisos tivessem sido lançados antes e o “estudo do ISCTE” tivesse sido contratado e apresentado antes, o período entre o encerramento da central e o surgimento de novas actividades económicas seria menor, o

que provocaria menos angústia e sobressalto social. No entanto, e para se demonstrar que não é assim tão simples, as verbas que estão a ser utilizadas tem origem no Orçamento de Estado como antecipação das verbas europeias do Fundo para a Transição Justa (Portaria n.º 686-A/2021 de 29 de Novembro), o que demonstra que esse planeamento atempado poderia não ser a solução.

Por fim, a questão abordada no capítulo 2 sobre a tensão entre as questões ambientais e as questões sociais, obteve respostas diferenciadas consoante a posição dos actores. Os sindicalistas, com nuances, defendem que o ambiente não terá préstimo se não existirem pessoas para nele viverem. Mesmo quando concordam com a posição de Brian Kohler “A verdadeira escolha não é o emprego ou o ambiente. É ambos ou nenhum dos dois.”²³ (Kohler, 1996) acabam sempre por defender as questões sociais. Os autarcas, por sua vez, colocam claramente que o ambiente tem primazia sobre as questões sociais. Já o ex-Ministro recusa a dicotomia e prefere colocar a questão em termos de sustentabilidade, onde as questões ambientais e sociais andam a par. O que nos remete para a proposta de Harrahill & Douglas (2019) em que fazia depender a justiça da transição da sustentabilidade — só caminhando para uma sustentabilidade forte é que a transição será justa. Esta questão foi apenas a florada nas entrevistas e não fazia parte do objecto deste estudo, mas pode ser um exemplo de como é necessária a proposta de Cook et. al. (2012) sobre a necessidade de se estabelecer um novo contrato social — um contrato ambiental-social.

CONCLUSÕES

A primeira conclusão é a falta de especificação do conceito de transição justa operacionalizado pelo governo. O governo nunca explicita o que entende por transição justa mas acaba por implementar medidas de mitigação para o encerramento da Central do Pego. Fica por responder a questão, o que considera o governo um transição justa?

E a segunda é a de que o modelo de análise se mostrou adequado para a análise da situação, e poderá ser utilizado numa fase mais adiantada do processo.

Sobre a justeza desta transição, pode-se concluir que foram dados passos para que ela fosse justa, faltando que se concretize o que está previsto, sob pena de se tornar uma transição injusta, nomeadamente a criação dos postos de trabalho e a absorção dos trabalhadores da central.

Conclui-se também que o ponto fraco deste processo se prendeu com as acções de formação profissional que, segundo o apurado, não corresponderam ao que a situação exigia. Salientado-se mais uma vez que se o IEFP tivesse permitido quer a consulta do estudo, quer dado autorização ao Director do Centro de Emprego do Médio Tejo para conceder a entrevista, talvez fosse possível ter uma conclusão diferente.

²³ Em inglês no original, tradução minha.

Pode-se ainda concluir que o planeamento atempado, um item da definição de Transição Justa de Galgóczi, que não tínhamos considerado, é relevante, merecendo atenção em estudos semelhantes.

Conclui-se ainda que o aprofundamento da questão do novo contrato ambiental-social, pode dar um contributo para a regulação deste tipo de processos, bem como, estabelecer um chão comum que permita a construção de uma relação cooperativa entre a sociedade e o ambiente.

FONTES

ACTU (sem data) “Sharing the challenges and opportunities of a clean energy economy: A Just Transition for coal-fired electricity sector workers and communities”, Australian Council of Trade Unions

Acordo de Paris (2015) disponível em https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf

APA (2012). Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2050. Agência Portuguesa do Ambiente - Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas, Amadora.

Aviso de concurso n.º 01/SI/2022 - Apoio à diversificação económica para uma Transição Justa no Médio Tejo - “INOVAÇÃO PRODUTIVA” para o desenvolvimento e instalação de projectos económicos no Médio Tejo, consultado em 19 de Outubro de 2022. Disponível em <http://centro.portugal2020.pt/index.php/alert/item/1042-esta-aberto-o-concurso-para-o-apoio-a-diversificacao-economica-para-uma-transicao-justa-no-medio-tejo>

DGEG (2020). Roteiro e Plano de Ação para o Hidrogénio em Portugal. Direção -Geral de Energia e Geologia, Lisboa.

Expresso (2021a), “Acabou a produção de electricidade a partir do carvão em Portugal”, consultado em 14.08.2022. Disponível em <https://expresso.pt/economia/2021-11-20-Acabou-a-producao-de-electricidade-a-partir-do-carvao-em-Portugal-e8be2975>

Expresso (2021b), “O adeus ao carvão”, consultado em 15.08.2022. Disponível em <https://multimedia.expresso.pt/centraldopego/>

ILO (2015) “Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all”, International Labour Organization

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. (2018, Outubro). *Special Report Global Warming of 1.5° C*. <https://www.ipcc.ch/sr15/>

Jornal Público (19-11-2021) “Dinheiro da Transição Justa preocupa autarcas de Sines, Matosinhos e Abrantes”

Jornal Público (30-11-2021) “Fecho do Pego não trará «sobressalto social», promete Matos Fernandes”

Jornal Público (11-12-2021) “Outra vida para além do carvão”

MACA - Ministério do Ambiente e Acção Climática. Despacho n.º 9241-C/2021 de 17 de Setembro, “Determina a abertura do procedimento concorrencial para atribuição de reserva de capacidade de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público de electricidade produzida exclusivamente a partir de fonte(s) de energia renovável em centro eletroprodutor com ou sem armazenamento integrado.”

MACA - Ministério do Ambiente e Acção Climática. Despacho n.º 12081-A/2021 de 10 de Dezembro, “Regulamento do Mecanismo de Compensação para uma Transição Justa”.

MACA - Ministério do Ambiente e Acção Climática (2019) “Relatório da Consulta Pública do PNEC 2030”. Disponível em https://participa.pt/contents/finalreport/Relatório%20da%20Consulta%20Pública%20do%20PNEC%202030_4363.pdf

Ministérios das Finanças, Planeamento, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ambiente e Acção Climática e Coesão Territorial. Portaria n.º 686-A/2021 de 25 de Novembro, “Estabelece um mecanismo de antecipação de fundos para implementar medidas e ações previstas no Fundo para Uma Transição Justa (FTJ), determinando medidas e ações de apoio dirigidas aos trabalhadores e aos territórios afetados pelo fim da produção da energia elétrica a partir de carvão nas centrais termoelétricas de Sines e do Pego e pelo encerramento da Refinaria de Matosinhos.”

PCM - Presidência do Conselho de Ministros. Resolução nº 107/2019 de 1 de Julho. Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050).

PCM - Presidência do Conselho de Ministros. Resolução nº 53/2020 de 10 de Julho. Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

PCM - Presidência do Conselho de Ministros. Resolução nº 63/2020 de 14 de Agosto. Estratégia Nacional do Hidrogénio.

ZERO-Associação Sistema Terrestre Sustentável (2020, Julho 7). “Hidrogénio deve Antecipar Neutralidade Carbónica mas Estratégia Nacional não está à Altura do Desafio”. <https://zero.org/hidrogenio-deve-antecipar-neutralidade-carbonica-mas-estrategia-nacional-nao-esta-a-altura-do-desafio/>

BIBLIOGRAFIA

Alves Dias, P., Kanellopoulos, K., Medarac, H., Kapetaki, Z., Miranda-Barbosa, E., Shortall, R., Czako, V., Telsnig, T., Vazquez-Hernandez, C., Laca Arántegui, R., Nijs, W., Gonzalez Aparicio, I., Trombetti, M., Mandras, G., Peteves, E., Tzimas, E. (2018) “EU coal regions: opportunities and challenges ahead”, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

Cook, Sarah, Smith, Kiah e Utting, Peter (2012) “Green economy or green society? Contestation and policies for a fair transition” *UNRISD Occasional Paper: Social Dimensions of Green Economy and Sustainable Development*, No. 10.

Evans, Geoff e Phelan, Liam (2016) “Transition to a post-carbon society: Linking environmental justice and just transition discourses”, *Energy Policy*, 99.

Galgóczi, Béla (2018) “Just Transition towards environmentally sustainable economies and societies for all”, *ILO ACTRAV Policy brief*.

Galgóczi, Béla (2019a) “Phasing out coal – a just transition approach”, *European Trade Union Institute - Working Paper 2019.04*

Galgóczi, Béla (2019b) “Two faces of (a) just transition: the coal story and the car story”, em Béla Galgóczi (ed.), *Towards a just transition: coal, cars and the world of work* Bruxelas, ETUI aisbl.

Haggerty, Julia H., Haggertyb, Mark N., Roemera, Kelli e Rose, Jackson (2018) “Planning for the local impacts of coal facility closure: Emerging strategies in the U.S. West”, *Resources Policy*, 57.

Harrahill, Kieran e Douglas, Owen (2019) “Framework development for ‘just transition’ in coal producing jurisdictions”, *Energy Policy*, 134.

Johnstone, Phil e Hielscher, Sabine (2017) “Phasing out coal, sustaining coal communities? Living with technological decline in sustainability pathways”, *The Extractive Industries and Society*, 4.

Kohler (1996), “Sustainable development: a labor view” (online), consultado em 7 de Agosto de 2022, disponível em <http://www.sdearthtimes.com/et0597/et0597s4.html>

Oei, Pao-Yu, Hermann, Hauke, Herpich, Philipp, Holtemöller, Oliver, Lünenbürger, Benjamin e Schult, Christoph (2020) “Coal phase-out in Germany e Implications and policies for affected regions”, *Energy*, 196.

Olson-Hazboun, Shawn K. (2018) ““Why are we being punished and they are being rewarded?” views on T renewable energy in fossil fuels-based communities of the U.S. West”, *The Extractive Industries and Society*, 5.

Quivy, Raymond e Van Campenhoudt, Luc (1998) *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, gradiva (2ª edição).

Rosenberg, Anabella (2010) “Building a Just Transition - The linkages between climate change and employment”, *International Journal of Labour Research*, Vol. 2, nº 2.

Skoczowska, Tadeusz, Bieleckia, Sławomir, Kochańska, Maksymilian e Korczaka, Katarzyna (2020) “Climate-change induced uncertainties, risks and opportunities for the coal-based region of Silesia: Stakeholders' perspectives”, *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 35.

WBGU - German Advisory Council on Global Change (2011) "World in Transition - A Social Contract for Sustainability", Berlin, WBGU Secretariat.

Wexler, Mark N. (1996) "A sociological framing of the NIMBY (NOT-IN-MY-BACKYARD) syndrome", *International Review of Modern Sociology*, Vol. 26, nº1.

While, Aidan e Eadson, Will (2021) "Zero carbon as economic restructuring: spatial divisions of labour and just transition", *New Political Economy*, DOI: 10.1080/13563467.2021.1967909

ANEXO A – GUIÃO DE ENTREVISTAS

EX-MINISTRO DO AMBIENTE – JOÃO PEDRO MATOS FERNANDES

- a) O Acordo de Paris refere a Transição Justa no seu articulado. A UE estabelece-o como objectivo e cria um fundo para a apoiar. O Governo Português inclui-a também quer no RNC 2050, quer no PNEC 2030. Como é que o Governo Português e o seu Ministério a conceptualizaram e a definiram?
- b) Naturalmente que considera as questões do combate à pobreza energética e o aumento da literacia energética relevantes, uma vez que as incluiu no objectivo 8 (Transição Justa) do PNEC 2030. O que o levou a incluir estas questões no objectivo 8?
- c) Um aspecto referido quase sempre nos trabalhos sobre transição justa é a importância do diálogo social. Sendo que as questões do diálogo social e da participação são transversais no discurso político. Como é que foi o diálogo com os sindicatos e com as estruturas regionais (autarquias, comunidades intermunicipais e CCDR) no Pego?
- d) O PNEC 2030 cria o Conselho Nacional Portugal Energia. Considera que existem condições para um diálogo efectivo e que esse conselho será capaz de promover o diálogo? E considera que está dotado dos meios suficientes para o promover?
- e) O Fundo para a Transição Justa servirá, entre outros, o objectivo de promover o desenvolvimento regional. Como é que essas verbas vão ser aplicadas no Pego? Quais os projectos que podem vir a surgir no Pego? Considera que há condições para não agravar a situação socio-económica de uma região já de si frágil? Considera que a verba será suficiente ou será necessária uma componente nacional significativa?
- f) Quando se fala de transição justa a primeira dimensão referida é o trabalho. Como é que no Pego se trabalhou esta dimensão? Quais são as medidas implementadas para os trabalhadores directos e indirectos da central?
- g) Como Ministro do Ambiente estava numa posição privilegiada para lidar com a tensão entre trabalho e ambiente. Como é que vê essa tensão e como é que lidou com ela?
- h) Numa entrevista ao jornal “Público” em 30-11-2021 afirmou que o processo de encerramento do Pego seria “o exemplo de uma transição energética bem feita”. Considera que o processo que ainda está a decorrer está a dar-lhe razão? As questões de reconversão/formação profissional, os apoios aos trabalhadores e os projectos de desenvolvimento regional estão a demonstrar essa “transição energética bem feita”? Independente da sua consideração positiva ou negativa o que faria hoje de diferente?
- i) Há algo que considere importante sobre este tema e que não tenha sido referido em nenhuma das minhas perguntas?

SINDICATOS FIEQUIMETAL, SIESI, SINDEL E SIEAP

- a) O na altura Ministro do Ambiente numa entrevista ao jornal “Público” em 30-11-2021 afirmou que o processo de encerramento do Pego seria “o exemplo de uma transição

energética bem feita”. Quer o RNC 2050, quero o PNEC 2030, referem nos seus objectivos a transição justa. Na perspectiva dos trabalhadores o que consideram que seria uma transição justa? O processo que está a decorrer em que medidas é que se aproxima e se afasta dessa transição justa?

- b) Quais foram as reivindicações atendidas e quais as que não foram no processo de encerramento do Pego? Considera que se chegou a um compromisso ou no caso de não considerar quais as medidas que deviam ter sido implementadas para se chegar a um compromisso?
- c) O que é que está a acontecer aos trabalhadores do Pego? Já encontraram trabalho, estão à procura, migraram? Em termos de qualidade de trabalho como perspectivam que seja o novo trabalho a criar ou já encontrado?
- d) Na perspectiva do sindicato o processo de diálogo corresponde ao desejado? Isto é, corresponde a um processo efectivo de diálogo ou a um processo de auscultação?
- e) A UE e o governo têm políticas para a descarbonização da economia. Tem uma opinião sobre elas? Acha que salvagam os problemas que podem ser criados aos trabalhadores?
- f) Que opinião tem sobre o que um sindicalista canadiano disse em 1996, quando ele disse que ou se resolveriam as questões ambientais e sociais em conjunto ou não haveria solução?
- g) Como é que o seu sindicato vê o impacto do processo de descarbonização da economia nos trabalhadores?
- h) E você, como sindicalista, tem a visão do sindicato ou tem uma visão pessoal com alguma diferença face à do sindicato? Qual?

INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- a) Qual foi e qual está a ser o papel do IEFP na preparação dos trabalhadores da Central do Pego para a economia verde? Quais são as expectativas que o IEFP tem, qual é a meta a partir da qual considerarão que os programas preparados serão um sucesso?
- b) Quais têm sido as dificuldades que o IEFP tem enfrentado e como as têm tentado ultrapassar?
- c) Há por parte do IEFP uma noção clara do que pode vir a ser o futuro de cada um desses trabalhadores? Quantos poderão a vir encontrar trabalho na economia verde? Noutras actividades económicas? Quantos já migraram ou ponderaram fazê-lo?
- d) Têm dados ou conseguem estimar a taxa de desemprego nos trabalhadores directos e indirectos da central e a quebra de rendimento ocorrida?
- e) Conseguem perspectivar como vai ser o novo emprego para esses trabalhadores?

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES – MANUEL JORGE

VALAMATOS

- a) O processo de descarbonização da economia tem um impacto muito significativo no concelho uma vez que implicou o encerramento da Central do Pego com consequências para os trabalhadores e para a região. Quer o RNC 2050, quer o PNEC 2030 estabeleçam objectivos de uma transição justa nesse processo. Como é que a Câmara vê esse processo?
- b) A óbvia destruição de emprego tem implicações na economia local. Para além das medidas de protecção dos trabalhadores e da sua requalificação, o que é que a Câmara fez ou planeia fazer para diversificar o tecido económico? E quais são as que emanam do Estado central? Das várias notícias de investimentos na região quais são as perspectivas que tem condições de efectivamente se concretizarem?
- c) Existem outras medidas de compensação, tais como por exemplo a construção de equipamentos ou de investimento nos serviços públicos que foram incluídos no processo de transição?
- d) Em 19 de Setembro de 2021, o Público, dava conta de declarações suas com críticas à utilização do Fundo de Transição Justa. Considera os fundos suficientes? A execução dos fundos está a decorrer como previsto? Como encara o futuro da região?
- e) Na perspectiva da câmara o processo de diálogo corresponde ao desejado? Isto é, corresponde a um processo efectivo de diálogo ou a um processo de auscultação? O que seria, na perspectiva da câmara um processo de diálogo?

PRESIDENTE DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO – ANABELA

GASPAR FREITAS

- a) A óbvia destruição de emprego tem implicações na economia local. Para além das medidas de protecção dos trabalhadores e da sua requalificação, o que é que a comunidade intermunicipal fez ou planeia fazer para diversificar o tecido económico? E quais são as que emanam do Estado central? Das várias notícias de investimentos na região quais são as perspectivas que tem condições de efectivamente se concretizarem?
- b) Em 19 de Setembro de 2021, o Público, dava conta de declarações de vários Presidentes de Câmara, entre eles o de Abrantes, com críticas à utilização do Fundo de Transição Justa. Considera os fundos suficientes? A execução dos fundos está a decorrer como previsto? Como encara o futuro da região?
- c) Na perspectiva da comunidade intermunicipal o processo de diálogo corresponde ao desejado? Isto é, corresponde a um processo efectivo de diálogo ou a um processo de auscultação? O que seria, na sua perspectiva um processo de diálogo?

PRESIDENTE DA CCDR CENTRO – ISABEL DAMASCENO

- a) Para a região o processo de descarbonização tem impactos significativos. Na sua perspectiva quais são esses impactos e o que a CCDR está a fazer e/ou planear fazer para lidar com eles?
- b) A CCDR tem a competência da execução do Fundo da Transição Justa? Quais são as medidas que está a financiar e como é que está a decorrer a execução do fundo?
- c) A utilização do Fundo no Centro Litoral foi alvo de críticas pelos autarcas do Médio Tejo, sendo os impactos do encerramento da Central do Pego centrados no Médio Tejo como é que responde a essas críticas, considerando que o fundo é uma compensação pelo encerramento da central?
- d) Existe um processo de diálogo com as autoridades locais e com os sindicatos? Como é que decorre esse diálogo? Como é que pode ser melhorado?

ANEXO – ENTREVISTAS

ENTREVISTA A JOÃO PEDRO MATOS FERNANDES, EX-MINISTRO DO AMBIENTE E DA ACÇÃO CLIMÁTICA – 1 DE SETEMBRO DE 2022

O Acordo de Paris já referia a transição justa no seu articulado, a União Europeia colocou-o como objectivo, criou o Fundo da Transição Justa e o Governo Português colocou também o objectivo da Transição Justa, quer no Roteiro da Neutralidade Carbónica, quer no PNEC. Como é que o governo português e o seu ministério a conceptualizaram e a definiram?

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica mostrou uma coisa muito curiosa, que é: dos três cenários avaliados, aquele em que é mais provável nós conseguirmos a neutralidade carbónica é aquele em que economia mais cresce. Até pode parecer contraditório, porque um maior crescimento da economia significa logo duas coisas óbvias: mais energia e mais mobilidade. Mas se, de facto, essa energia e essa mobilidade forem completamente neutras em carbono, isso é relevante para que todo o modelo de crescimento seja um modelo de crescimento futuro muito diferente daquilo que foi o passado. Quero com isto dizer o quê? Que a transição energética que leva à neutralidade, cria emprego e cria emprego qualificado, e cria bem-estar e pode criar riqueza. Por isso, a transição justa tem mesmo a ver com perceber que estamos a falar de um período de tempo limitado e para um número de pessoas que, à escala portuguesa são sempre poucas. Duzentos e tal trabalhadores na refinaria de Leça, talvez sejam trezentos, enfim não vou discutir dessa forma, duzentos e tal, ou menos que isso, cento e tal trabalhadores no Pego, mais cento e tal trabalhadores que havia também em Sines.

Onde é que a transição justa pode afectar? Ou melhor, onde é que a transição, justa ou não, a transição energética pode afectar mais o emprego? Tem muito a ver com a indústria automóvel e todo o apoio à indústria automóvel, as oficinas, entre outros, e tem a ver com um sector muito particular que é o sector da cerâmica, que envolve muito emprego e onde é importante haver apoio. Muito para além do que está no Fundo para a Transição Justa, para que, de facto, alguns sectores que têm produtos que continuam a ser relevantes, tanto quanto nós conseguimos perceber na economia do futuro, possam continuar a produzir. O Fundo para a Transição Justa surge, em meu entender, eivado de um problema, que aliás é um problema que se reflecte no conjunto do *Fifty Five Package* da União Europeia e que é o Fundo nunca reconhecer o trabalho já feito. Isto é, a União Europeia posiciona-se, seja para o *Just Transition Fund*, seja para o resto dos fundos que são filhos do *Fit for Fifty Five* naquela base de: eu tenho que dar mais a quem está mais longe da meta. E foi assim que de facto foi desenhado o Fundo para a Transição Justa. Eu não tenho a mais pequena

dúvida de que a Polónia precisa de muito mais apoio do que Portugal. Tem minas de carvão e tem, nem sei, eventualmente dezenas de milhares de empregos ou centenas de milhares de empregos que podem estar em risco. Mas isso também acontece à data de hoje, porque a Polónia não fez puto! Portugal orgulha-se de ter 60% da sua electricidade produzida a partir de fontes renováveis, mas até 31 de Dezembro isso significou que os portugueses pagaram mais 17 bi (mil milhões de euros) para que isso acontecesse. E isso não releva nada para aquilo que são a formatação dos fundos que aí vêm. No que diz respeito ao Fundo para a Transição Justa propriamente dito, e porque o valor que foi dado era uma invariante, o valor é este. Ele foi desenhado, pensado, para quatro regiões, tanto quanto sei ficaram só três. A Área Metropolitana do Porto pelo entorno da Refinaria, Sines, o Pego e Abrantes, mas claramente à escala do Médio Tejo. O Pego é mesmo uma gota de água e quisemos muito que entrasse aqui uma quarta região, que é exactamente a região da cerâmica, se quiser mais ou menos de Aveiro a Leiria, grosso modo. Tanto quanto eu sei, ela não foi considerada, e é pena, porque esta é uma região que, se das outras três nós estamos a falar de apoio para a criação de riqueza alternativa àquilo que era a criação de riqueza associada aos combustíveis fósseis, este quarto exemplo, em meu entender muito feliz, não era para apoiar empresas novas, seria para apoiar empresas velhas na sua reconversão. E tenho pena que isso se tenha perdido.

Um dado importante é que o meu o campo da acção vai ser o Pego. Mas isso é importante porque eu sabia um pouco dessa história da quarta região e da cerâmica, mas está um bocado fora disto, eu vou falar disso *en passant* mas não é o foco da tese. Eu gostava de saber quais são as dimensões que o Governo considerou, ou como é que chegou às dimensões consideradas da transição justa, ou seja, o trabalho, o desenvolvimento regional...

O Fundo para a Transição Justa partia de um leque muito alargado que até permitia comprar autocarros eléctricos. Nós fizemo-lo focar sobretudo em duas coisas. Por um lado, na promoção de emprego associado a uma nova economia de fontes de electricidade a partir de fontes renováveis, sim! Mas muito pensado também para aqueles que são os trabalhadores que, independentemente das suas competências serem competências de nova economia ou não, pudessem mesmo ser protegidos. O caso do Pego é de facto um caso até muito claro de protecção do salário durante aproximadamente um ano, eu também poderei explicar porque é que o Pego é diferente de Sines e é diferente de Matosinhos. Mas eu nunca achei que esses trabalhadores tinham necessariamente de buscar emprego na nova economia. Muito provavelmente eles poderão ter apoio para a criação de emprego e serem felizes profissionalmente naquilo que sempre fizeram com outros empregadores, organizados de outra forma.

Em que é que o Pego é diferente dos outros dois? A refinaria de Matosinhos fechou porque deixou de ter negócio. A Central Térmica de Sines fechou porque deixou de ter negócio. A central do Pego fechou porque o contrato acabou, e nós sabíamos que o contrato ia acabar. E sabendo que o contrato ia acabar, preparámos as coisas para poder apoiar esses mesmos trabalhadores. Dito de outra forma, no caso da Galp e no caso da EDP, a responsabilidade, para mim, da protecção dos trabalhadores recai sobre os mecanismos comuns que existem na Segurança Social e recai sobre essas mesmas empresas. No caso do Pego o contrato acabou e tendo acabado o contrato, e só sendo possível renovar o contrato através de uma mudança da lei, que de outra forma seria ilegal e precisaria de um concurso, nós sentimos a necessidade de proteger estes mesmos trabalhadores e fazer duas coisas, por um lado protegendo-os, por outro lado, lançando o aviso para que se percebesse, dentro do Fundo para a Transição Justa, quem eram os potenciais candidatos às verbas que aí viriam. O mesmo relativamente ao POCentro, até porque o Fundo para a Transição Justa vai ser gerido no contexto das CCDRs e em minha opinião, não sei como é que isso acabou, acho que até devia ser mais local. Eu acho que a CCDR Centro devia mesmo alugar um T3 em Abrantes, e a CCDR Norte um T3 em Matosinhos, e a do Alentejo um T3 em Sines, para fazer de facto uma gestão ainda mais próxima daquilo que são os problemas sociais e das oportunidades que resultam desta mudança.

O objectivo oito que é o objectivo que fala da transição justa dentro do PNEC, que tinha uma série de objectivos, o oitavo falava em transição justa, se não me engano dizia democrática e coesa, um diz democrática e coesa e o outro diz só democrática (PNEC 2030 e o RNC 2050), incluiu logo o combate à pobreza energética e o aumento da literacia energética. O que é que o levou a incluir isto dentro do chapéu transição justa?

O Fundo para a Transição Justa tem de facto características muito próprias, dirigido a territórios muito concretos, que são aqueles onde se estimavam uma maior perda de emprego por aquilo que iria inevitavelmente acontecer, ou por aquilo que poderá vir a acontecer. À escala do PNEC, a transição justa e não só justa, já não recordava os nomes com detalhe, tem que ter um âmbito nacional. Se nós queremos de facto descarbonizar a sociedade, ainda que electrificação e descarbonização não sejam sinónimos, temos que, por exemplo, nos edifícios que são responsáveis por cerca de 30% das emissões que o país produz, tudo fazer com o objectivo de aumentar e muito a eficiência energética. E há exemplos muito concretos, desde aquele primeiro programa do gás eficiente (foi uma coisa muito curtiinha). Não se chama assim. Talvez se chame. No âmbito daquele primeiro programa de combate a pandemia. Nós tínhamos 4 milhões de euros para a eficiência energética dos edifícios e acabámos a gastar nove. Depois disso, no âmbito do PRR temos dois programas, um em tudo parecido com o primeiro, mas com uma dimensão financeira, já não sei quanto é que é, 160 milhões de euros, salvo erro. Posso arranjar esses números se

os não tiver, mas de facto com outro folgo, é o comum das famílias, e depois um outro que é para aqueles que não têm tesouraria para iniciar o seu processo. São aqueles *vouchers*, o *voucher* eficiência, acho que é assim que se chama, o *voucher* eficiência que é muito pensado exactamente para as famílias que não tinham esse dinheiro e portanto, às quais nós pagamos a 100% a melhoria das condições das suas casas.

Atenção que há aqui uma verba escondida no óbvio e muito maior que todas estas, que são as verbas do PRR que existem para habitação, nomeadamente para a recuperação dos bairros sociais e para a construção de uma habitação eficiente, em que a melhoria das condições de eficiência energética (imperceptível) são da maior relevância e por isso, está aí até, de facto, a verba maior. Nós estamos aqui a apoiar quem é pobre e não vive no bairro social, no segundo dos casos e o comum das famílias, até porque a pobreza energética está muito longe de ser só um problema de pobreza. Os meus avós, homens, tinham certamente dinheiro para pagar a electricidade e andavam sobretudo dentro de casa. Isto é, a tradição de aquecimento das casas em Portugal é a lareira e a escalfeta e por isso nós temos um parque habitacional muito mau, muito mal preparado e com uma parte ainda muito grande de edifícios sem qualquer regulamentação no que ao conforto térmico diz respeito.

É um bocado para dar essa dimensão democrática que fazem isso?

Sim, é essencial estender isto ao país todo.

Um outro aspecto que é muito referido na literatura sobre transição justa é a importância do diálogo social. Aliás, o diálogo social e a participação são, hoje em dia, transversais no discurso político. Como é que foi o diálogo com os sindicatos e com as estruturas regionais? No Pego, com a CCDR, autarquias e comunidade intermunicipal?

Eu acho que foi um diálogo muito estruturado e que acabou com o acordo pleno em torno daquilo que se conseguiu, porque descontados aqueles que não quisessem aderir ao esquema proposto — e foram muito poucos — houve de facto um ou outro que não o quis porque já tinham uma proposta de emprego noutra sítio qualquer, sobretudo quadros mais qualificados. Nós desenhamos um pacote que era não só para os trabalhadores da Tejo Energia, como para os trabalhadores que a Tejo Energia nos ajudou a identificar — e os sindicatos estiveram de acordo — das empresas que trabalhavam em *full-time* para a Tejo Energia, nomeadamente a empresa de limpezas. Que eram pessoas que só trabalhavam ali, embora tivessem outro patrão. Os trabalhadores que estavam associados à carga e descarga, aliás à descarga do carvão, que eram numa outra empresa e até algumas empresas que, em termos industriais, estou a falar da EFACEC tinha lá dois, três quadros em permanência, portanto correu muito bem a conversa com os sindicatos. E eu direi

mesmo assim, depois de algumas conversas com os sindicatos mais provocadas por eles, em que eles vieram trazer a preocupação.

Na primeira conversa que tivemos com os sindicatos, em que nós fizemos a nossa proposta, eles até acharam que devia haver ali qualquer coisa de esquisito, que era bom demais. E isso foi muito evidente. Eu tive uma vez — um bocadinho à margem, mas pode ficar gravado que é verdadeiro — uma conversa muito engraçada. Quando foi a venda das barragens da EDP, ouvi os sindicatos EDP a dizer “é obrigatório que quem aí vem mantenha o contrato colectivo da EDP.” E passados 15 dias telefonaram-me a dizer, “Olhe, esqueça! A gente já viu o da ENGI, esqueça lá isso” o que é que eu fui dizer? Logo no primeiro dia passaram de 22 para 25 dias de férias, “não, deixe lá, deixe lá!” Eu acho que esta história da venda das barragens foi a história mais feliz de todas, foi um sindicato a dizer, olhe eu enganei-me, afinal não vi bem. Mas no caso do Pego correu muito bem. Eram três sindicatos e acho que estiveram muito bem na defesa dos direitos dos seus trabalhadores.

Às vezes aparecem algumas coisas mais difíceis de controlar, por causa do controlo político dos próprios sindicatos quando são da CGTP. Com todo o respeito, é uma outra forma de funcionar. Não foi de todo em todo o caso, portanto, eles perceberam que aquilo que era oferecido foi mesmo oferecido tudo, nós pagámos tudo excepto prémios de produção, tudo. Houve aqui um trabalho todo (imperceptível) da empresa, e foi tudo sempre com autorização de cada trabalhador, disse-nos de facto qual era a massa salarial um a um. É óbvio que eu não podia andar a destrinçar subsídio de refeição e horas extras. Mas foi aquilo, portanto ficaram de parte os prémios de produção, isso não fazia sentido e o resto foi tudo pago.

Ainda sobre o diálogo, no PNEC cria o Conselho Nacional Portugal Energia. Considera que há condições para esse conselho promover um diálogo efectivo? Tem os meios e as competências suficientes para funcionar para o futuro?

Eu não sei responder a essa pergunta de forma directa, com toda a franqueza. Aquilo que eu sinto é o seguinte: os três principais problemas, admitindo que Sines não vai ter essa questão, os três principais problemas em termos de casos de quebra, localizada no espaço, de emprego na casa das centenas que havia para haver em Portugal, já houve e acho que os ultrapassámos relativamente bem. Continuo a achar inaceitável que a Galp, em vésperas de Natal, diga “isto vai fechar”, ainda por cima vai fechar em Maio, em Abril. O que é que custava passar o (imperceptível)? Mas há uma coisa que é verdade. As energias renováveis dificilmente criam 100 postos de trabalho no mesmo sítio. Talvez em projectos industriais associados ao hidrogénio isso vá acontecer; naquilo que é hoje a oferta isso não acontece. E, portanto, existe sempre uma imagem que é uma imagem de perda. Imagem essa que eu acho que foi muito bem mitigada e que... da qual ressalta sempre uma linguagem sindical. Eu ouvi os sindicatos da Galp, por exemplo, a dizer “nem um emprego foi criado”

(imperceptível) caramba! de Matosinhos a Viana do Castelo é assim tão longe? Milhares de empregos criados no (imperceptível) eólico, 400 milhões de euros de exportação. Portanto, é muito evidente que esse emprego vai ser criado, agora temos nós, hoje, na nossa estrutura de formação profissional, já uma oferta de formação que permita empregos qualificados? Temos muito pouco. Existem muito mais cursos para cabeleireiros e para barbeiros. Eu sei que sendo careca para mim é fácil, qualquer rapaz com uma tesoura me sabe cortar o cabelo. Mas existem muito mais cursos para cabeleireiros do que para serralheiros. E isso é mau, isso é muito negativo. Parece muito evidente que aquilo que está a faltar hoje na mão de obra portuguesa é o mestre, aquilo que quando eu era menino, se chamava o mestre.

A minha actividade profissional é a da construção civil e, portanto, é o picheleiro, o serralheiro, o carpinteiro de limpos, são esses que não existem, e não existem porquê? Não existem, porque se associaram duas coisas. Não sei se teve consciência disso. Em muitos empregos associou-se uma oferta de emprego muito mais bem paga no centro da Europa e a *low cost*, que permite que a malta, por 70 € venha ver a família de 15 em 15 dias. Essa associação é dramática para a construção civil portuguesa e para toda a metalomecânica e tudo o mais. Que está muito associada àquilo que são exactamente estas novas formas de produzir electricidade. Os *low cost* que vão, não para Paris, mas para Lyon, para Clermont-Ferrand, para Nantes que existem a partir de Lisboa e certamente também a partir do Porto, o regresso sexta ao final do dia parece a camioneta que saía das caves e das cerâmicas onde eu fui menino em Oliveira do Bairro. São operários a regressar para o fim de semana com a família.

Voltando ao fundo. Um dos objectivos era promover o desenvolvimento regional.

Um dos objectivos é promover o desenvolvimento regional. Em muitas coisas. Ponto um. O PNEC ao advogar a produção de electricidade a partir de fontes renováveis, de forma a chegar aos 80% ou aos 100% já em 2040; ao reconhecer que descarbonização não é sinónimo de electrificação e, portanto, que nós temos de produzir gases renováveis, sabe mesmo duas coisas que está a abandonar a concentração — a grande unidade com 1 GW, 1,4 GW como era Sines ou 0,6 GW ou 0,65 GW com o era o Pego para promover a disseminação das fontes de produção. E com isso, obviamente vai fazê-lo pelo país fora, vai fazê-lo sempre de acordo com aquilo que é (imperceptível) dos solos e procurando instalar onde os solos são mais pobres. Sendo que também onde os solos são mais pobres é onde há menos rede de transporte de electricidade. Como é que foi concebida a nossa rede de transporte de electricidade? E com toda a naturalidade, não é crítica nenhuma. Para levar dos centros de produção, que basicamente eram as duas centrais térmicas e as barragens no norte do país, para os locais de consumo. Ora quando aparece uma disseminação de locais de produção que estão hoje nos locais de consumo, estou a pensar no sul do Alentejo

e no norte do Algarve, que são terrenos onde o solo é esquelético, Alcoutim, Mértola, onde você planta um pinheiro e ele não cresce. Nesses sítios também não há rede de transporte e percebe-se porquê, por isso é que também não acontece (imperceptível) pela manhã, estas coisas paulatinamente vão acontecendo. No mês de Julho e Agosto, vi esta notícia hoje, foram os primeiros meses em que pela primeira vez em Portugal a produção de electricidade a partir do solar ultrapassou a produção de electricidade a partir de origem hídrica. Isto era inimaginável! Não era há 20 anos atrás, era há 2 anos atrás, completamente inimaginável! E depois sim, porque repare, quando nós estamos a intervir, e se calhar vale a pena ir ao fundo ambiental e ao *síte* do fundo ambiental (e se não tiver essa informação eu arranjo quem lha arranje) naquilo que são as intervenções para a melhoria da eficiência energética dos edifícios, elas acontecem mesmo pelo país todo, vale a pena conhecer a desagregação geográfica das candidaturas aprovadas. Imagino que Lisboa e o Porto tenham mais porque também têm muito mais gente. Isto é, estamos a falar de uma economia de muito pequena empresa, da economia do instalador ou do pequeno empreiteiro, de quem muda as janelas, de quem instala o painel solar lá em casa, de quem forra as superfícies (imperceptível) com capoto, não é a Teixeira Duarte nem a Mota-Engil, muito menos a EDP e a Iberdrola. É o pequeno empreiteiro que está no país todo a fazer essas mesmas intervenções e, portanto, sim!

Não vou dizer que por trás do PNEC existe um propósito de justiça regional, mas que existe, e há a clara percepção de que os centros de produção hoje se espalharam muito mais pelo país, criando emprego, seja na construção, seja na operação, e do lado da eficiência energética dos edifícios, isto devia acontecer pelo país fora, claramente como mão-de-obra local e pequenas empresas locais.

Voltando ao Pego. E sabendo nós que não são muitas pessoas mas que é um acontecimento muito localizado no tempo e no espaço, existe um problema de trabalho ali. O Fundo não prevê projectos naquela região? projectos de diversificação económica...

Eu falo sem ter um conhecimento completamente apurado, mas eu recordo-me do aviso que foi lançado. Quando se encerra o Pego, dias antes, dias antes não, meses antes, tinha sido lançado um concurso para aproveitar aquilo que é verdadeiramente de valor, que está lá e é um bem público, que é um ponto de injeção na rede de 650 MW, um dos mais poderosos que o país tem. Foi lançado o concurso, que foi ganho pela Endesa com um projecto de hibridização muito interessante, muito interessante, de produção de electricidade sempre com fontes renováveis e com origens múltiplas. É este projecto muito interessante que vai absorver aqueles trabalhadores todos, sendo que uma coisa destas não entra em produção em menos de dois, três anos. Mas, no aviso que foi lançado, este sim, dias antes do encerramento da central, até acho que foi simbolicamente nesse mesmo dia, um aviso de

pré-qualificação em que apareceu um conjunto muito relevante de projectos industriais de origem pública e de origem privada, estou a lembrar-me que a EPAL foi um deles, estou a lembrar-me que a Mitsubishi do Tramagal foi outro deles e, portanto, apareceram ainda um conjunto vasto de entidades que estão à procura de mão-de-obra.

Eu não sei o que aconteceu àqueles trabalhadores do Pego, mas eu espero bem... Nós demos um ano, até porque... aquilo foi feito por um ano por duas razões. Uma, não tenho culpa de defender o próprio interesse do lado de cá, porque uma coisa destas não pode ser para a vida toda, e nós queremos que as pessoas vão à procura de emprego; mas também pensando nos trabalhadores porque, já não sei dizer os números —mas está em discursos meus de altura— houve um conjunto de 60 e tal trabalhadores que se mantiveram na empresa para fazer o seu desmantelamento e provavelmente ao fim de um ano esses trabalhadores poderiam estar numa situação de desemprego. É essencial rever, salvo erro é em Setembro/Outubro, rever exactamente o que é que está a acontecer para poder integrar uns e se calhar dispensar outros. Portugal neste momento não tem... descontadas as questões de falta de qualificação, o que eu conheço é gente que não tem gente para trabalhar, muito particularmente na indústria. Problema que não é só um problema português. Eu tenho uma filha, uma filha engenheira de gestão industrial a trabalhar na Holanda no Marketplace. No outro dia encontrei-me com um amigo que tem duas fábricas na Holanda, “A tua filha está na Holanda? Eu tenho dois empregos já para ela, que eu não arranjo engenheiros na Holanda.”

A minha mãe é da Bairrada e temos lá uma casa, os restaurantes do leitão não têm gente para servir à mesa. Isto nunca aconteceu! Não há gente para servir à mesa, as empresas de construção civil estão aflitas com a falta de mão de obra, aflitas! Para já não falar no que é a agricultura e outras actividades que têm respeito pelas pessoas e não querem contratar. Estive noutro dia num projecto em Idanha, num grande projecto de resina, em que eles conseguem ter 30 empregos em permanência, só têm dez pessoas e não encontram onze.

Nós vemos pelas notícias, aquela malta do subcontinente indiano, é que tem de trabalhar na agricultura neste momento... Pois! ...naquelas condições pavorosas que também vemos nas notícias. Quem não os quer contratar vê-se aflito para desenvolver a actividade, é um facto!

Já falámos um bocado disto, nas medidas que foram implementadas para os trabalhadores, que foi essa substituição de salário...

A substituição de salário foi o garantir que tão depressa quanto é possível, aquele ponto de ligação à rede venha a estar outra vez a injectar electricidade a partir de fontes renováveis e foi lançar um aviso para que outros projectos industriais pudessem vir a ser majorados no seu financiamento público para compensar o emprego ali perdido.

Mudando um bocadinho a agulha, como ministro do Ambiente estava numa posição privilegiada para lidar com a tensão entre ambiente e trabalho. Como é que lidou com ela?

Tentando mostrar que não valia a pena tentar resolver essa tensão. E provando que a aposta na sustentabilidade é ela criadora de riqueza. Eu recordo, quando veio o covid, em que apareceu aqui uma tensão muito clara entre aqueles que diziam, “este é finalmente o momento para que a porta se abra, se derramem os frutos e a justiça”, como diz o poeta Raul de Carvalho. Porque é agora que as pessoas vão perceber a importância dos (imperceptível). E os outros que diziam “acabou, isto acabou! Isto quando acabar a pandemia vai tudo começar a consumir, a gastar o que for e as questões ambientais vão desaparecer de cima da mesa”. Eu nunca tentei resolver esta tensão, aliás muito aristotélica. Eu achei mesmo que era importante mostrar que para sair da crise, o investimento que tinha de ser feito era o investimento de sustentabilidade e portanto, eu não vejo uma tensão no sentido de uma moeda com duas faces, de forma alguma.

Vamos lá ver. Vamos nós combater a crise climática sem sacrifício? Não! Não vamos deixemo-nos de coisas, não vamos, eu não conheço nenhuma revolução que tenha sido feita sem mártires e, portanto, nós não vamos fazer isso sem sacrifício. Agora, nós vamos ter um modelo de crescimento da economia baseado na energia barata e na mão de obra barata? Não podemos, vamos destruir o planeta dessa forma, mas também tenho consciência que, independentemente do horror das ditaduras, independentemente da guerra que esteve presente durante todo o século XX, por exemplo, na Europa e não só, que este último século é um século de bem-estar como nunca existiu. Nunca vivemos tanto, com tanta saúde, com a existência de uma classe média com bem-estar. Nunca vivemos assim, e portanto, este modelo de economia linear que nos trouxe aqui, extrai, transforma, transporta, usa e descarta, é um modelo insustentável, mas é o modelo que nos deu muito bem-estar, se não fosse ele não estávamos aqui à conversa, e portanto esta mudança implica mudança de comportamentos e, obviamente, implica sacrifícios.

Mas, sobretudo, sobretudo, não é apostar ou na criação de riqueza ou apostar na protecção ambiental. Essa fase já está ultrapassada. É apostar na criação de riqueza a partir do investimento na sustentabilidade. Repare, o que é que diz o Roteiro para a Neutralidade Carbónica? Para atingirmos o nosso objectivo, temos que investir mais 2 bi em cada ano, 2 mil milhões € em cada ano. E, portanto, os grandes motores, o grande projecto industrial que existe em Portugal está todo associado à sustentabilidade. Veja o que foram as candidaturas às agendas mobilizadoras, acho que é assim que se chamam, para a indústria no PRR, 80% dos projectos foram germinados no meu ministério. Tinham a ver com a produção de gases renováveis, com a economia circular, com a bioeconomia e a co-produção e utilização de electricidade a partir de fontes renováveis. Este é que é o projecto

industrial que o país tem. Não vale a pena andar a pensar de outra forma, porque pensar de outra forma, conduz-nos a exercícios intelectuais deploráveis.

Como este estudo que a SEDES apresentou. Que é uma coisa deplorável! Não consigo dizer melhor do que isto. O Álvaro Beleza é a prova que qualquer burro se forma em medicina! — pode muito bem ser gravado. — É inaceitável o que ali está escrito, triplicar o PIB? Mas são tolos? Estão a brincar a quê? Assumir que o planeta pode aquecer três graus e meio? Bom, poder pode. Agora podem desde já dizer ao Eng. Mira Amaral que ele não vai estar cá, porque nesse dia não foi ele que morreu, morremos todos!

Atenção porque três graus e meio... o Nordhouse não foi Prémio Nobel da Economia em 1918, foi Prémio Nobel da Economia em 2018, e em 2018 provou que se de facto o planeta aquecer três graus e meio isso é muito grave para o PIB. Ora, não vai estar cá ninguém para fazer a conta. Mas isso parece ser um detalhe para os economistas positivistas que são a maior parte deles, porque enquanto a economia achar que é parecida com a física, estamos lixados. Agora, ensinar as leis da física, que são lineares e simples, a um economista, um gajo ainda consegue. O problema é que a economia não tem nada a ver com a física, a economia é toda ela como a termodinâmica. E ensinar, mesmo os princípios básicos, da termodinâmica a um economista é uma impossibilidade, eles não entendem.

Ainda tem mais perguntas para mim? Agora só me apetece dizer disparates.

Ainda sobre isto, como é que os sindicatos reagem a essa sua visão de ser na sustentabilidade que resolvia essa tensão?

Nunca me deram razão em momento algum. Quem são as estruturas mais conservadoras neste país? Os ambientalistas e os sindicatos, porque acham que tudo deve ser como foi, tudo deve ser como foi. Os ambientalistas são piores ainda, tudo deve ser como foi e, portanto, qualquer mudança é obviamente perturbadora. E pode significar de facto um risco, não há mudança sem risco, seja risco para aquilo que verdadeiramente deve importar a um sindicato, que é o bem estar dos seus trabalhadores, seja risco para aquilo que eu acho que menos deve importar a um sindicato, que os importa muito que é como é que o sindicato vai continuar a ser importante no sistema, e portanto, as mudanças comportam sempre sempre esse risco. Não! Nunca encontrei, nunca encontrei nenhum sindicato a ser mais progressista que o Eng. Mira Amaral ou que o José Gomes Ferreira. É sempre: sim, estas coisas são importantes, mas, e a seguir ao mas, vêm os disparates todos!

Numa notícia do Público, em Novembro, dizia que o Pego seria o exemplo de uma transição energética bem feita. Acha que o que está a acontecer está a dar-lhe razão?

Se eu fosse ministro diria que sim, com certeza. Meu caro João, eu não tenho informação, não lhe sei dizer. Há uma coisa que eu sei. Provavelmente sim, porque encontrámos uns bons suspensórios para um ano. Mas eu acho que isto deve ser avaliado. Espere por Janeiro, não pode esperar se calhar. Porque se calhar só em Janeiro ou Fevereiro é que alguém pode dizer alguma coisa com consistência, porque até lá todos os suspensórios foram montados, até lá (imperceptível). Mas eu não sei o que vai acontecer no *day after*.

E teria feito alguma coisa diferente hoje? Com o que aprendeu?

Eu acho que nós fizemos mesmo bem no Pego, envolvemos a Câmara, os ministérios trabalharam bem, a coesão, o emprego, o Miguel Cabrita. Nós próprios, eu acho que trabalhámos bem. Eu acho que o Pego é um bom exemplo. Sinceramente, é mesmo um bom exemplo do que poderíamos ter feito.

E agora a última pergunta, acha que há alguma coisa importante, sobre isto, que eu não tenha perguntado e queira ainda dizer?

Resposta: Eu era capaz de voltar a sublinhar uma coisa que já disse, que tem a ver com o impacto, nem digo no espaço público e noticioso, não quero entrar por aí. Mas o impacto que tem o modelo de produção de energia baseado em três ou quatro pontos muito potentes e a sua transformação desses três ou quatro muito potentes em 30 ou 40 pouco potentes. Isso traz, de facto, consequências no trabalho inevitáveis e traz consequências no trabalho, porque não só as competências são diferentes, mas sobretudo, onde eu quero chegar, a geografia é completamente diferente.

E Portugal é um país onde não há mobilidade, é um país onde não há mobilidade. Dizer não é, não é... não fica mal a um ministro dizer que as 100 pessoas que estão em Sines vão ter emprego no espaço de dois anos em dez concelhos à volta de Sines, eu acho que não fica mal a um ministro dizer isto. Eh pá! Mas quem ouve uma coisa dessas, provavelmente está a meio de pagar a casa, tem os filhos ali na escola, e ainda faltam três anos ou mais para acabar o liceu... E portanto, acaba por ser de facto muito complicado e portanto eu sinto que a questão da mobilidade, com todas as componentes que ela tem, mormente a componente habitação num país que toda a gente sonha em ter a sua própria casa, é sempre uma questão muito complexa. Em Portugal, a questão da transição justa associada a novas formas de produzir electricidade a partir de fontes renováveis, para pensarmos nesse exemplo mais claro, terá sempre um grau extra de dificuldade, que é a falta de mobilidade que nós temos. Porque, no mais, considero inimaginável que um país que tem água, sol e vento, para produzir 100% da electricidade que consome, deve andar sistematicamente a desequilibrar a sua balança comercial para comprar o que nos faz mal, que são combustíveis fósseis e portanto olhe, só sei acabar citando a minha parte esquerda chamada Silvío Rodríguez "*Soy feliz // Soy un hombre feliz // Y quiero que me perdonen //*

Por este día // Los muertos de mi felicidad", mas reconheço que a minha felicidade, de facto, tem sempre muitas pedras pelo caminho.

ENTREVISTA A ROGÉRIO SILVA, COORDENADOR DA FIEQUIMETAL — 15 DE SETEMBRO DE 2022

O, na altura, Ministro do Ambiente, numa entrevista ao Público, em 30 de Novembro de 2021, afirmou que o processo de encerramento do Pego seria o exemplo de uma transição energética bem feita. Quer o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, quer o PNEC, referem nos seus objectivos a transição justa. Na perspectiva dos trabalhadores, o que consideram que seria uma transição justa? O processo que está a decorrer, em que medidas é que se aproxima ou se afasta dessa transição justa?

Essa é a questão de fundo. Na nossa visão, este processo de justo tem muito pouco. Desde logo, tem uma questão à partida que não foi tida em conta, que é o peso que Portugal tem no contexto global, incluindo europeu, do ponto de vista das emissões de CO₂ nós não temos peso. Eu diria que é insignificante. Existem até números sobre isso. Creio que se não estou errado, nós representamos 0,3% ou 0,7% do global. Portanto, Portugal nem aparece nas estatísticas, nem nos levantamentos a nível mundial e a nível europeu. Não tem peso absolutamente nenhum. Ainda assim, nós não ignoramos a importância que tem. Desde logo, porque não somos contra a evolução tecnológica, como é evidente. Não ignoramos que é necessário fazer alguma coisa. E também não ignoramos que as centrais a carvão não têm que durar para todo o sempre só porque sim, existindo alternativas do ponto de vista da produção energética ao carvão. Somos apologistas disso. O problema tem a ver exactamente com o caminho que foi construído. Ou seja, o governo português, em vez de fazer a transição justa, tal como ela devia ter sido feita, trabalhou para uma agenda política, para aparecer na União Europeia como o bom aluno.

Nós demos este exemplo n vezes, isto já na altura, e chamámos inclusivamente a atenção. Ainda não existia conflito na Ucrânia, que estava latente e nós fomos chamando a atenção: Cuidado, porque é preciso garantir, para além da soberania energética, o aprovisionamento energético em Portugal. Não é possível fazer uma transição energética apenas e só com as chamadas energias renováveis, porque elas são intermitentes e, portanto, é preciso garantir o aprovisionamento energético. É preciso garantir a segurança da rede a nível das centrais térmicas, tanto o Pego como Sines tinham esse papel, de garantir a segurança da rede. Para dar um exemplo, há uns meses atrás, creio que no ano passado houve um pequeno incidente nos Pirinéus com uma avioneta e Portugal teve um apagão de cerca de cinco minutos. Se não fosse a central do Pego, nós tínhamos tido um apagão semelhante àquele

que houve há uns anos na história da cegonha. Foi a central do Pego que conseguiu equilibrar a rede de modo a que não houvesse uma situação de deslastre. E isto não é uma coisa menor. As questões da segurança têm que ser levadas em conta. Aliás, tanto assim é que a central do Pego nunca esteve 365 dias na rede. Ela entrava na rede ainda antes do mercado liberalizado. Entrava na rede quando era necessário, quando havia necessidade de produzir um pouco mais. Obviamente que os custos da matéria-prima também pesavam, o carvão tem aquelas oscilações no mercado.

Portanto, o processo foi todo ele conduzido tendo em conta uma agenda política e não as verdadeiras necessidades do país, onde se incluem, obviamente, os trabalhadores. E nós entendemos que ele devia ter sido feito de forma mais progressiva, como aliás fizeram outros países. A Alemanha foi disso exemplo e ainda hoje tem em cima da mesa a última central térmica que vai encerrar, que é aquela que tem maior capacidade em MW, está previsto [o encerramento] para 2038, para 2038! E estamos a falar de um colosso do ponto de vista da produção energética. Esse foi o grande problema. Aliás, Portugal foi de facto, e isto confirma-se, foi anunciado como um exemplo no quadro das instituições europeias. Qual é que foi o problema? O problema que isto acarretou? É que trouxe uma situação muito, muito negativa do ponto de vista da nossa capacidade produtiva, do ponto de vista energético. Tornámo-nos mais dependentes do que aquilo que já éramos, porque nós tínhamos a central do Pego e tínhamos a central de Sines, estas duas a carvão, depois temos as outras centrais de ciclo combinado. O Tejo, Ribatejo neste caso, Lares, o Outeiro, depois temos o sistema hídrico. Digamos que do ponto de vista da produção energética, tendo em conta, inclusive até se quisermos analisar isto numa lógica de mercado, tendo em conta o mercado liberalizado de energia, o mercado ibérico, o próprio mercado europeu de energia, o que aconteceu é que nós fomos desequilibrar a nossa balança comercial, isto é, nós já importávamos mais energia do que aquela que produzimos e que exportamos. Passámos a importar ainda mais. E com esta situação caricata, é que a energia que temos estado a comprar vai ao mercado grossista, que é vendida no mercado grossista, toda ela vendida com as fontes primárias de produção em Espanha e em França, também com o carvão, com centrais a carvão. Ou seja, o que é que deveria ter acontecido aqui? Já na altura deveria ter existido uma estratégia europeia com princípio, meio e fim, que dissesse assim *ok!* vamos encontrar alternativas ao carvão.

Não é uma coisa que se faça de um dia para o outro. Nós estamos a falar de uma transformação radical. Nem a revolução industrial foi feita neste tempo. Uma coisa radical e com base numa premissa que a nós nos preocupa, que é esta ideia peregrina de electrificar a economia a partir daqui, em 2030, 2050. Bem sei que as metas vão resvalar. Bom, para 2030, 2050 a economia será electrificada. Vamos substituir [as centrais a carvão] um bocado com esta ideia, também ela peregrina e perigosa. Tudo isto tem a ver com as alterações climáticas, há-de reparar que agora já nem se fala tanto do buraco do ozono. Houve uma

altura que era o buraco do ozono. Agora é mais as alterações climáticas. Como se nunca tivesse existido alterações climáticas. Eu não estou a subestimar. É preciso ter atenção. Há problemas graves com os ecossistemas, com o meio ambiente e volto a repetir tudo aquilo que se consiga fazer a nível produtivo, que seja amigo do ambiente, tanto melhor, que só temos a ganhar com isso. Agora, estes processos não se fazem dum dia para o outro, isto está a ser uma coisa disruptiva. Não é possível ter uma economia a funcionar 100% elétrica. Então eliminamos o carvão de um dia para o outro? E como é que vamos... qual é que vai ser a oferta de produção energética daqui a 10, 15 anos, com a sociedade praticamente toda eletrificada? Eu até costumo dar o exemplo dos carros elétricos. Se nós tivéssemos daqui a dez anos, em Portugal, o parque automóvel com 90% dos carros elétricos. Como é que se produz energia para alimentar esse parque automóvel? É com eólicas? É com solares? É com as energias renováveis que são intermitentes? Não há vento todos os dias, as horas de sol que temos em Portugal, a totalidade de horas de sol, não é suficiente para acumular energia. Isso é um mito, anda-se para aí a vender coisas com pouco rigor. Portanto, até que se encontrassem alternativas credíveis, eu tenho esta opinião e nós estamos, cada vez mais, a consolidar este posicionamento, até com sustentação técnica.

Não há alternativa com fontes de produção energética com estabilidade, não há alternativa ao nuclear. Se se quer fazer este caminho, tem que haver pragmatismo. Não se venda... esta é que é a grande questão. Eu acho que isto tem sido o problema do governo, que aliás até contraria pessoas academicamente avalizadas para discutir isto, até com muito mais experiência do que eu e conhecimento, [que] têm vindo a alertar para esta questão. Não é possível ter uma estrutura de produção energética sustentada, sólida, segura, segura! apenas assente em fontes de energia renováveis. Isso é falso, e quem disser isso não está intelectualmente a ser honesto, porque tecnicamente é impossível e tem que se falar a verdade às pessoas. Por um lado, há que ganhá-las para as questões do ambiente, para termos uma postura positiva no sentido de mitigar os problemas relacionados com o ambiente, mas ao mesmo tempo a sociedade não pode parar. Mais a mais num país como o nosso. Temos défices estruturais gravíssimos, industriais, económicos e por aí fora e estamos a abrir mão de infra-estruturas que são vitais para o país.

Infelizmente, o tempo veio-nos dar razão. Agora, com a questão do conflito da Ucrânia, o tempo veio-nos dar razão. E na perspectiva dos trabalhadores foi isto que nós fomos colocando sempre, colocámos isto para a central do Pego. Colocámos também, embora num outro plano, com outras coisas ali à mistura, mal explicadas, para a refinaria de Matosinhos e o mesmo para a central termoelétrica de Sines. É esta a nossa posição. Não estamos contra a transição energética. Temos a noção de que é necessária ser feita. Estamos contra o método, à forma como todo este processo foi conduzido. Muito mal conduzido.

Mesmo que a transição energética fosse mais de acordo com aquilo que vocês pensam, haveria uma transição em termos de trabalho? Exatamente. O que consideram que essa transição em termos de trabalho seria justa? O que é que seria justo para as pessoas?

Eu diria que em si mesmo não constitui nenhuma novidade. Sempre que há um processo de transformação e evolução tecnológica que mexe com os processos de trabalho, tudo isso tem que ser readaptado. Quer dizer, é preciso reconverter as pessoas em termos profissionais. É preciso dar-lhes formação. É preciso garantir uma coisa que é básica, que o Fundo para a Transição Justa garante, mas que o governo, se não tivesse sido pressionado, também não se tinha chegado à frente, que é garantir que o rendimento dos trabalhadores não se perde com estas mudanças.

Porque estamos a falar de uma coisa que é a básica, que é o rendimento das pessoas, que montaram toda uma vida em função daquilo que é o seu rendimento. Estamos a pedir-lhes uma mudança radical na sua vida. Temos que as compensar, garantir que o rendimento não se perde. A questão profissional... fundamental e depois ver... tem que ser tudo visto em paralelo, ver quais são as actividades que podem ser exploradas. Algumas delas ainda estão por provar, se é assim se não é, como o caso, por exemplo, do hidrogénio de que tanto se fala. Estamos muito longe ainda de atingir patamares de satisfação e até de massificação ao ponto que o hidrogénio seja sustentável para o funcionamento da sociedade. Não estou a falar a nível industrial. Já existe a refinaria de Sines que produz hidrogénio para fins industriais, mas obviamente há outras fontes de energia. Ou seja, encontrar um mix que não nos limite, que não nos deixe dependentes apenas de uma única fonte de energia. Agora sim, a questão da reconversão profissional e da garantia dos rendimentos é a pedra de toque nisto.

Nós nunca nos mostrámos contra isso, antes pelo contrário. Aquilo que sempre dissemos, e volto à primeira questão, tudo isto deveria ter sido feito com princípio, meio e fim. Tendo em atenção todas essas dimensões, a observar essas dimensões. Podíamos dizer assim, *ok!* vamos trabalhar para... libertamo-nos da central do Pego em 2030, por exemplo. E até lá, vamos de forma estruturada... isso é que é uma transição energética. Aquilo que aconteceu não foi. Nós até dissemos isso, aquilo que aconteceu foi um processo de destruição, não foi nenhuma transição.

Quais foram as reivindicações que foram atendidas e quais as que não foram no processo de encerramento do Pego e se considera que se chegou a um compromisso ou, no caso de não considerar quais as medidas que deviam ter sido implementadas para se chegar a esse compromisso.

A única questão que foi atendida foi esta do Fundo para a Transição Justa. O grosso dos trabalhadores são 178, [e] grosso modo, estão a fazer formação. Está-lhes a ser garantido o rendimento como se estivessem a trabalhar. Ponto. A questão agora aqui é a recolocação desses trabalhadores noutras actividades. Para já a informação que temos é que andará à volta dos 80 que hão-de ter recolocação, tendo em conta as actividades que querem implementar no Pego, naquele parque. E este é um problema de fundo. Isto é, voltamos sempre à questão inicial. Arrancou-se com um processo para satisfazer uma agenda política e não se estudaram previamente quais é que seriam as alternativas. Se isso tivesse sido feito, hoje saberíamos que íamos fazer um determinado caminho, o tal caminho até 2030, e saberíamos que para aquela zona, para aquele parque industrial [onde] vamos deixar de ter o carvão, mantém-se o ciclo combinado e é viável montar ali determinado tipo de actividades. E aí, tínhamos outro potencial para reconverter as pessoas a nível profissional. Não! A coisa fez-se por cima. Primeiro fechou-se e a seguir é que se foram ver as alternativas. E isto é desastroso, é desastroso. Essa parte não foi atendida.

O que é que está a acontecer aos trabalhadores do Pego? 80 estão a ser reconvertidos. Por volta de 80, por aí. E os outros 100? Os outros... Migraram? Formação profissional?

Hão-de estar a frequentar acções de formação. E se calhar alguns... admito que, um ou outro, já tenha tido... já tenha feito a vida dele noutras actividades. Depois temos esta questão, todos aqueles que já refizeram a vida noutras actividades, é *know-how* que se está a desperdiçar. Nós estamos a falar de trabalhadores altamente especializados. Damo-nos ao luxo de abdicar... de mão beijada de malta... que são profissionais com 30, 40 anos, altamente especializados? Quando temos um problema em Portugal grave a nível de qualificações?

E em termos de qualidade de trabalho? o novo trabalho tem a mesma qualidade? O que é que perspectivas? Difícilmente terá a mesma qualidade?

Não é fácil aferir isso. Aquilo são actividades muito micro e não têm a mesma densidade do ponto de vista de produção que tinham na central de produção de energia. O nível de exigência também não é o mesmo. É inferior, pois isso perde-se, isso perdeu-se e já não vai ser... Não se vai manter esse patamar de exigência. Não acredito, não acredito! Imagina se instalarem, como está previsto, uma central fotovoltaica, admitindo que a central fotovoltaica instalada e que a manutenção é feita por alguns destes trabalhadores, o nível de exigência profissional para fazer a manutenção da central fotovoltaica não é, nem de longe nem de perto, o mesmo nível de exigência que é colocado a um trabalhador para reparar uma turbina ou até uma válvula, se quisermos, dum equipamento de uma central térmica. Não

estamos a falar da mesma coisa, é muito mais simples, são trabalhos de limpeza, são... tira velho e mete novo.

E questões como complementos de reforma, outros benefícios?

Também temos esta questão. O quadro de direitos que existia ali naquela empresa. Podemos dizer que, sim senhora, é uma empresa desse ponto de vista, acima da média nacional, atenção a esse respeito. Direitos sociais acima da média, ao nível da EDP e nalguns casos até superior, para além do nível salarial, que é outro problema que se coloca, agora o Fundo para a Transição Justa, mantém os níveis de capacidade de ganho que as pessoas tinham antes, e as futuras actividades como é? É uma questão que temos vindo a colocar na comissão que acompanha junto do IEF, que acompanha este processo. Como é que as futuras contratações, por exemplo? A Endesa foi uma das empresas que ganhou a exploração de algumas daquelas actividades. Teve um contrato com o Estado português. Uma das regras que estava no contrato era a criação de postos de trabalho. Então e as condições remuneratórias? Vai haver *dumping* social ou mantém-se? Vamos nivelar por cima ou nivelar por baixo? É o problema também, é o estrutural e que importa observar. E aí estamos preocupados. Temos muitas dúvidas que isso no futuro venha a ser garantido. Ou se não vai ser entregue à lógica do mercado, _o mercado regula isso e o mercado cuida disso... aqui o governo não se pode meter muito nisso, depois é as regras do mercado e tal_ Admitindo que não seja fácil, temos que tratar isso de forma séria, admitindo que isso não seja fácil. Admitindo que o governo não pode chegar ali e dizer, agora é assim e acabou. Mas na elaboração dos contratos, na negociação dos contratos, podia-se ter garantido isso, estamos a falar de uma ENDESA, não é propriamente, com todo o respeito, não estamos a falar de uma empresa de vão de escada, não é um empreiteiro, é a ENDESA.

Um aspecto do Fundo para a Transição Justa: estava previsto ser por um ano essa solução salarial, a substituição de rendimento. Vai-se prolongar ou vai acabar?

A nossa expectativa é que se prolongue. Nós temos vindo a colocar isso e particularmente o sindicato, porque... as pessoas, enquanto não forem encontradas alternativas de emprego para todos eles, têm que se manter em formação e têm que se manter os rendimentos. Não fomos nós, um pouco nesta lógica, não fomos nós que espoletámos o processo, quem espoletou o processo tem que assumir as suas responsabilidades. Portanto, a nossa expectativa é que todos esses instrumentos se mantenham.

Não tinham um prazo de validade?

Não! Para já não está claro. Nós temos vindo a colocar essa exigência, o Fundo para a Transição manter-se-á até que o processo termine. Quando é que é o fim da linha? É dois

anos que seja dois anos, é três que seja três. Até que as pessoas tenham de facto uma alternativa palpável e tenham a sua vida reorganizada e, portanto, essa é a nossa expectativa. Temos de ver.

Na perspectiva do sindicato, o processo de diálogo correspondeu ao desejado? Isto é, foi um processo de diálogo, de diálogo efectivo, ou foi uma auscultação?

Para ser franco eu não acompanhei. Nós aqui na Federação não acompanhámos de perto, no terreno, não acompanhámos o processo a par e passo. Quem acompanhou foi o SIESI, o nosso sindicato. Se me perguntares assim, vamos lá fazer uma comparação entre o processo do Pego e o da refinaria de Matosinhos, há diferenças? Há diferenças, há diferenças! E aí para melhor, eu tenho... A minha percepção. Nós também fizemos alguma pressão do ponto de vista sindical ao nível europeu, nas instâncias onde participamos, neste caso a Industrial Europa, que fomos dando conta de que o processo estava todo a ser desenvolvido sem o envolvimento das estruturas sindicais. Eu tenho na minha memória uma expressão do João Galamba. Uma vez, numa reunião formal no gabinete dele, nós termos tocado na ferida e ele ter respondido que o Plano para a Transição Justa esteve em discussão pública, como quem diz: Vocês não viram vissem. E eu acho que isso não pode ser tratado assim. Uma coisa é o anúncio público da discussão pública. Outra coisa é o governo ter o cuidado de envolver os parceiros sociais, tomar ele a iniciativa de chamar os parceiros sociais: há aqui um processo que vai estar em desenvolvimento. Estamos abertos a todo espírito crítico, construtivo, coloquem lá as vossas questões e tal, isso não existiu. No caso concreto do Pego, eu sei que houve reuniões, sei que o sindicato foi envolvido na comissão de acompanhamento e eu tenho muito em crer que foi por pressão dos trabalhadores. E que o processo também ele... o processo lá de cima de Matosinhos que nós conseguimos colocá-lo na agenda pública, também alertou para isso, alertou o Governo para essa necessidade. — Vamos lá, mas é chamar os sindicatos — Não... como é que eu hei-de dizer? Acho que não foi por vontade própria, acho que foi por força das circunstâncias. Se o pessoal não se tem movimentado, se os trabalhadores não se têm movimentado, se não têm chamado a atenção. Se calhar tudo isto era decidido de forma burocrática nos gabinetes e, portanto, passava-se um pouco ao lado. Mas no caso concreto do Pego, sim. Comparativamente, por exemplo, a Matosinhos, foi. Houve o envolvimento... se o grau de envolvimento satisfez ou não o sindicato? O sindicato pode ajudar mais nisso, pois eles acompanharam no dia a dia. Sei que houve muitas reuniões. Houve... mesmo agora ainda continua a haver, o sindicato tem lá ido. Eles têm muita história, inclusive o técnico do sindicato, o Manuel José que é o técnico que acompanhou aquilo e que não acompanha directamente, conhece os meandros todos daquilo. Tem muita informação sobre a comissão de acompanhamento também.

A União Europeia e o governo têm políticas para a descarbonização da economia. Qual é a tua opinião? E se achas que salvaguarda os problemas que podem ser criados aos trabalhadores?

De certa forma, eu acho que não têm, uma matéria que nos preocupa bastante é o facto de a União Europeia não ter uma estratégia para o sector energético. Aliás, este exemplo das sanções e do gás russo é exemplo disso. Isto é absolutamente suicida. Isto é absolutamente suicida! Isto é brincar com o fogo. Isto pode correr muito mal. Pode correr muito mal. Primeiro aplicam-se sanções. E depois vai-se pensar em construir um *pipeline* de Sines até ao centro da Europa. Isto é uma coisa... Como se fizesse uma infra-estrutura daquelas em dois, três anos e como se isto fosse assim? A gente já viu o posicionamento da França sobre essa matéria, já disse não, aqui não passa gasoduto nenhum. Era o que faltava! A França. Estamos a falar do maior produtor energético do mundo, se quisermos. Não vai abrir mão... aqui não, vão lá por Itália e depois também não é assim. A gente sabe que também não é assim. Não é chegar ali a Itália e agora passar aqui um gasoduto. Quer dizer, isto é um bocado... Isto é assustador. Porque as coisas estão de facto relacionadas. Como é que se está a conduzir um processo de transição energética nesta postura de afrontamento? Queremo-nos pôr em bicos de pés e afrontar a Rússia? Como se a Rússia não contasse nada para o jogo? Como se não tivesse capacidade de nenhuma produção energética? E como se algum dia fosse possível nós nos tornarmos, na Europa, auto-suficientes, do ponto de vista energético? Outra falsidade, é uma outra falsidade, mais uma coisa que anda a ser vendida gato por lebre. Isto é mentira, pá! Mentira absoluta! Isto é que é preocupante, que a União Europeia não tenha uma estratégia. Eu não digo que não se invista nas renováveis, volto a dizer sim, senhor, ótimo! Tudo o que se consiga fazer, lá está, faz parte da estratégia e a União Europeia não tem estratégia para isso, com cabeça, tronco e membros, com princípio, meio e fim. Isto não é só plantar centrais fotovoltaicas por tudo o que é sítio, não basta dizer, o sul da Europa, Itália, Espanha e Portugal vão ser o potencial de centrais fotovoltaicas, por exemplo. Está nos objectivos da Comissão Europeia. E como é que isto é feito? Quais são as regras? Onde é que se montam centrais fotovoltaicas? Qual é o critério? Em qualquer terreno, é permitido montar uma central fotovoltaica? Terrenos que são agrícolas. Isso tem de ser feito com o devido equilíbrio. Tem que ser tudo calibrado e doseado, nem muito, nem pouco, nem nada. Portanto, esta coisa de meter as fichas todas nas renováveis não é estratégia nenhuma. Isto não é nenhuma estratégia. Agora já começaram, fizeram ali uma inversãozinha. Não sei se tiveste oportunidade, aqui há uns dois meses, foi antes de férias, a Ursula von der Leyen veio dizer que a Comissão Europeia tinha revisto o seu portfólio de fontes de energia. Já consideraram o gás natural e o nuclear como verdes. Finalmente, o tempo obrigou-os a corrigir o tiro. Isto não é nenhum sonho. Esta coisa muito bonita, muito romântica de para... O que é que é isto da energia verde? Tem que ser, tem que ser traduzido para as pessoas. O que é que é isto da energia verde?

Isto não pode ser nenhum sonho. Isto tem que ter uma dose de realismo. Porque é isso mesmo, as sociedades não vão deixar de funcionar de um dia para o outro. Agora vamos fechar tudo o que é empresas?... as cerâmicas? Portanto, calma!

Qual é a tua opinião sobre um sindicalista canadiano que em 1996 disse que, ou se resolviam as questões ambientais e as sociais em conjunto, ou nunca haveria solução.

É a tal questão que é correctíssima. É a tal visão integrada que é necessário ter. Isto é, se tratarmos apenas as questões ambientais e esquecermos a parte social, nós não estamos a tratar das questões ambientais, isso é uma ilusão. Estamos a pôr uns remendos. E, quanto muito, a disfarçar a coisa. Portanto, isto é inevitável. Nós vamos continuar a ter... O homem vai continuar a ter uma acção directa sobre o meio em que vive. As coisas têm que ser feitas. É o tal ponto de equilíbrio, a tal visão estratégica e integrada que é preciso ter, sem ela não há volta a dar. O que é que nos vai valer a gente colocar isto tudo com emissões zero, levando ao extremo, tudo o que é produção era tudo emissões zero, se depois ficamos com milhões de indivíduos desempregados? Isto não é alternativa. A gente pode cá ficar. Poderemos viver cá todos, daqui a 10, 15, 20 anos, num ambiente extremamente saudável, amigo do ambiente. Mas se não tivermos trabalho, se desestruturámos as sociedades, serve-nos para quê? Para que é que nos serve? Qual é a consequência?

Vamos viver, como alguns defendem, vamos passar a ser escravos da terra? Vamos andar para trás? A tese de alguns ambientalistas. Nós passamos a ser escravos, é tudo à Mãe Terra e portanto, o homem passa a submeter-se à natureza. E a natureza é que dita. É o tal ponto de equilíbrio que se perde, não é caminho, vai trazer até problemas do ponto de vista social e económico, exclusão social, problemas de pobreza, fome. Aliás, o Papa Francisco tem escritos sobre isso muito interessantes. A última, uma das encíclicas que ele escreveu sobre o ambiente. Muito, muito equilibrada. A tese do Papa Francisco, vai procurar porque é muito interessante. Aliás, ele chama a atenção para isso, para o desequilíbrio que pode-se gerar. Repara, se a gente olhar para este processo todo ele numa perspectiva macro, há uma disparidade brutal de recursos e de investimento nas energias ditas amigas do ambiente da Europa, para África, portanto, os estádios de desenvolvimento das regiões a nível global são diferenciados. Então, agora chegamos a Moçambique ou a Angola e vamos pedir ao Governo moçambicano e ao governo angolano para investir em energias renováveis? Se eles nem centrais a carvão têm? Ainda nem esse patamar atingiram. Têm problemas gravíssimos, estruturais, de acesso à energia, como um bem básico. Não têm recursos. Nós estamos a falar de fontes de produção energética, que têm investimentos avultadíssimos, avultadíssimos. O retorno do ponto de vista do investimento não é a curto prazo que se obtém, a nível económico. Portanto, a Europa e os Estados Unidos. Vai ser a Europa e os Estados Unidos, se quisermos a Rússia, a China a resolver um problema que é

global? Só por si? Como é que se trata dos países subdesenvolvidos? É uma outra discussão.

Mas há quem defenda. Mas como? Como é que se vai fazer? Vai-se explorar esses povos? Vai-se-lhes dizer a eles... **há quem defenda que, já um bocadinho à margem, manter esta... Não, há quem defenda que os países mais desenvolvidos e que são os maiores poluidores paguem por isso.** Por exemplo. **Ou captando CO₂ ou pagando, subsidiando, aqueles que não se desenvolveram porque não tiveram esse processo, porque também não tiveram o processo poluidor.** Por exemplo. Pode ser um caminho. O problema é se eles estão disponíveis para isso. **Se estamos!** Ou se estamos, neste caso.

Como é que o sindicato vê o impacto do processo de descarbonização da economia nos trabalhadores? Como é que o sindicato vê isso nos trabalhadores e no trabalho?

No fundo é o aquilo que estávamos aqui há pouco a falar. Se paralelamente não se trata das alternativas. Nós descarbonizamos a economia, mas podemos estar a criar um problema social gravíssimo e, portanto, não vamos resolver coisa nenhuma. Uma coisa tem que andar juntamente com a outra.

E a tua visão pessoal é coincidente com a do sindicato? Tem alguma diferença?

Não, a nossa preocupação de fundo baseia-se nisto que eu disse no início, que é: transição energética, sim. Com certeza, feita com princípio, meio e fim. Não há transição energética que resista se não tiver no centro dessa estratégia, os trabalhadores e a economia, a criação de emprego, a salvaguarda dos empregos que existem, a reconversão profissional e os rendimentos, os salários. Portanto, manter os níveis, de preferência até melhorar, os níveis de distribuição da riqueza produzida. Há aqui uma parte que tem que ser o capital a suportar. Sobre tudo a... Nós temos a noção que há investimentos que não têm retorno imediato. O que não pode acontecer é sacrificar os custos da mão-de-obra para compensar o tempo que leva a reverter os investimentos que são feitos.

Pensaram, discutiram, têm ideias sobre as questões do desenvolvimento regional, do Pego? Por exemplo, uma coisa típica, esta unidade industrial fecha. Distribui-se dinheiro pelos trabalhadores. Cada um abre um café e depois há-de ir à falência e mais tarde são uns desgraçados. Mas aqui neste caso, para além deste aspecto que é muito focado no trabalhador, há também a questão de que a Central do Pego é uma âncora económica daquela região e de repente estamos a falar de aquilo que segurava as pessoas... é o trabalho que fixa as pessoas nos locais, não é a paisagem. Aquilo desaparecendo... O sindicato dedicou-se, pensou, discutiu sobre esta questão de diversificação económica?

Muito francamente, não. Aliás, voltamos à questão inicial na dita transição justa, na verdadeira acepção da palavra. Isso tinha que estar em cima da mesa. Portanto, o estudo prévio das alternativas do ponto de vista económico, coisa que não aconteceu, primeiro fechou-se a porta, depois é que se foi arrumar a casa. É um problema gravíssimo, gravíssimo, que devia ser tomado para o futuro, como exemplo, mas nós em Portugal somos repetentes nesses maus exemplos e, pelos vistos, tornou-se viciante. Mas não, nós não, porque não tivemos muito francamente e para ser muito sincero. Não tivemos tempo para isso, porque a determinada altura começámos a correr atrás do prejuízo. Para já fomos surpreendidos com as metas que foram antecipadas, começou logo por aí não nos deu tempo, não nos deixou espaço. Claro que se tivéssemos tido, se tivéssemos tido tempo, teríamos capacidade para contribuir. **Também não era o vosso papel.** Claro. Teríamos tido capacidade até do ponto de vista técnico, para contribuir no sentido crítico com... para possíveis alternativas, bem como, como é evidente, eu volto a repetir. Nós temos deixado isto claro em todo o lado, que a determinada altura, começou-se a construir uma ideia muito negativa, de que os sindicatos da CGTP são contra a transição energética, são negacionistas e tal. Quiseram-nos colocar nesse patamar e nós nunca permitimos isso, porque sempre dissemos. Tivemos o exemplo da central antiga do Ribatejo, no Carregado, que deu lugar a uma nova central de ciclo combinado, por exemplo. Nós chegámos a defender e defendemos:... *ok!* Termina-se com centrais a carvão, então, em alternativa, num período intermédio, porque é que não se aposta no ciclo combinado? É menos poluente, muito menos poluente, não tem comparação e permite alavancar a economia. Permite melhorar a nossa capacidade energética nacional. Não ficarmos na situação em que ficamos completamente dependentes, mais ainda do que o que já estávamos. Tivéssemos tido tempo, tínhamos construído. Tínhamos contribuído com opiniões, mas não tivemos tempo de todo, de todo.

E alguma coisa que achas que eu devia ter perguntado e não perguntei?

Acho que está ótimo. Acho que está ótimo, pois acho que está ótimo.

ENTREVISTA A LUÍS SANTOS , COORDENADOR DO SIESI E A MANUEL JOSÉ, TÉCNICO DO SIESI – 11 DE OUTUBRO DE 2022

[Luís Santos] Esta questão do despacho e da transição justa, aquilo que tentámos salvar guardar tem a ver com o emprego. Ou seja, não era uma questão de fechar as centrais só porque sim, e também com o carvão, com a questão da limitação do CO₂, mas com aqueles trabalhadores que faziam aquela central funcionar, que só terminava esta transição

justa quando eles tivessem emprego novamente. E não ir para o fundo de desemprego, que é o caminho que estamos a tomar, a gente o ano passado, o ano passado não, a gente iniciou mais cedo e tentámos logo, a partir de Sines criar um grupo de trabalho, porque vimos o que é que estava a acontecer em Sines e estávamos a ver espelhado ali no Pego. Tentámos salvaguardar, primeiro, o rendimento das pessoas e também o seu emprego.

A minha primeira pergunta tem muito a ver com isso. O ex-ministro a 30 de novembro, no Público, diz que o encerramento do Pego, seria um exemplo de uma transição energética bem feita e o quer o Roteiro da Neutralidade Carbónica, quer o Plano Nacional de Energia e Clima referem nos objetivos a transição justa. Na perspectiva dos trabalhadores, o que consideram que seria uma transição justa? E o processo que ainda está a decorrer em que medida se aproxima e se afasta?

Uma transição justa seria, no nosso ponto de vista, o não encerrar amanhã as centrais a carvão, mas sim fazer uma transição justa, que era mantendo estes postos de trabalho, adaptando as centrais para estas novas possibilidades de energias, seja ela eólica, seja painel solar, seja o hidrogénio que tanto se falou e tanto andou aí. E assim, formando os trabalhadores que lá estavam, adaptando-os às novas realidades da central e assim darmos continuidade ao emprego, e estabilidade também aos territórios. Porque estamos a falar tanto de zonas em que o emprego é muito escasso, e para nós a transição justa deveria ser neste sentido, em vez de o governo ter tomado aquela decisão do fecho no dia 31 de dezembro de 2021. Porque fechou. Foi aí que terminou o carvão em Portugal, foi com o Pego. Iniciámos em Sines e terminámos ali. A transição justa devia ser mais ou menos enquadrada neste processo, ou seja, nunca retirar as pessoas, aqueles técnicos altamente qualificados que, não há emprego ao lado para eles, porque são muitos específicos, acima da média, poderemos dizer assim.

E com esta decisão de encerrar amanhã, pôr estas pessoas a fazer formações que nem formações existem, estas pessoas não vão ter formações de inglês, de informática, não faz sentido para estas pessoas ter este tipo de formação. E não há perspectivas de emprego com este tipo de formação. Portanto, o ideal deveria ter sido manter as centrais tentando adaptar a estas novas realidades energéticas e adaptando os próprios trabalhadores a essas mesmas.

E assim não havia esta transição injusta de empurrar esta gente toda para o desemprego. Estamos a falar de milhares de trabalhadores que não estamos só a falar dos trabalhadores que são da Pegop, que são da Tejo [Energia], mas sim todos os outros envolvidos para que a central pudesse trabalhar. Falar da malta que traz o carvão, que leva o carvão, da limpeza, de n empresas que foram criadas especificamente para a central, e só para aquele trabalho da central. Ou seja, apesar de não pertencerem todas à mesma entidade patronal, sem elas

aquilo não funcionava. E essas pessoas teriam que ser todas abrangidas por esta transição justa, e foi isso que a gente tentou fazer no Pego. No primeiro despedimento coletivo de 83, se não estou em erro [Manuel José] O primeiro é do ano passado de Novembro. [LS] Mas quantos? Quantos é que eram? 83? [MJ] Não, 83 era o número de trabalhadores da Pegop.

[LS] Ah! Ok! E depois tínhamos a Abranlimpa e as outras todas, as empresas ali que são muito mais. Tentou-se aqui salvaguardar o rendimento destas pessoas, mantendo o mesmo rendimento. O orçamento [de estado] só pode ser feito anualmente e então terminará no final deste ano. Mas o compromisso que temos no tal despacho que o Governo fez em Novembro do ano passado, onde diz que a transição de emprego, ou seja, estes trabalhadores tem que ser integrados nas outras funções e até na questão do concurso. Ò Manel ajuda-me. A empresa, neste caso a Endesa, que ganhou o concurso, tem como obrigação de empregar pelo menos 75 trabalhadores, destes que saíram, se a memória não me falha.

[MJ] 75 trabalhadores. Se calhar duas notas que penso serem importantes. Não há transição justa que seja possível sem estar num Plano Nacional de Energia. Isto é a primeira questão, básica de tudo isto. Porque Sines não encerra nesse contexto, Sines encerra num outro, quando a EDP decide que a exploração, ou a produção a carvão, não é rentável. Isto é uma decisão que o governo não paga, embora tenha andado recentemente a tentar ver o que é que em Sines ainda poderia arrancar se tivesse carvão. O problema é que os grupos de Sines, imediatamente, foram desmantelados e, particularmente, toda a estrutura da alimentação do carvão foi ao ar, portanto, tornou Sines numa não alternativa e em Sines, como dizia o Luís e bem, nós tentámos encaixar principalmente [as] três áreas envolvidas, o Governo, autarquias e a empresa, neste caso a EDP, porque era uma decisão da própria empresa, embora não sustida, sem o governo levantar qualquer alteração, e só para termos uma ideia o preço na altura, mais ou menos estável, o MWh em Sines, a carvão, era na ordem dos 40 a 41 € por MWh, na Alemanha, este mesmo MWh, já esteve a mil e tal euros e nós já o tivemos a 300 e tal, 400, 500 €. O preço que ela custava à EDP, podia suportar os custos de manutenção da central, até porque era uma central em termos de equipamento ainda muito boa, com uma capacidade no mercado de poder produzir energia durante mais alguns anos, com a questão do carvão, claro, implícita, com todas as suas consequências. Mas de facto, há uma precipitação clara, porque Portugal não tinha condições, por outros meios alternativos, poder satisfazer as suas necessidades internas por si só. Quando eu dizia há bocado, que quero um Plano Nacional de Energia tem a ver com isso, que é quando o país tem condições por si só, de poder não depender da energia de terceiros, isto é obrigatório, é a segurança da rede. O caso do Pego, e então aí sim, a procura da falácia da transição justa é que [n]o Pego já não pode ser imputada a responsabilidade a terceiros.

É o governo que decide, terminada a licença da central, aquela central, aliás, foi construída pela EDP, foi a primeira central que a EDP vendeu na altura, isto em 91, talvez, à volta disto. Terminada a sua licença, o governo não podia vender a central, nem pôr a central em concurso. Há ali uma guerra que ainda não está acabada, que é, o que a empresa pôs a concurso foi o ponto de injeção, havendo ali divergências ainda, há processos a correr em tribunal, porque a Tejo Energia defende que o ponto de injeção é seu, está dentro da central, a REN diz não, portanto, o governo diz que não, está fora, mas o que está em causa aqui é o ponto de injeção, não são as instalações. Isso depois é um segundo problema, é que se o ponto de injeção não tiver na instalação, qualquer tipo de investimento. [LS] Não tem saída, fica. [MJ] O que é que se vai produzir aonde? Aquilo de facto é interessante, temos ali uma corrente, extremamente significativa, de muitos interesses. Porque, desde o caso da EDP, com a questão das barragens, com a instalação de painéis solares, que é outro concurso que anda para aí. Têm que injectar energia na rede e o ponto de injeção é necessário. Tanto que, já agora isto também pode ajudar um pouco para enquadramento geral da situação, havia uma questão que poderia permitir no imediato que a central não fosse um cemitério de desempregados. Era um projecto existente, sem estarmos aqui, porque também não temos esses conhecimentos, digamos que fomos acompanhando. Tinha um processo de reconversão para resíduos florestais, para biomassa, do qual bastava fazer, em termos de instalação, algumas alterações e permitir manter aproximadamente 70% dos postos de trabalho. Enquanto que esta solução permite ficarem dois ou três trabalhadores porque aquilo tem uma segunda central lá instalada, que é de gás.

Há alguns trabalhadores que foram para a central a gás, mas foram muito poucos. Esta questão da transição justa aparece, exactamente, por causa disso. Estamos numa fase diferente da de Sines. Também em Sines a nossa intervenção era mais curta, por representatividade, mas isso são outros cinco tostões, e no Pego nós tínhamos de facto uma vantagem que, independentemente das intervenções, nós éramos o sindicato que tínhamos, perante esta questão, desde o início apertado um bocado, como se costuma dizer, os tomates ao ministro, dizendo vamos lá ver como é? Nós temos aqui um problema que é este: É que a central ao ser encerrada não deixa apenas de produzir a carvão. A central deixa um conjunto de trabalhadores muito vasto desempregado.

Numa área de difícil enquadramento, têm todos profissões altamente qualificadas e no dia a dia não é fácil encontrar colocação para estes trabalhadores. Também não seria possível estes trabalhadores irem trabalhar para Espanha, ou outro país, alguns deles a, no máximo, cinco, seis, sete anos, dez anos de reforma. Portanto, é este o patamar em que estamos a trabalhar. Estamos a trabalhar com um conjunto de trabalhadores que são, podem ser fundamentais, se se olhar para este sector com uma visão que não seja uma visão de meramente vender uma trapalhada qualquer, que foi o que o governo fez, só que cometeu um erro.

Pensamos que foi para eles muito complicado. Primeiro, quiseram dar um ar da sua graça dizendo “Não, não a gente, estamos disponíveis até para o sindicato participar no próprio processo do concurso.” E, portanto, nós passámos a reunir regularmente com os técnicos do ministério que estavam envolvidos no concurso conjuntamente com a autarquia, que naquele momento era a autarquia de Abrantes. Através do presidente, que dizia que, a sua primeira questão era a defesa dos postos de trabalho, das famílias e tal. Era o representante da Comissão (comunidade intermunicipal) do Médio Tejo e parecia estarmos todos em sintonia. Conforme as coisas [se] foram desenrolando, começou-se a perceber cada vez mais, que no concurso as coisas passavam a ter, por alguns pormenores, a decisão no sentido, não do projecto que havia, [que] aliás o Governo tinha pedido em Maio, ao detentor da Central, que era a Tejo Energia. E ainda é, embora andem para lá zangados uns com os outros e é um projecto que fica na gaveta.

Aliás, é curioso que o Instituto de Emprego e Formação Profissional, encomenda um estudo ao ISCTE, pelo qual paga 100 000 €. Este estudo é interessante, quer para a questão de Sines, quer para a questão do Pego, ele é apresentado quando a Central do Pego está para fechar, no fim do concurso. Portanto, as medidas que são apontadas já nem para o Pego servem, quanto mais para o resto, e inclusivamente ignoravam um conjunto de situações que existiam, alternativas como é, por exemplo, o caso da biomassa. Aliás, curiosamente, Espanha tinha construído há algum tempo uma com algumas semelhanças, tinham a nível do país, outro tipo, independentemente do mérito ou não, mas tinha pelo menos a possibilidade de um aproveitamento numa zona que tem sido fustigada, nos últimos anos, pelos fogos e tem uma gestão de solos muito má. Mas, havia gente com interesse em vender terrenos para instalar painéis solares e tal. Nos últimos tempos tudo quanto era terreno foi vendido para ser convertido em locais, para serem possíveis...

Na altura, começa, nomeadamente com algumas limitações, o governo começa a abandonar uma linha, o próprio secretário de estado dizia-nos com alguma, digamos, certeza, ele é um homem de certezas, dizia-nos que “Meus amigos, a gente vamos fazer um concurso, porque a gente não nos pode (imperceptível) era um escândalo, até politicamente era um escândalo” [LS] olha que está a gravar! [MJ] Não faz mal! isto foi dito. E, no fundo tudo indicava poder haver um aproveitamento de um projecto já existente, porque o governo conhecia-o, tinha-o pedido oficialmente. Isto não é, nenhuma questão que fuja ao que se passou, mas começámos a verificar imediatamente, conforme o concurso que é construído, sobre determinado tipo de peças, de uma reunião para outra, aparece com uma elencação completamente diferente. E então, na altura nós dissemos: “Nós embarcamos nesta posição, o concurso na nossa opinião, independentemente de algumas virtudes, nomeadamente que eram os factores...” [LS] De ganho para a comunidade. [MJ] Eram os factores que eram considerados como bonificação, porque havia os factores obrigatórios no concurso, havia a pontuação normal e depois havia uma pontuação que seria bonificada em

função do emprego no imediato, no breve prazo. É dessa forma, com este conjunto bonificações, que a Endesa ganha o projecto (concurso). O processo passou para o recurso, foi muito controverso, foi ultrapassando datas atrás de datas, mas, uma das questões que se verificou desde logo é que aquilo não tinha outro objectivo que não o aparecimento de outro tipo de projectos.

E o que aparece, depois com a Endesa a ganhar o processo, é claramente um processo no qual tem as suas... a vertente do gás, painéis solares e da parte do hidrogénio. Mas, o compromisso que a Endesa tem é de absorver 75 postos de trabalho, porque é essa uma das bonificações que teve, nos três anos seguintes. Estamos a falar de 2021, 22 e 23. Ou seja, a própria questão do emprego, é um emprego a longo prazo. O governo quando fala, e coloca a questão da transição justa, é depois já da situação do concurso a decorrer. Quando se coloca a questão: o que é que se vai fazer com os trabalhadores? Considerando que estamos perante uma transição justa, se ela fosse injusta fazia-se como Sines, mandava-se tudo embora, punha-se a malta a fazer uma formação, nem sei da onde, quando aquela malta, toda ela, a maior parte daquela gente de grandes prestadoras de serviços, eram até de aldeias à volta, que nem transportes têm. Se não têm transporte... [LS] Transporte é da empresa. [MJ] Vinham para a central e para a central vinham no transporte da EDP, não sendo para a central, sendo para a formação não têm transporte e portanto isso era superveniente, mas diziam “Não a gente tem ali este projeto, aquele, aqueloutro.” Aliás, o qual depois é replicado com a questão do Pego, onde tinham dito que iam aparecer fábricas desde a Mitsubishi até à nova central, à nova estação de tratamento de água da Asseiceira e outras. Digamos que aquilo ia ser... nem se os trabalhadores fizessem filhos, aqueles que ainda estão em idade fértil, conseguiam arranjar gente para empregar. A porra toda qual foi? Foi que, aí que o governo, ou antes, o amigo João (Matos Fernandes) estendeu-se. [O que] Já não era uma coisa muito difícil, que dizia na reuniões “Meus amigos, arranjem uma solução que eu passo o cheque.”

Isto é apresentado posteriormente com pompa e circunstância, depois de ter sido apresentada a nós o esboço, numa apresentação que é feita num edifício, que é a pirâmide. Eu penso que é da Câmara, se não é, é duma instituição qualquer ali, mas é o edifício mais apropriado ao que eles pretendiam fazer, que conta, e aqui sim há uma nota relevante, com o Primeiro Ministro, não só com o Ministro do Ambiente e da Acção Climática, mas também com a Ministra do Ordenamento... [LS] O enquadramento onde é que a gente estava. Estávamos ali pré-eleições, estávamos ali quase a chegar às eleições. [MJ] E esta questão foi determinante, na nossa opinião e tivemos o aproveitamento que foi feito, não é aproveitamento, é procurar explorar as possibilidades que tínhamos para tentar entalar o governo e o despacho que é produzido pelo careca, mete uma questão que há bocado o Luís referia, que é determinante em todo este processo. Que diz que vai ser criado um

programa de formação para os trabalhadores que sejam ou que tivessem sido alvo de desemprego, por força do encerramento da central a carvão.

Nós conseguimos incluir, que eles inicialmente pretendiam só incluir a Pegop — a empresa que explorava a central — e nós, na altura, conseguimos impor [que] todos os trabalhadores dos prestadores de serviços que estavam ligados à actividade da central, alguns desde o início, fossem incluídos, e de facto eles estão vertidos no próprio despacho. E o que é dito é que este plano, é um plano de formação, de procura, de integrar e a manter-se até à integração dos trabalhadores no mercado de trabalho, que têm uma transição que pode-se considerar justa, se olharmos apenas a este factor, a remuneração garantida aos trabalhadores era a remuneração que tinham. Se eu ganhava 1000 tenho 1000, se ganhava 2000 tenho 2000, se ganhasse 3000 tenho 3000. E isso é o princípio. E estão neste momento em formação, penso eu, aproximadamente 70 trabalhadores ou mais. O que é que isto traz depois? E aí é que é uma chatice. O impacto disto, é que quando se começam a ver as implicações disto em termos práticos.

A formação inicialmente... [LS] Devia ser adaptada. [MJ] Inicialmente, digamos assim, “Eh pá! A gente ainda não conseguiu neste momento definir completamente algumas questões, o concurso ainda está a decorrer, ainda não conseguimos focar a formação naquilo que é a necessidade, e tal, e coiso. Portanto vamos ter inicialmente uma formação...” era no sentido de criar uma ocupação, para dizer que as pessoas estão ocupadas. Mas, depois daquelas formações genéricas, noções de informática, e tal. Curiosamente até tinham uma engenheira informática na formação e outros, porque todos eles eram profissionais que tinham... mas depois já deram cabo disso, era um turno um bocado, e até que ultimamente já estavam a dar saúde e segurança no trabalho. Há uma outra qualquer agora, já está a decorrer, antes era todos os dias, agora é um dia numa semana, um dia noutra. Salvando-se um bocado o Instituto de Emprego, o responsável local que tem sido um homem que tem procurado, mas acho que neste momento já se vê incapaz de encontrar sequer formação adequada a pessoas que ele não sabe muito bem para para onde é que elas vão. Portanto, têm que aparecer os postos de trabalho e [serem] as próprias empresas, elas sim, a dar a formação ou [a] colocá-los e aproveitar as competências que eles têm para poderem ser enquadrados a nível do mercado de trabalho.

Isto não existe. Tudo aquilo que era dito que iria existir desde as fábricas dos comboios, até ao não sei quê, isso foi meramente uma miragem. E neste momento, na prática, a Mitsubishi o que meteu foi trabalho temporário e outras na mesma. Alguns trabalhadores saíram, foram no máximo até ao CAIMA, mas foram um ou dois. Isso já tinha acontecido em Sines, foram até à Repsol e tal. Houve um ou dois, que de facto tiveram condições, que eram excelentes profissionais, diga-se em abono da verdade, porque são profissionais, já referimos, altamente qualificados, é gente com muita capacidade. Como aqui vemos, mas é bom que

se perceba isto. O Pego e nós avisámos dezenas de vezes o Pego não tem as condições de Sines. Sines tinha um amortecedor, tinha no fundo uma rede, que era o Acordo de Empresa, que tem as pré-reformas. Mal ou bem, o trabalhador estava ali próximo, a dez anos de reforma, isto já tinha acontecido antes nos encerramentos das centrais a *fuel*, a esmagadora maioria foram colocados na pré-reforma e meia dúzia deles foram movimentados.

Aqui, isto não é bem assim, há trabalhadores a quem lhes falta três anos para a reforma, quatro anos para a reforma, o que significa que estes anos são altamente penalizantes no futuro, para a formação da própria pensão. E inclusivamente, os gajos foram de tal maneira, que pagam aos trabalhadores o que eles recebiam líquido. Mas deixaram de descontar para a Segurança Social, considerando que este tempo vai contar, e esta é outra guerra. Como é que é possível? Estes trabalhadores estão em formação por parte do IEFP, pagos pela Agência do Ambiente e não têm enquadramento da sua situação laboral, sendo formandos é a mesma coisa que estando equiparados a uma situação de activo, e se estão a receber, e se recebem o líquido, livre da carga de impostos, então o governo ainda poupou, porque no fundo ficou com o dinheiro dos impostos e está a pô-lo para o bolso.

Depois, temos um outro problema com o projecto, em nenhum lado é dito que é apenas um ano, mas ele é aprovado para um ano. Diz, durante o ano 2021. Os trabalhadores envolvidos neste processo serão integrados. Nós neste momento, o que temos vindo a colocar sucessivamente, particularmente ao Secretário de Estado da Energia, é ele que conduziu o processo, hoje já subimos um bocado a fasquia e já estamos a solicitar reuniões ao Primeiro Ministro e até ao próprio Presidente da República, no sentido de procurar saber o que se passa, porque temos um conjunto de trabalhadores, são mais 25 que vão sair deste último despedimento que poderão bater na trave. Se não se encontrar uma solução, eles sairão no fim de Dezembro, é aí que estarão desempregados, que ainda falta fazer o processo de despedimento, com o cumprimento dos prazos, dos avisos prévios, irão ali bater quase na trave. Se não estiver aprovada a verba para o novo ano, podemos correr o risco de chegar e dizerem: “Eh pá Está bem, mas não há dinheiro, vão para o desemprego.” Pois, mas isto é por aí abaixo. Estamos a falar de trabalhadores com rendimento superior ao máximo do fundo de desemprego, alguns deles o dobro, que têm a sua vida feita com filhos a estudar. Um dos elementos [que] tem trabalhado connosco tem dois filhos a estudar, um está na Finlândia, outros está, se não me engano na Noruega. E que hoje diz: “O que é que eu faço?” Outros têm outros compromissos, ainda têm as casas, ainda têm não sei o quê, têm a sua vida organizada como é óbvio, se eu tenho um determinado rendimento é sobre esse que eu programo a minha vida. Ninguém anda a fazer... Esta gente não tem condições para fazer um mealheiro. Em termos do rendimento líquido poucas pessoas eu tenho na central que ganhem isto (o limite máximo do subsídio de desemprego) a não ser os prestadores de serviços, mas dos que eram da central, até o Sr. ministro chumbou um caso. E diga-se em abono da verdade que com razão. Um indivíduo que a Pegop arranjou que

estava a um ano de ir para a reforma, e quis-se inscrever no programa, pois mas é que ele ganhava quase 10 000 € e aí o careca diz: “Eh lá! 10 000 €?” Se foi por isso, se não foi, não sei, mas a desculpa do secretário é que foi o ministro.

Agora, a transição justa não se sabe muito bem o que é. Porquê? Porque nem o projecto se conhece. Porque a Endesa neste momento, e eles têm procurado ter uma certa ligação connosco. Mas a Endesa contratou uma empresa para fazer uma análise, do perfil das pessoas, que me parece estranho, qualquer indivíduo que seja do sector percebe perfeitamente, se lhe disserem quais são as categorias, o que é que as pessoas têm de competências. Quanto muito pedem os próprios documentos (imperceptível), que formação têm, o que é que fazem. Mas, foi feito por uma empresa que é a Randstad, que nós também conhecemos bem, pelo seu famigerado nome no mercado. Particularmente dos *call centers* e outros. E no fundo, a Endesa também nos tinha dito isso, que este ano iam atingir no máximo três postos de trabalho, que iriam absorver. E foram feitos, de facto, contactos. Aos outros foi-lhes dito que, ao grosso da coluna, foi-lhes dito que a empresa não tinha ainda posto de trabalho para as suas competências. Quer dizer, a 31 de Dezembro, o Instituto de Emprego e Formação Profissional acabou a formação e já vai esticar muito até lá, e se nada se clarificar, teremos uma transição que foi de um ano para enganar um conjunto de gente, independentemente de haver beneficiados neste processo.

Aliás, curiosamente, o Sr. Presidente da Câmara fica muito chateado connosco quando a gente diz isto, mas enfim, nós dissemos, sim senhor, o senhor andou a defender os trabalhadores, mas depois, quando lhe ofereceram, quando o valor da quota parte a pagar à autarquia em termos de produção de energia, vimos imediatamente o senhor a mudar um bocado a agulha. E inclusivamente até já tem um autocarro eléctrico oferecido pela Endesa. A Endesa falava em criar instalações lá, é obrigada a criar mas está apenas a sociedade constituída, ainda não têm instalações próprias. Do que nos foi dito, isto não podemos confirmar, a câmara ter-lhe-ia cedido um espaço, para não dizer que os homens não cumpriam pelo menos ter uma tabuleta, não sei se têm tabuleta ou não. O problema é que a Endesa põe-se numa posição fácil e que a gente não pode condenar — estamos a cumprir, estamos a cumprir com o que nos comprometemos no concurso. — O problema é que se daqui a três anos não cumprirem, o que é que o governo vai fazer? Vai retirar o concurso? Isto, de facto, é uma coisa extremamente complicada. E nós dizemos, é o governo que em relação a esta questão, tem que assumir o que disse, e o que foi assumido foi: Os trabalhadores têm a garantia até obterem um posto de trabalho, de acordo com as regras que foram definidas, têm direito a ocupação.

Neste momento é a grande guerra que se passa, sendo que inclusivamente foi logo descartado se o Pego... se Sines foi o que foi, de venda, de eliminação de um conjunto de porras que foram mandadas para outros países. Aliás, curiosamente, os trabalhadores de

Sines, depois de terem sido corridos de Sines, andaram em Espanha, a pôr em serviço as centrais a carvão, que já estavam desactivadas, a pô-las em condições de arrancarem, é só uma questão curiosa.

Mas, curiosamente, o Pego começou imediatamente o desmantelamento da parte essencial da instalação, que foram os tapetes, portanto, a alimentação do carvão para os grupos acabou, bem como, já viu que é uma questão complicada, bem como a instalação do carvão que pura e simplesmente ficou abandonado. Portanto, neste momento a questão é esta, recuperar aquela central é uma coisa inexistente, é uma coisa impossível, se se revertesse aquilo, e curiosamente não sei como é que o Director-Geral de Energia um dia destes dizia que estava em condições, se fosse necessário, num mês e pouco [de] terem produção a carvão. Sinceramente, como Sines tem um grupo que eventualmente poderia arrancar, parece, parece! Mas alguns foram todos esventrados e mesmo que arranjam carvão, não sabem como. Porque tinham de pôr umas centenas de camiões, porque cada grupo, se fôr em plena carga consome à hora 100 toneladas de carvão. É um bocado curioso como é que eles conseguiam fazer isto. Portanto, isto é, em traços gerais, a história do que foi uma morte anunciada, integrada, como eles dizem, numa transição justa. Transição justa faz-se de outra forma, não é esta.

Há aqui dinheiro metido, segundo eles diziam havia uma verba para este ano de 3 milhões €. Inclusivamente isto foi de tal maneira que quiseram negociar connosco um valor de 500 mil € aproximadamente, poderem ser investidos num fundo. Dissemos de imediato que, todos os fundos, obrigatoriamente tem uma constituição em termos da lei. [LS] Queriam que a gente fizesse, que a gente formulasse como é que se iria gerir aquilo. [MJ] Qualquer situação destas, obrigatoriamente, pode reverter para outras coisas, se quiserem, podemos dar opinião, de criar uma qualquer forma de assegurar aos trabalhadores e às famílias a saúde de forma superior àquela que hoje está assegurada. Assegurar, majorar algumas situações de maior precariedade e tal, falámos de dois ou três, mas percebemos perfeitamente que queriam que a gente dissesse que isto era para formação, para depois meterem outra vez o instituto de emprego e formação e mais um conjunto de amigos. Aliás, curiosamente também se (imperceptível) numa reunião que se fez a propósito do estudo do ISCTE, curiosamente nós nunca vimos tanta gente uma reunião. A maior parte deles não eram directamente interessados na central, eram na formação. Quer dizer, gente para dar formação e ganhar dinheiro havia muitos, mesmo que fosse não sei quê. Depois que conhecessem aquilo foi um bocado mais complicado.

Portanto, digamos assim, este é um projecto que nasce completamente torto, porque logo o início do plano, quando é encomendado o estudo, uma coisa perfeitamente vergonhosa, porque o estudo a ser feito, teria que ser feito antes do processo em Sines existir, muito antes, porque ele previa, segundo aquilo que era dito pelos técnicos, e estivemos a falar

com alguns deles, alguns até com alguma capacidade, mas eles próprios chegaram à conclusão que aquilo era uma coisa muito complicada, aquilo não é como encerrar uma fábrica de chapéus de chuva. Era, de facto, uma situação de componentes várias, onde a formação e o aproveitamento destas pessoas partia por existir uma linha, que tinha que ser preparada antes, de continuidade de investimento no nível de cada um. E depois, o bom do secretário de estado já dizia que o hidrogénio já andava em Sines e tal, que já não ia conseguir e depois durante um tempo desapareceu também. Há de facto aqui, uma coisa que é interessante. Nós chegamos (imperceptível) quem conhece o Secretário de Estado, o Dr. João Galamba, sabe que ele é um homem com bastante cintura e, portanto, é um homem que independentemente dos resultados. A gente aí não pode ligar, mas na ligação, só falta quase sermos visitas da casa. Só que, quando as coisas se tornam mais complicadas ele tem algumas ausências, e neste momento, há uma ausência de respostas bastante grande. Será que a secretaria com a saída do anterior ministro fica de alguma forma fragilizada, quanto a este processo, face ao actual ministro? Não se sabe? Será que o governo em relação a isto tem outra posição que leva a que o secretário esteja ali numa situação um bocado incómoda? Isso não nos interessa muito. Nós o que sabemos é que, quem no Pego assumiu o processo que denominaram transição justa, foi o Governo com a presença do Ministro, do Primeiro-Ministro e da Ministra do Ordenamento do Território, que curiosamente, tinha sido autarca em Abrantes. Mas enfim, são apenas algumas ligações e pormenores disto tudo. Hoje o Pego é uma conversa até incómoda para muita gente. Quem andava atrás do Pego até determinada altura segue um caminho... Quando a EDP e outras empresas se envolvem nalgumas coisas, a comunicação social desaparece também, não é só o Galamba, ela também desaparece, e vária gente vai dizendo à salamorda: "Pois e tal, a gente, pois e tal". Portanto, vão-se encolhendo entre as pingas da chuva a ver se não se molham. E neste momento o Pego que reconhecemos que é um incómodo, para o governo. Eventualmente o governo está a tentar fazer uma coisa que é tentar abafar o processo com o silêncio. Esperando que não existam condições da outra parte para poder fazer algo, neste momento, porque já não tem o impacto que teria na altura das eleições. Claramente é isto, isto não tem discussão.

[LS] E a gente viu a dificuldade que a gente teve, depois de Sines, a dificuldade que tivemos de pôr as pessoas a falar no Pego. Ninguém tocava, comunicação social, não havia ninguém com interesse nenhum. Tinha acontecido o que tinha acontecido em Sines, estava-se a prever a mesma situação, ou pior, por causa das condições que o Manuel acabou de referir do AE (Acordo de Empresa) da EDP. E com muita dificuldade que a gente... só mesmo ali próximo de reunirmos e do final do tempo, é que a gente consegue pôr as pessoas a falar nisto. O poder da EDP, o poder destas... nota-se nestas coisas. [MJ] Aliás, na altura, o João, o careca como ele diz, fez um esforço tremendo [para] que nós estivéssemos na apresentação do programa. E nós fomos sempre dizendo que a nossa

actividade não passa por aí, a nossa actividade passa... Podemos tentar construir uma solução. Fazemos parte da solução do problema. Agora os louros são vossos, são vocês que tem que assumir, portanto não contem connosco. Mas, de facto, e isso está na net. O discurso em termos da apresentação do programa, estava perfeitamente marcado por uma questão, que era [o] de envolver na decisão autarquias, sindicatos e governo. Todos eles fizeram a mesma referência. Era importante, era determinante para o governo que esta questão, até a propósito de outras situações que lá andavam, terem ali tentado, de facto, encontrar um envolvimento que não fosse estritamente o Governo.

Digamos, a credibilidade podia estar perfeitamente posta em causa. Agora, o que se pode seguir é muito complicado. A Endesa portou-se muito mal em Espanha, nomeadamente nos encerramentos das centrais, tendo garantido que as pessoas tinham ocupação, apareceu depois uma segunda (imperceptível) que era dizer, “pois a gente disse que sim, mas estes são mais baratos e a um preço que... isto é para desmantelamento e tal.” Eles aqui foram-nos dizendo que queriam fazer um exemplo. [LS] E era possível, um país pequenino, era possível ser um bom exemplo se eles trabalhassem bem, não era fazerem desta forma. [MJ] E penso que a Endesa poderá eventualmente estar a pensar em, a tentar fazer, a não ficar suja no processo, porque tem um conforto muito bom, é o tempo. O tempo se não tiver as medidas que foram previstas e que foram compromissos, pode destruir um bocado isto tudo. As pessoas começam a cair numa situação de desemprego, de fundo de desemprego, que leva a que procurem soluções que, vão ter para eles um efeito muito complicado. Neste momento há uma aposta muito grande, e tem que haver, da nossa parte, um envolvimento muito grande na procura de encontrar, e estamos no limite, nós temos posto um bocado... a Direcção [do sindicato] tinha trabalhado isso, era o meio deste mês... [LS] Não vai demorar muito mais tempo. [MJ] No meio deste mês, se não houver uma resposta, nós obrigatoriamente, vamos ter, como se costuma dizer, de pôr a boca no trombone. E vamos ter que ir à opinião pública, vamos ter de contar a história, novamente. Contar aquilo que foi o percurso e o que é neste momento a situação para que toda a gente entenda que, até havia ali gente que queria pôr os serralheiros mecânicos do carvão a servir à mesa, nos turismos rurais e nos hotéis, enfim, ouviu-se um bocado de tudo. Ouviu-se fundamentalmente, uma total ausência de um plano que tivesse contrapartidas credíveis, em termos do sistema nacional. Hoje, se alguém tinha dúvidas, ele está aí, com posições totalmente contrárias ao que foi no passado, o Director-Geral da Energia a dizer que o governo se espetou por tudo quanto era lado, foram prematuros os encerramentos. Pois, mas na altura em que eles foram ninguém se pronunciou. Temos pena, fomos nós que andámos a bater a todas as portas e ninguém se interessou pelo processo, o que foi muito complicado e deixou-nos numa posição muito, muito complicada, porque tivemos que andar com este processo, para conseguirmos forçar. Mas criou um esforço muito grande porque utilizámos o que tínhamos, o que não tínhamos. Eles não sabiam se a gente tinha se não

tinha, valeu um bocado tudo. O facto é que, houve um despacho, e isto hoje da transição é o que sobra.

[LS] Mas valeu a pena porque, vamos ver como é que vai o processo se desenrolar até ao final. Mas acho que, se não fosse o nosso envolvimento, não teria sido assegurado a estes trabalhadores o que foi assegurado. Aí não temos qualquer dúvida. [MJ] E há uma segunda questão, Luís, que é esta, o dinheiro vem... O dinheiro é uma verba do fundo das questões ambientais. [LS] É da Europa, é da Europa. [MJ] Isto é dinheiro que não é do governo, é dinheiro público, é dinheiro que vem de uma entidade. É preciso se necessário, e isso pode ir até aí, perguntar afinal de quem é esta responsabilidade? Se esta é a transição justa, então podemos preparar para uma coisa completamente diferente do que eles dizem. É que toda a Europa será, quando acabar[em] os meios actuais, e nós sabemos quais são, o que é que se vai fazer? Há países que nunca se irão libertar, muito rapidamente, e o problema não é a guerra, de maneira nenhuma, porque há países que têm como fonte principal o carvão e não têm opções. Não há opções. Há países que têm carvão de fontes inesgotáveis para não sei quantos anos, e então vão produzir a *fuel* não... [LS] A uma coisa que não têm? [MJ] Mais, até quando estas duas centrais, isto agora é só uma nota de rodapé, são das duas centrais a nível do que existe, no mundo até, mas na Europa, são as centrais mais bem preparadas em termos de queima de carvão, há um sistema... aquelas centrais... a central quando é construída, posteriormente, quer o Pego, quer Sines têm um investimento muito grande, um investimento num dos casos de Sines, eu o Pego não conhecia tão bem, porque não controlávamos tão bem, a gestão era privada, a EDP, embora a EDP o fosse depois, mas tínhamos melhor intervenção. Acabara de ser instalado um conjunto de sistemas que praticamente duplicaram o custo central, tinham sistemas de eliminação de partículas e outros produtos que resultam da queima, que foram eliminados numa percentagem muito elevada. Se calhar, tinham mais problemas os camiões que iam buscar as cinzas do que queimar o carvão, depois vendiam as cinzas para as cimenteiras, era transportado por camiões. Eles até vendiam dois sub-produtos, uma era as cinzas e [o outro] era o gesso. Nuns silos que eles tinham, o FD como aquilo era chamado, o resultado da passagem do sub-produto, no fundo [o que] resultava daquela lavagem dos fumos das chaminés, era gesso. Aquilo depois era vendido, embora de vez em quando desaparecessem uns camiões, mas dava para tudo, ninguém se preocupava. Enquanto aquilo bombou foi à vontade, foi como o Pego, aquilo tivesse parado, tivesse a trabalhar, pagava, e ninguém se queixou. Hoje parece que não há dinheiro. É este, neste momento, o ponto da situação, não é um processo [em] que a transição justa tenha uma relevância como se pretenderá.

Um esclarecimento e depois uma pergunta. Os trabalhadores, quer os da central, os da Pegop e da Tejo Energia, quer os subcontratados, os dos empreiteiros, estão ambos a ter formação, certo?

[MJ] Sim e até hoje. (Imperceptível) nós conseguimos fazer recuar.

E, portanto estão ambos a ter o rendimento que vem do fundo para a transição justa, mais a formação e o que vem do IEFP.

[MJ] Não, recebem só o salário.

(Imperceptível, várias vozes em simultâneo).

Mas a minha questão é se são todos?

[MJ] Nós conseguimos incluir todas as empresas que estavam na instalação à altura da decisão do encerramento. Portanto os directos e os indirectos. E, inclusivamente, porque isto acontece sempre que as empresas quando andam a preparar o fecho, começam antes a tentar libertar mãos. Ainda conseguimos ir buscar os que estavam no desemprego, que eles suspendessem o desemprego e passassem... [LS] No início do ano começaram logo a fazer acordos com alguns trabalhadores para afunilarem... [MJ] Nós conseguimos ir a um de Janeiro (imperceptível, falam os dois em simultâneo) [ML] ...tivessem ficado fora disto, sei lá, alguém que tenha ido para outro lado ou não teria vantagem nesta situação? [LS] Não quis! [MJ] Pessoas que arranjam emprego noutras situações que eventualmente poderiam ter vantagens. Mas não é fácil também dizer isto, a oferta ali não é grande. E o Pego tinha, de facto, [um]a capacidade de remunerar diferente do que os outros tinham. Aquilo era uma máquina de produzir notas todos os dias.

Vocês acham que seria mais justo se o governo tivesse procurado a construção de uma alternativa com a Endesa ou com quem ganhasse, e na transição da tecnologia para produção de electricidade, houvesse a transição dos trabalhadores.

[LS] Sim, aquela história daquele projeto da biomassa.

Por exemplo, a biomassa. Por absurdo, podiam ser os painéis solares, mudavam a tecnologia e os trabalhadores acompanhavam.

[LS] Acompanhavam a tecnologia.

Isso para vocês é que seria justo?

[MJ] A transição é uma mudança, uma passagem. E se esta passagem não é programada, eu não tenho uma passagem, eu tenho um armazém de desempregados. Posso tratar melhor ou pior, são no fundo os desempregados de primeira geração, ou de maior qualidade, e não é mais do que isto e depois esperar que um dia toda a gente se esqueça disto e que acabe esta gente toda empandeirada, aí num lado qualquer a fazer uma outra coisa qualquer. Este é que é o grande problema, é que quer uma, quer outra, embora com

características diferentes. A central de Sines é uma central com muito maior volume de trabalhadores. A central de Sines era igual ao Pego vezes dois, Sines tem 4 grupos, o Pego tem dois grupos, eles são irmãos. E aliás, o espaço na central de Sines dos dois grupos ainda existia quando ela fechou, porque aqueles dois grupos foram levantados dali para ir para o Pego, por conveniência da rede na altura, eles eram grupos da EDP.

Mas Sines eram quatro grupos.

[MJ] Eram, mas eram para ser seis. Dois desses foram desviados para o projecto do Pego. Havia quase uma situação que era factual, assim que a central de Sines fosse descontinuada, fosse descomissionada, o espaço dos dois grupos que nunca foi preenchido, apareceria ali uma unidade complementar que era uma unidade de amónia. Estamos a falar aqui já da transição para possivelmente o hidrogénio. Bem, amónia só se for a das senhoras da limpeza que ainda lá vão e que a levem dentro de uma garrafa para lavar o chão. Porque de resto, burrinhos na água. Depois é o centro tecnológico, é não sei quê. Mas tudo isto, como nós vamos mostrando e mesmo não sendo peritos nesta área, verificamos que há um vazio total. A Europa no fundo, o que está a fazer é refugiar-se fundamentalmente nas tecnologias que já tem e são altamente lucrativas. A França com as nucleares... [LS] A Alemanha fez mais 6 ou 8 ou lá o que foi. [MJ] A Alemanha que no fundo, agarrava a bandeira da transição, mas estava naquela altura a projectar centrais a carvão. Isto é um processo que nós queremos ser, como sempre, os bons alunos, e, atenção, os trabalhadores é que se esbaldalharam, porque o governo não se esbaldalhou. Há aqui, de facto, esta questão, se isto é uma transição justa ou não, vamos ver.

Até aqui temos um ministro que estava apertado, tinha que mostrar trabalho até às eleições e que isto era uma costela fracturada, [em] que ele andava ali um bocado aflito. A partir daí, o ministro desapareceu. O novo, não se pronunciou, não sabemos o que é que o homem sobre esta questão diz. Curiosamente, nestes últimos tempos, sobre a energia, o secretário de estado desapareceu, não se ouve sequer. Numa altura em que toda a gente fala sobre a electricidade, o preço da electricidade. Portanto esta é a nossa preocupação também.

Vocês foram tocando em várias perguntas, se calhar vamos repetir algumas coisas. Quais foram as reivindicações atendidas e quais é que não foram com o encerramento, e se consideram que se chegou a um compromisso ou, no caso de não considerarem, o que é que gostariam de ter visto implementado para se chegar a esse compromisso?

[MJ] Há aqui uma questão que é fundamental, na altura em que a gente intervém, é uma altura em que o processo está em marcha. Nós só tínhamos duas possibilidades, ou conseguíamos dele tirar algumas garantias. E os postos de trabalho eram fundamentais, porque de outra forma, corríamos o risco daquela gente saltar toda fora, directamente para o

desemprego. E, se o despacho que é feito for cumprido na sua plenitude, é preciso perceber para além daquilo que foi vendido, o que é que efectivamente o governo tem. Porque ouvimos dizer, o secretário de estado novamente, a dizer que, “quem andou a dizer mal da transição justa havia de engolir as palavras”. [LS] (imperceptível) [MJ] milhares de postos de trabalho, disse-nos a nós. E nós dissemos, a ver veremos, esperemos que sim, o problema é que até agora não vimos. Nem as respostas temos a isto. Se a gente disser assim, que os objectivos a que nos propunha-mos, dentro daquilo que eram as limitações. Porque tínhamos duas coisas, tínhamos por um lado a nossa visão e tínhamos por outro lado uma visão que tentava ser enviada às pessoas, pelas declarações do presidente da Câmara e por outras coisas, e com o patrocínio de alguma comunicação social que curiosamente, tem algumas ligações também com outras pessoas da central, isto depois ali é uma grande confusão, iam tentando mudar aqui, pessoas que entretanto estavam contra, isto depois é coisas interessantes, gente que esteve contra, algumas associações, contra a questão do carvão, mas estavam também contra a biomassa. Não se percebe muito bem, mas (imperceptível). Mas portanto a biomassa também não. E neste contexto, as pessoas quando começam a ver uma porta, elas próprias começam a acreditar. Este nosso trabalho, apenas conseguiu, apenas... podemos dizer outra coisa, se calhar, atingiu-se isso, foi enformar o que as pessoas tinham já adquirido das palavras. Que era o mais grave de tudo. Era o dia seguinte com palavras, nós conseguimos que isso tivesse forma, tivesse letra. E portanto, isto é o melhor? Não, não é! Mas face às condições, era uma garantia de que as pessoas não tinham no dia seguinte o desemprego, que tinham um projecto que teria que ter como objectivo final um posto de trabalho.

E o Governo vendia postos de trabalho aos montes. Parece que agora atrasou-se um bocado, acreditamos que a pandemia teve alguns efeitos, agora é a guerra, a seguir há-de vir qualquer coisa. Agora, estamos numa fase decisiva do processo, o processo se não vira a 2022, não é uma transição justa, é um desastre. É um desastre, porque ali não temos, e volto a repetir isto porque é importante, contratação colectiva que possa amortecer a queda, as pessoas que estejam em idade, por exemplo de ir para uma pré-reforma, se forem para essa pré-reforma, vêm deduzir nos seus rendimentos essa antecipação de reforma. Ou então, vão três anos ao desemprego, o tempo máximo. E a partir daí como é que vão? E aqueles que ainda têm dez anos de carreira pela frente, ou quinze? Este é o grande problema, é que se nós tivéssemos toda a gente ali numa mesma situação de amanhã... [LS] três, quatro anos. [MJ] ...isto podia-se ver noutro contexto. Agora, o que nos foi dito quando colocámos a questão da contagem do tempo base para o regime contributivo foi: “Pois! Mas o Ministério não tinha isso previsto.” e nós dissemos, claro que não, é impossível dentro das possibilidades de situações que cabem no desemprego, ou cabem noutro tratamento de enquadramento da situação, isto era possível prever se vocês tivessem um programa para a transição justa. Isto foi metido a martelo. É óbvio que ninguém ia inventar,

que se tinha de arranjar uma solução para a central do Pego nem ninguém se lembrou que a central existia, nem vocês? Portanto, a partir do momento [em] que isto se colocou, uma autarquia socialista, aí a puxar dos galões, a dizer que ia gritar, que ia falar com o Primeiro-Ministro e não sei quê mais. Vocês depois tiveram que andar com eles nas unhas das mãos e a tentar cortá-las fininhas. Agora, o virar do ano vai ser decisivo.

Muito bem. O que é que está a acontecer aos trabalhadores do Pego? Estão nesse processo de formação, já me disseram. Sabem se houve alguém que tivesse emigrado. Alguém que já tenha encontrado trabalho e saiu do programa?

[JM] Não, não. É possível que haja pessoas que podem ter uma participação num projecto qualquer, mas mais em consultoria, porque de facto são indivíduos que têm muita experiência e muito conhecimento.

[LS] Que a gente tenha, assim, conhecimento não.

E em termos de qualidade de trabalho? Como é que perspectivam que seja esse novo trabalho a criar, eventualmente pela Endesa?

[JM] A Endesa fala na criação de uma coisa que é complicada. Os parques solares não trazem trabalho qualificado, é bom que se diga isto. Os parques solares têm um trabalho de montagem. Como trabalho de montagem não é um trabalho qualificado, e é um trabalho temporário. Depois de acabar a montagem, serem feitas ligações e a central estar na rede, a manutenção é lavar os painéis. Acabou. Eles dizem que querem pôr aquilo a um metro e meio do solo, ou a dois, por baixo as pessoas podem plantar tomates, e não sei quê mais, e podem pôr colmeias. Não ponham é cabras porque as putas destroem tudo, são meio aparoçadas, partem-vos essa merda toda. Isto é o que há, e quando nós pusemos a questão ao grupo que estava a trabalhar com o ministério. Colocámos isto depois de eles dizerem, um conjunto de palermices, e nós perguntámos: “Está bem, não estamos a falar daquilo que são os empreendimentos, nós estamos a falar de outros projetos, nós estamos a falar em quantas pessoas é que isso ocupa, diga lá ò doutor.” “Ah! Pois...” “Pois, isso é uma chatice, é que o senhor está a falar de um conjunto de coisas que, para nós, não respondem à questão fundamental.” “Mas vocês dizem...” “Ah! Mas quando se diz, está bem, ok! A parte solar...” Quantas pessoas vão meter? Eu admito que vão meter até mais porque está-se a construir. Mas é pontual, é temporário e é desqualificado. Não sei se eu vou pôr as engenheiras químicas, as engenheiras de informática, os engenheiros, os técnicos de produção com o martelo na mão a partir aquela porra toda. Isso virá (imperceptível) mas é durante um tempo. Há de facto ali, pontualmente mão-de-obra que pode ser ocupada, até mais do que há oferta, mas neste contexto, não é em definitivo, porque não se conhece nem se tem experiência de centrais a hidrogénio, não se tem experiência do que é que eles pretendem fazer quanto ao gás, porque (imperceptível) a

injecção de gás na rede. Não se conhecendo estas questões, não é possível dizer que isto tem uma ocupação imediata, de quantas pessoas, nós sabemos das necessidades que aquilo tem. Descomissionar a central é parti-la. Isso não é preciso ter muita engenharia, desde que ela esteja tirada da rede em segurança. Isso já tens, a tubagem foi toda ela despressurizada, foi tirado tudo quanto era resíduos de *fuel*, porque a central arrancava a *fuel* quando necessário. Não é tão verdade assim porque há gente diz que aquilo ainda tem lá umas toneladas para tirar, mas isso, se calhar, está alguém a fazer um mealheiro, mas isso depois logo se há-de ver. Agora, para além disso, tudo o resto é miragem, porque inclusivamente o governo abriu uma linha de candidaturas e até hoje nunca conseguiu fazer uma apresentação de quem está disponível para investir ali, com os fundos que o governo disponibilizar. Afinal, parece que isto não é assim.

Agora, sabe-se, uma coisa sabe-se. O solar ali vai tentar aparecer com muita força, porque andaram a comprar, não só a Endesa, mas outras empresas, incluindo se calhar a própria Tejo, andaram a comprar montes de terrenos. E a alugar. Houve uma procura muito grande. E a central é muito grande, muito grande. Só que a central neste momento tem dono e tem um consórcio que só tem duas empresas. A Tejo Energia é detida, fundamentalmente pela Trust e pela Endesa. A Endesa é minoritária. Para ficar com o terreno, tem que o pagar. Eles andam em guerra ainda em tribunal por causa do desentendimento que tiveram, portanto não sei. Isto é uma questão que ainda vai ter... Porque parece que em relação ao ponto de injecção, acho que as duas providências cautelares que a Pegop tinha, que a Tejo tinha, perdeu-as. Isto foi dito muito de fininho, pouca gente falou nisto. Mas o processo em geral ainda existe, se isto se resolver daqui a dez anos, o governo, será um bocado como os helicópteros, como os Kamov, se calhar terá de receber nada ou ainda pagar. Paga depois à Tejo Energia umas massas e eles ainda ficam a ganhar. Já tinha (imperceptível) as barragens. As barragens já eram de uma das empresas, a Engie já estava também. Mas como se costuma dizer, há um processo muito, muito... Neste momento, nós estamos extremamente apreensivos por termos a noção do risco, o risco é muito grande. Estes gajos não têm competência para lidar com este bolo não têm competência. Isto não está no ADN. Portanto, os gajos não sabem o que é que hão-de fazer. Vamos ver.

E na perspectiva do sindicato, o processo de diálogo correspondeu ao desejado? Foi um processo de diálogo? Foi um processo de auscultação?

[MJ] Foi um processo de diálogo. Isso não podemos dizer que não. Mantivemos sempre abertura para dizer. Uma coisa é o diálogo e outra coisa é a produção de efeitos do diálogo. Porque, entretanto, o governo tentou fazer-nos algumas faenas. Quando o processo estava já na sua fase final, o governo disse-nos a nós, para dar mais segurança às pessoas, que o sindicato vai fazer parte do júri do concurso. Passados oito dias, se não me engano, ou doze, a gente foi a uma reunião que curiosamente tinha um sindicato da UGT. Que nós

conhecemos bem, das nossas guerras. Estávamos na fase da pandemia e foi por videoconferência, quando a gente os vê do outro lado “Olha que rapaziada!” E diz o gajo de lá. Um gajo que eu conhecia há muitos anos, da EDP, porque foi trabalhador da EDP, depois é que foi trabalhar para aquela organização de malfeitores. E então, é que a gente fica a perceber, paralelamente nos últimos dias tinha havido contactos...

[LS] Com essa gente, que nunca fizeram parte...

[MJ] E que depois levou a que nos fosse dito: “Isto agora é complicado, caraças, como é que a gente agora vai decidir qual é a estrutura, ou vai pôr as duas e tal.” A gente, na altura, facilitou-lhe o trabalho e disse “Eh pá! Não precisam” [LS] “Estejam à vontade” [MJ] “Sigam para bingo”. Imediatamente os gajos afastaram as estruturas, qualquer uma delas. Está visto aqui como é que eles trabalharam nesse sentido. Apareceram num dia que lá foram, ofereceram uns brindes, ou umas prendas ao Sr. Secretário, uns livros e tal, lá do presidente do sindicato, e tal e coisa, umas canetas e depois nunca mais apareceram, não fizeram plenário, não fizeram uma intervenção junto de ninguém. E depois daquilo resolvido, quando isto acabou por ficar (imperceptível) desapareceram pura e simplesmente e nem uma palavra disseram às pessoas. Isto é, como se costuma dizer, uma associação que se juntou em torno... [LS] Não é uma associação. [MJ] Sim! É uma associação que é feita por várias entidades dominadas pelo Partido Socialista. Pelo governo, é o presidente da Câmara, é os gajos do Médio Tejo, é o sindicato da UGT, todos eles são do Partido Socialista. Aparecem em socorro para ver se era possível encontrar ali uma pacificação para isto. O Matos Fernandes foi mais prático e foi mais esperto, porque fez um comen... se calhar alguém lhe vai... [LS] dar nas orelhas. [MJ] Mas quando forem para bater já ele deve ser administrador da Endesa. Portanto também não há problema.

A União Europeia e o governo têm políticas para a descarbonização da economia. Qual é a vossa opinião sobre elas? Acham que salvaguardam os problemas que são criados aos trabalhadores? As políticas de descarbonização.

Tendo em conta o exemplo, a resposta está dada. Nós neste momento temos uma situação que é esta, a descarbonização não me parece que seja uma coisa que alguém esteja em desacordo. Agora, ela tem de ser olhada, não é à procura das formigas e deixar os elefantes. Nós fomos nisto, um pioneiro que acabámos por matar a galinha dos ovos d'ouro. Nós tínhamos possibilidades, neste momento, de estar a vender energia, se calhar, estamos neste momento a comprá-la a toda a gente, particularmente aos espanhóis. [LS] E não faz sentido, o CO₂ não tem fronteiras. Então como é que a gente está aqui a fechar e estamos a comprar energia produzida por carvão em Espanha, França ou Marrocos, ou onde quer que seja? Não faz sentido!

[MJ] Aliás tens outra questão Luís, a seguir a esta decisão ter sido tomada, há uma conferência no Ambiente, onde dizem exactamente o contrário. Já não é bem eliminar a produção de energia a carvão, é tentar reduzi-la. Isto foi sempre andando. Nunca ninguém ali assumiu claramente. Não, não, nós vamos trabalhar neste sentido. Portanto, se se disser assim, há uma política em relação ao ambiente? Não há! Há uma política em relação ao sector da energia? Não há! Há um conjunto de interesses, que se digladia e que andam aqui à volta dos interesses. A EDP anda interessada em comprar e vender, deixou de ser uma empresa que até produz alguma energia, não assim tanta, mas é mais um vendedor de produtos e não só, é vendedor de instalações. Compra no Canadá, vende nos Estados Unidos, compra nos Estados Unidos vende na África do Sul. Portanto, anda a gerir estas coisas. E aliás, pode se ver que os principais técnicos que a EDP tinha foram-se embora, nomeadamente os dois que estiverem acusados de não serem muito boas pessoas, e não eram, o Mexia e o Manso Neto.

O Manso Neto está hoje numa empresa que a pôs a dar lucro quando a EDP lhe vendeu uma instalação que dava prejuízo. É a Mortágua. Mortágua era uma central que foi feita, na altura, para ficar bem na fotografia, porque tínhamos uma central de queima de resíduos de floresta, de biomassa. A EDP construiu aquilo, houve um monte de coisas, depois aquilo não havia uma política dos solos e de tratamento dos produtos para serem incinerados e depois eram metidos na tremonha, ramos, folhas de eucalipto, ramos de eucalipto, de pinheiro, de carvalho. E aquela porra, como a queima daquilo é toda ela diferente, aquela merda dava para os não sei quantos, depois baixava e aquilo estourava todos os dias e lá vai mais dinheiro. Este gajo com a Greenvolt compraram aquilo e parece que aquilo neste momento dá dinheiro. O que também não sei, mas foram buscar (imperceptível) isso mostra claramente que eles foram buscar uma tecnologia interessante. Acho que é uma tecnologia que é utilizada nalguns países de uma forma completamente diferente. A recolha feita em pontos de recolha. Ela é transportada nuns camiões tipo as betoneiras, a transformar aquilo numa massa, quando chega vai ser queimada. Portanto não há ali aquela questão da queima ser inconstante. Isto nada resiste, até pedras iam para lá. A tremonha lá ia toda ao ar, lá passava não sei quê e portanto a EDP sustentou aquilo. Digamos que era uma, era uma montra e era, no fundo, um bom exemplo das práticas da energia.

Mas isto hoje é algo que, se olharmos para o futuro, nenhum de nós consegue dizer para além das solares e das eólicas, o que é que se vai esperar. Porque nas grandes unidades, temos o Ribatejo e Lares. Lares numa situação complicada, porque a central foi construída já com défices, com problemas. No Ribatejo fala-se em tanta coisa! Já se falou em conduzir Lares, no Ribatejo. Já se falou nas experiências que estão a ser feitas do hidrogénio no Ribatejo. É só experiências. Vamos a ver as experiências ao fim o que lá estava que era bom, passou a ser mau.

E neste momento é o que nós temos, e face a esta situação o Ribatejo está, enfim!

O Ribatejo é o Carregado?

[MJ] O Ribatejo está ao lado do Carregado. O Carregado é a central velha. Era a Central do Carregado, a outra que está ao lado, a de gás. É uma central bem construída, aquilo é tecnologia alemã. Eles depois quiseram em Lares fazer a mesma coisa mas numa versão mais *soft*, mais barata, e então foram para a tecnologia americana. Um daqueles grupos... [LS] Não é tão bom. [MJ] funcionava... Não é tão bom? É uma boa merda! Há um grupo que há que tempos não sei quê, onde eles enterraram 5 milhões há pouco tempo, enfim, não vale a pena.

Então, e qual é a opinião que têm sobre um sindicalista canadiano que, em 96, disse que, ou se resolviam as questões ambientais e sociais em conjunto ou não havia solução? Concordam com ele?

[MJ] Na minha opinião, e vou dar a minha opinião, não é uma questão que a gente tivesse discutido, mas penso que sim. Uma coisa dissociada da outra, não tem sentido ou não tem objectivo. Porque obrigatoriamente uma política de ambiente tem que ter subjacente o tratar das pessoas, porque senão tratamos do ambiente e não tratamos das pessoas. Tratamos do ambiente para quem?

Agora é preciso fazê-lo com uma política muito clara. E com uma política objectiva, não é fazer... Não vou pôr à volta dum coisa qualquer, onde depois toda a gente já diz — sim senhora, a gente está a trabalhar nisso e tal. — Mas vão adiando, e depois, quando chegam a determinadas alturas, nós vemos como é que a Europa está, está com défice tremendo de energia. França teve que parar as centrais nucleares para manutenção, não está a conseguir pô-las na rede tão rapidamente quanto gostaria. Anda aí alguns dias a apalpar as lâmpadas a ver se aquela porra estoira ou não. Aliás, o que hoje a situação actual veio trazer, de alguma forma, foi desmascarar completamente aquilo que se vendia na Europa sobre uma política energética, uma política de transição. Acabou e vamos ver o que é que sobrou. Está a sobrar e a grande discussão agora até já é outra. É o caminho das nucleares. Hoje noutra vertente, são as pequenas nucleares. Não é uma coisa nova, já há muito tempo se falava, é um projecto que já haviam grupos em Portugal que defendiam isso. As nucleares, que eram as pequenas nucleares. Não era um nuclear, sei lá como algumas que a gente conhece, mas nucleares que abasteciam ali 100 000 casas, 200 000, uma coisa mais reduzida, com outro tipo de tecnologia, porque chegaram à conclusão que outras questões eram complicadas, porque a energia não era possível meter dentro de bidões. E então falam das pilhas, mas as pilhas tem outro grande problema, é caro! Uma tecnologia cara! Há coisas que a gente se falasse, a gente até se esquece, as pessoas até se riam. Nos Açores. A empresa de lá, que é a EDA, comprou um conjunto de carros elétricos que

durante o dia acumulam energia, para à noite a pôr na rede, para os consumidores terem. Em vez de terem uma central, têm carros, compraram sete ou oito carros elétricos. Isto de ficção... Se eu contar isto a duas ou três pessoas, “parece que estás a brincar comigo”, “Não, é verdade, não é piada!” Portanto, isto dá para tudo. (Falam e riem os dois ao mesmo tempo). [MJ] E mais as assimetrias que nós temos no nosso país, não permitem uma forma equilibrada. Eu agora, por acaso, falava dos Açores, falo dos Açores, falo da Madeira, são territórios onde o recurso a outros meios de produção são muito complicados. Eu não consigo ter uma produção de energia num lado qualquer e depois pô-la nas nove ilhas dos Açores, é óbvio que se eu ponho uma central no Corvo, e se invisto numa central a gás, só se puser bilhas, porque de resto, ponho-a lá para quê? Gasto ali uns milhões, e quando é que eu recebo os milhões? Tudo isto é investimento público, é investimento que vai à tarifa, é investimento pago. A energia é algo que é indissociável, a energia e não só, mas a energia, e estamos a falar dela em particular, é indissociável do desenvolvimento, de um desenvolvimento equilibrado. A energia posta ao serviço dos interesses, a gente vê o que é que dá, é a EDP, a dar milhões e nós consecutivamente a pagar uma energia mais cara, com mais problemas, com mais dificuldades e cada vez mais as empresas a viverem de quê? A viverem fundamentalmente do mercado precário, a EDP tem hoje mais trabalhadores fora do que dentro.

E a EDP em si, tem hoje mais trabalhadores, quadros superiores do que trabalhadores técnicos. Têm 55 [%] para um lado e 45 [%] para o outro já, e vai baixar mais. Isto é o resultado de quê? Enquanto aquilo tiver dinheiro, o dia em que não tenha dinheiro, também não há problemas, pegam nas chaves, chegam ao pé do governo e dizem assim: “Agora entendam-se! Façam o que quiserem, não quero isto!” Fala-se muitas vezes que a EDP tem milhões de resultados. Quanto é que é o passivo da EDP? Nunca se fala nisso, pois, porque o património da EDP permite pagá-lo, se não o tivesse, estamos a falar de milhares de milhões muito, muito grandes, atenção! A gente não temos minimamente a ideia quando se fala dos resultados, não se fala... Enfim, o património. Inclusivamente, uma nota para ficar só porque é interessante, o primeiro aval dado ao governo de Mário Soares para o primeiro empréstimo contraído junto do Banco Europeu, leva o aval da administração da EDP, eles é que são os avalistas. Quem um dia tiver de escrever a história da empresa, não se esqueça da contar toda. Foi de facto, uma grande empresa, não tenhamos dúvidas, fez neste país uma obra (imperceptível) poucos países conhecem, poucos países conhecem. Muita gente não sabe, quando a EDP foi formada havia 53 mil casas em Portugal que não tinham energia, não é bem um sítio ou dois, electrificar tudo isso, fazer linhas para tudo isso, foi um trabalho imenso. Hoje em dia se nós dissermos: “Eh pá! Está bem, mas isso faz parte da história.” Não faz parte da história, faz parte de uma realidade que foi possível ou que foi criada por isto. Hoje, sinceramente, as pessoas olham para os (imperceptível) dizem: “Pois isto vem tudo de Castelo de Bode”, as pessoas não têm sequer ideia do que é a realidade

energética nacional, nem as suas fontes de origem, a maior parte das pessoas pensa que é do vento e que é do... Eh pá! de onde é que vem? Quantas vezes é que a gente não ouve histórias... [LS] Não vem do continente já não é mau. [MJ] Não, não, não. A malta vocês têm umas torres, aquilo é uma nossa central nuclear. Não é nada, aquilo são as torres de refrigeração, mas a malta dizia "Pá, aquilo é uma central nuclear." Mas enfim, neste momento, é um sector, como todos os outros, não é exclusivo, a passar mal, a passar mal.

Tenho aqui uma pergunta que é uma pergunta pessoal, vocês são dois, vou saltar por cima dessa, eu posso dizer, era como sindicalistas se a vossa visão pessoal... Qual era a diferença entre a vossa visão pessoal e a visão do sindicato? Se têm algumas diferenças ou se coincidia a 100%?

[LS] Muito, muito, muito parecidos. É muito idênticas, a gente vive isto, a gente não anda aqui...

[MJ] Posso dar até uma nota, uma nota que é interessante. Nós juntamos hoje no sindicato, ainda, gente, muito pouca já, que atravessou esta fase, eu vim para aqui com 15 anos, e hoje estou-me a ir embora, são 47 anos aqui, já me chega. Mas esta gente que foi chegando, e estas são gerações já novas, é gente, que eles sim, vão ter agora a responsabilidade de levar isto, mas conseguimos manter ao longo destes anos, uma linha de evolução nesta matéria, sempre muito consistente, não tivemos aqui inflexões em relação a isto ou aquilo. Nós procurámos sempre, não é fácil, muitas vezes, ter que olhar, independentemente daquilo que eram, a visão que nós tínhamos do que devia ser, mas que tivemos de evoluir de acordo com aquilo que eram as situações e ter que acompanhá-las, e ter que nos ajustar, e ter de ultrapassar os problemas que elas levantavam. E penso que, muitos deles não passaram por essa fase, mas foi-lhes passado esse conhecimento, porque hoje é importante, que é uma coisa, que já não existe muito. Nós neste momento, há uma história que obrigatoriamente deve ser preservada, que é a história do movimento sindical, em várias vertentes, e a CGTP tem trabalhado nisso através da criação do museu. Mas que tem que ser feita rapidamente, porque há uma parte desta histórica que começa a desaparecer, que é a malta que sai, a malta que morre, e todos os dias desta malta, porque alguns vieram para cá com uma idade completamente diferente da minha, Eu entrei com 15, esta malta já veio com 30, com 30 e tal, portanto há que rapidamente nós conseguirmos essas condições. Mas temos felizmente, temos conseguido manter. [LS] Estamos com 87 anos de existência. [MJ] E conseguimos manter esta coerência de posições, que não é fácil, porque as alterações são... A EDP teve no seu máximo 23 500 trabalhadores, isto em 81, 82. [LS] Se chegar aos 4 mil agora? [MJ] Quando foi a integração das federações de municípios, dos serviços municipalizados e das empresas privadas, hoje a EDP não tem, a EDP em todo o mundo incluindo Portugal tem 11 000. Embora possa dizer que em Portugal a EDP terá números astronómicos, eu não estou a contar os prestadores de serviços, esses

são uns milhares. [LS] Eles não deixaram de, isto é outra conversa, eles não deixaram de precisar destes 23 000 trabalhadores. [MJ] Tecnologicamente mudou muito. [LS] Em vez de estarem a pagar 1 000 € de salário de entrada, como o postal que que eles têm e bem, estão a pagar salários mínimos, passando estas pessoas para prestadores de serviço e arrecadando, entre as empresas prestadoras de serviço e a EDP, é muito dinheiro, muito dinheiro.

Ainda agora vimos, a questão da Randstad que aumentaram 20 paus as chefias só. [MJ] Não aumentaram só as chefias, desde de Janeiro com a... [LS] Sim, mas foi agora que aumentaram só as chefias. [MJ] ...a restante malta tivemos, como agora, a alteração do salário mínimo, no salário de Janeiro... [LS] não precisam! [MJ] Pois mas entretanto os outros que levaram o aumento quando vier o salário mínimo nacional... [LS] Também querem [MJ] ...não são alterados, há 55 paus que já foram comidos. [LS] Já foram ao ar! [MJ] Mas é assim que se trabalha!

Como é que se chama a empresa?

[ambos] Randstad! [LS] R-A-N-D-S-T-A-D.

[MJ] É uma empresa holandesa, uma multinacional holandesa, é um dos maiores empregadores... [LS] É uma empresa de proxenetismo. [MJ] Os gajos têm em Portugal à volta de 15 mil trabalhadores, trabalhadores alugados, emprestados... [LS] Alugam, ao dia, à hora. [MJ] ...*call centers*, é a Nestlé, é a 360 (imperceptível), é a TAP, todos eles têm *call centers*... **são os novos esclavagistas** [MJ] É!

Bom, e há alguma coisa que queiram falar que eu não tenha perguntado? Que considerem importante, que me possa ter escapado a mim?

[MJ] Não. Podemos ficar é... contactares se fôr necessário o Luís, se houver alguma coisa que queiras aprofundar um pouco mais. Porque falar disto, é uma história com tanta... [LS] Com o Manel ficas uma tarde inteira e ele conta-te estes pormenores... [MS] ...que nos perdemos um bocado. Hoje já não é tão fácil, porque a memória, na nossa idade, também se vai consumindo. Agora, é bom que não se perca esta memória, porque ela é a melhor prova que pode existir, de toda a falácia que estes processos tiveram, e tudo aquilo que passou a ser completamente destruído a partir do momento em que a EDP foi privatizada. Isto é claro, isto hoje é provado e comprovado de diversas formas, numa história, que muita gente, ou um grande número de gente, candidatos, partidos e outras coisas pretendem obrigatoriamente fazer esquecer. Criando aqui uma situação completamente de desvantagem para uma situação, que se não tivesse existido, hoje não havia (diálogo entre os dois, imperceptível). [MJ] Embora a EDP tenha, de facto, uma característica única. É uma empresa que nasce com uma missão. Electrificar o País, e criar neste País uma capacidade

de gerar energia, que seja suficiente para ele. E foi o que fez. A EDP tinha uma produção superior, uma capacidade de produção superior à procura. Ou seja, se uma instalação tivesse um problema, não havia... arrancava outra. Todas as centrais foram sendo construídas, todas elas tinham, um bocado, esse objectivo. Hoje a maior parte deles nem sabem como se constroem centrais, falar de centrais para eles não vale a pena, só se fôr com o LNEC, com uma folha de *Excell*. Mas, hoje, e foi assumido que Portugal tem um défice para suprir as suas necessidades. Isto nunca existiu. Isto nunca existiu. Ou seja, a própria EDP, as pessoas dizem: "Ah! Mas surgiu isto ou aquilo!" Porque o Pego, o Pego era necessário que fosse colocado ali por causa dos equilíbrios da rede. O Pego tem uma segunda ligação a Espanha, quando o País aqui há uns anos teve um apagão... **As cegonhas** [MJ] As cegonhas para terem provocado aquele efeito tinham que vir de Lavos, vinham bêbedas da Guarda, porque senão a linha não ia abaixo. [LS] Há pouco não tivemos o caso de França? Com um avião? [MJ] Isto é possível ser com a cegonha, mas quem contou a história contou-a mal. É os dejectos da cegonha que podem fazer isto, elas vão lá para cima e isso pode acontecer porque faz arco e elas podem disparar. Mas quando a linha dispara, imediatamente a rede tem duas hipóteses, ou religa numa fração de segundos, se a linha, agora não sei, na altura era se a terceira ligação falhava, a linha imediatamente era posta fora de serviço e era ligada uma alternativa. Só que em vez de ser aberta a linha, a linha foi fechada. Quer dizer, que houve uma parte que levou com a pancada e havia uma parte aberta que a aguentou. E como estava muito carga em cima do Pego, o Pego imediatamente abre a linha de Espanha. [LS] Mas Sines não cai. [MJ] Mas Sines, uma das turbinas não saiu cá para fora porque não calhou. Ela passou das 20 mil rotações às zero em segundos. A rede não a aguentou. Se não tivéssemos esta capacidade, que a EDP tinha, o País ia ficar bastante tempo sem ter energia. É isto, que efectivamente demonstra o que é diferente duma empresa de produção, transporte e gestão de energia e o que é uma empresa que vende tudo e que por acaso também vende energia.

[LS] Como é que é possível um acidente em França, nem estamos a falar aqui em Espanha, um acidente em França, pelos vistos uma aviaoneta, um aviãozito, e que nós aqui levámos por tabela e ficámos sem energia. Numa grande parte do território. [MJ] E não levaste mais porque os espanhóis abriram, se os espanhóis não abrem as linhas de baixa nós havíamos de ficar bonitos, havíamos. Isto abanou tudo mesmo assim. Porque a rede... isto tem a ver com uma coisa que é esta, a Europa, e não só, mas a Europa foi construída em função, a partir de determinada altura, do lucro, do lucro fácil. E, portanto, os equilíbrios ou a segurança que se lixasse. Isto é como as centrais nucleares. São as centrais mais limpas que há, segundo alguns defensores. O problema não é esse, o problema é a forma como são construídas e depois a forma de as destruir. Depois toda a gente diz: "Mas aquilo quando é destruído, tem um investimento maior do que quando é construído." Pois é, esse é que é o problema. Portanto, isto um dia destes há-de ser resolvido. [LS] Por isso é que eles

estão sempre a prolongar a vida delas. Deixa durar mais uns aninhos (imperceptível, falam ao mesmo tempo). [MJ] Se ela tiver sido bem construída e se for operada nas devidas condições, sem poupar no material, ter os planos de conservação, ter uma energia com alguma qualidade na exploração. Agora aquilo não permite é brincadeiras, nem permite tu fazeres ali milhões sem teres de investir algum. Esta malta pretendo investir dez milhões hoje, para ter dez milhões em três meses. Portanto se aquilo for em lata, que se lixe, depois quando arrebentar logo se há-de ver. E é o que aconteceu aqui, lá em cima, a Turbo Gás no Porto. Já andou para lá a ensarilhar-se, mais que uma vez, que aquilo já está ali perfeitamente... a conservação foi andando, “Ah não, agora não!”, franceses também. “Conservação? Deixa ver se isto aguenta mais um mês, ou mais outro.” Agora chegaram ao limite de horas de trabalho que já não podem brincar, porque aquilo está no território deles, se estivessem noutra País, acredito que se estivessem cagando para isso.

ENTREVISTA A RUI MIRANDA, SECRETÁRIO-GERAL DO SINDEL — 28 DE SETEMBRO DE 2022

Na altura, o Ministro do Ambiente, aliás, o Ministro do Ambiente da altura, numa entrevista ao Público, em 30 de Novembro de 2011, afirmou que o processo de encerramento do Pego seria o exemplo de uma transição energética bem feita. Quer o Roteiro para a Naturalidade Carbónica, quer o Plano Nacional Energia Clima referem nos seus objectivos a transição justa, na perspectiva dos trabalhadores, o que consideram que seria uma transição justa? E o processo que está a decorrer, em que medida é que se aproxima ou que se afasta dessa transição?

Eu costumo dizer o que começa mal termina mal. Quando nós tivemos o início da Central do Pego, convém até para vocês, a Central do Pego é feita e é convidado um conjunto de trabalhadores da EDP para irem para lá trabalhar, com o conhecimento que eles tinham. Portanto, eles não iam fazer um investimento [em formação], precisavam de trabalhadores. Nós tínhamos um acordo, como temos, um ACT, um acordo colectivo de trabalho, mas uma das coisas que aconteceu foi logo retirar esses trabalhadores, dando lhes mais dinheiro, retirando o acordo. Porquê? Porque em novas contratações entrava tudo com contrato individual e não havia contrato colectivo. Nós fizemos durante vários anos tentativas, sempre fomos muito bem recebidos no Pego, porque muitos deles, como eram da EDP, eram nossos associados. Mas com o tempo eles foram-se dessindicalizando porque nós não lhes dávamos nada. Portanto, aquilo era uma negociação feita *ad hoc* com cada um, conforme as necessidades. Isso foi correndo. Quando é que nós tivemos o problema? Na altura que começa a ser uma realidade, por causa da transição justa, que ia haver o

encerramento da Central de Sines. Aí é que já foi, bom entrámos no processo, mas aquilo que aconteceu foi o conjunto de trabalhadores, grande parte deles tinha uma idade avançada, que permitia à empresa fazer aquilo que nós chamamos um plano de ajustamento de efectivos, com condições, mais para a idade da antecipação da reforma; os mais novos, havia ali um conjunto de trabalhadores, fizeram uma rescisão, mas também lhes dando bastante dinheiro. Há aqui uma coisa que eu gosto, como sindicalista que sou, podemos chamar o nome que quisermos, mas é um despedimento, que é, pessoas que estão e vivem do seu trabalho, que ainda não têm condições de poder entrar na situação de reforma, mas são iludidos com uma verba que muitas vezes se lhes dá. E as pessoas, muitas vezes, olham uma oportunidade de poder trazer aquele dinheiro porque é isso ou o despedimento, negociem bem agora. E, portanto, as coisas foram feitas de uma forma mais ou menos pacífica.

Não é pacífica porque, no nosso entender, tínhamos todas as condições de poder continuar a ter, ainda durante mais alguns anos, a Central do Pego e de Sines em funcionamento. Tanto é que agora se viu a grande necessidade de [que] se estivessem, elas não acabavam assim. O problema não se tratou dos trabalhadores que eram trabalhadores directos do Pego. A fazer agora este trabalho, já percebeu que estas empresas e estas multinacionais o que fazem é: têm trabalhadores efectivos e depois têm um conjunto alargado de trabalhadores que são de empreiteiros a trabalhar lá, isso está a trazer ao mercado de trabalho grandes problemas e grandes responsabilidades. Qual foi o problema que o secretário de Estado e o ministro de então tiveram? Não foi com estes trabalhadores directos que conseguiram, porque teve que ser com o encerramento da central, tinha que se arranjar forma do pagamento a essas pessoas, como devia ser. Foi [com] um conjunto de trabalhadores, cerca de 35, 36 trabalhadores —o número ao certo não... tinha que estar a ver os papéis — em que esses trabalhadores tinham um problema além da idade, são trabalhadores indiferenciados, são trabalhadores para trabalhar com as águas, para a limpeza. Uma série de trabalhadores que estavam lá desde o início da central, que foram rodando, outros foram para a reforma, [outros] foram entrando. Mas o que é preocupante é que eram trabalhadores que estavam afectos àquela central a tempo inteiro, não directos na central, mas que a central não poderia funcionar sem esses trabalhadores. É nessa altura que somos chamados ao ministério para tentar, até porque começou-se a falar muito desses trabalhadores. O governo começou, ia haver aquele período de eleições, isso tudo, começou a haver aqui muitos comunicados de sindicatos, sindicatos da UGT, como da CGTP e os nossos colegas da CGTP também acompanharam, até porque grande parte desses trabalhadores indiferenciados eram sócios deles, ou quase todos sócios da CGTP e, portanto, fomos chamados em conjunto, nós e a CGTP, a FIEQUIMETAL para poder acompanhar estes trabalhadores.

Qual foi a saída que se arranjou? O que os trabalhadores nos pediram, às duas centrais, não era aquilo que foi oferecido pelo governo e pelo IEFP. O que eles pediam era com a idade deles onde é que iam arranjar trabalho? O que eles queriam era trabalhar e isso não lhes foi garantido porque não podiam garantir. Então o que é que foi feito aqui? Foi com o IEFP arranjam formação a esses trabalhadores, eles tinham que entrar num plano de formação em que suponhamos que o vencimento deles era 1.000 € para dar um número redondo, para perceberem. Eles recebiam parte da Segurança Social, durante aquele período de x tempo, e o restante, para completar o vencimento, era na formação que era dada pelo IEFP e, portanto o IEFP, juntamente com a autarquia, criaram uma espécie de uma loja, como poderemos chamar, para ver a apetência destes trabalhadores de em vez de irem para o despedimento, portanto ficarem sem trabalho, poderem ter uma formação para ver depois na localidade se lhes conseguiam formação.

Desculpe, mas está a falar de Sines ou do Pego?

Pego, só do Pego! Isto só se passou no Pego.

Porque o que eu soube é que é o dinheiro do fundo da transição justa que lhes paga integralmente o salário. A estes trabalhadores, do Pego, que não são trabalhadores directos, foi feito o tal acordo entre a Segurança Social e o IEFP. **Os directos tiveram o fundo da transição justa.** Foi um caso completamente diferente. Mas não é justo, trabalhadores que estão desde o início da central, porque senão ela também não trabalha. Portanto, no nosso entender e no entender da CGTP, estes trabalhadores deviam pertencer à central. **Esses deviam, para além dessa questão, em termos de despedimento, deviam ter sido tratados como os da Central.** Da mesma forma... **recebendo o salário por inteiro durante um ano do fundo da transição justa.** Da mesma forma que os outros trabalhadores tinham subsídio. E então é aqui que entra o IEFP. Criaram, mas temos aqui um problema e quem está no mercado de trabalho sabe isso muitíssimo bem, é que são trabalhadores que depois vão ter grandes problemas no mercado de trabalho, até por causa da sua formação. E portanto, nós sabíamos que hoje as empresas, não me perguntem que isso era outra discussão. Mas hoje as empresas, para já não admitem trabalhadores que tenham 50 anos, têm que ser um jovem senão não os admitem. Não está escrito, mas nós, na prática, sabemos que isso acontece. Essa era a preocupação daqueles trabalhadores: “Para onde é que eu vou? Eu vou ter vencimento durante um ano? Indo lá às formações. Mas e depois? O que é que vai ser feito da minha vida?” Por outro lado, havia o compromisso de tentar, também através desta formação, fazer alguns contactos com as empresas do sector para ver se conseguiam que lhes arranjassem alguma... até com a formação específica que eles poderiam ter.

Bom, isso depois eu sei, até tenho aqui no meu telemóvel o ministro de então várias vezes a contactar-me. “Miranda, qual está a ser a apetência dessas pessoas a ser chamadas quando estão?” É claro, entre receber 50 e poder receber 100, as pessoas quiseram receber 100, entraram. Mas como eu digo isso tem que reconhecer a preocupação de todas aquelas famílias. Não era receber naquela altura. Era ter trabalho, era o que eles queriam. Porque eu tinha de falar também dos outros. Porque para mim são trabalhadores.

Mas eu estava com essa confusão de facto. Eu só estou a falar do Pego. Sines é uma coisa completamente diferente. **Eu sei, eu sei. Por isso mesmo estava a ficar baralhado.**

Quais foram as reivindicações atendidas e quais as que não foram no processo de encerramento do Pego e se considera que se chegou a um compromisso ou, no caso de não o considerar, quais eram as medidas que deviam ter sido implementadas para se chegar a um compromisso? Depois do que me disse, se há mais, porque se não já está respondido.

Não, não há mais nada, foi aquilo. Eu vou introduzir aqui uma coisa [e] eu acho que vocês deviam fazer esse trabalho. Desculpe, mas há aqui uma coisa que é muito importante, que é isto: Eu costumo dizer quando há um problema, a gente deve seguir o rasto de dinheiro, pois a partir daqui a gente vai buscar as coisas. Isto para mim foi um processo que, no meu entender, não foi muito limpo. E porquê? Porque quando são vendidas as seis centrais, à ENGIE, quem está metido no processo da venda das centrais e que andou a acompanhar todo esse processo, era na altura o engenheiro chefe da central do Pego, porque sabia que depois ia para o outro lado. Isto só lhe estou a dizer que é para depois... Mas façam esse trabalho. Eu tive oportunidade de reunir no Porto com a directora, a francesa, quando veio cá por causa das centrais, porque entrou no mesmo processo que tem o Pego, para dar só o contrato individual aos trabalhadores. E eu encontro nessa reunião, que veio para ajudar [e] que esteve em todo este processo, o Director da Central do Pego. Portanto, eu costumo dizer, sigam o rasto do dinheiro, depois a gente vai ver os interesses, isto é só introduzir. Portanto, tudo isto foi mal tratado, interesses, tudo o que está aí.

E desses trabalhadores, os da central e dos subcontratados. Sabe o que é que aconteceu? já encontraram trabalho? Emigraram? Estão ainda nos cursos IEFP?

Ainda estão nos cursos do IEFP, ainda estão a fazer. Porque aquilo... tinham. Havia uma coisa [em] que o documento estava bem feito, no meu entender. É que eles tinham que garantir aquele período para poderem fazer aquela formação, poder receber o dinheiro e ver depois, à partida, qual era a possibilidade que tinham para encaixarem no mercado de trabalho. Sendo certo que tanto o ministro como o secretário de Estado na altura e também o secretário de Estado do IEFP, sabiam das dificuldades, isso também foi dito em cima da mesa, das dificuldades de alguns trabalhadores devido à idade que as pessoas tinham e

como é que se iriam arranjar. Portanto isso ainda continua a... Não sei se houve trabalhadores que arranjam ou não um emprego, mas dos outros, daqueles pertenciam mesmo à central. Mas estes aqui, aqueles que ficaram [que não pertenciam à Central], tiveram que fazer aquele período dos doze meses.

E os da central, não sabe como estão?

Não, por acaso não. Daqueles que eram nossos sócios. Todos esses estão bem, porque conseguiram arranjar ali. Tinham uma formação específica bastante grande. Já tinham muitos anos de casa, portanto, que já vinham, esses entraram num processo de reformas antecipadas, e isso tudo, está resolvida a situação. O que ainda não consegui, porque havia, como eu lhe disse, eu gosto de ser sincero nas coisas, é que aqueles mais jovens não eram sindicalizados porque o sindicato não lhes dizia nada, nem nós, nem a CGTP. Porquê? Porque era lá que eles negociavam. Vinha a ordem de cima, “olha é dado coisa”, portanto, não havia aqui, não havia nada para, e as pessoas não sentiam... Mesmo outros, que já tinham sido sócios, conversavam com o SINDEL, conversavam muito bem, mas a gente ia lá, “então saíste de sócio?” “O que é que eu faço sendo sócio? Vocês nem a tabela”. Não se conseguia negociar nada. Portanto, era tudo directo, como era feito. Não tenho conhecimento do que é feito desses trabalhadores. Alguns com uns telefonemas podia saber.

Em termos de novo trabalho. Eu sei que há projectos, saiu um aviso para aproveitar aquele ponto de injeção. Como é que perspectivam se haverá novo trabalho naquela região e que tipo de trabalho será em termos de qualidade de trabalho e de condições, qual é a perspectiva que têm?

Nós estamos à espera de ter uma reunião precisamente com o ministro e com o secretário de Estado, até porque queremos continuar a ver o que é que se vai passar em termos da região. Nós costumamos depois tentar ver o que é que foi feito. Mas ainda não tivemos essa reunião, nem da parte da secretaria, porque na altura a Secretaria do Ambiente estava muito preocupada que aquilo estava a ser muito falado. Entretanto, o caso foi abafado e como vocês sabem, quando isso é assim já é mais difícil termos as reuniões, para saber qual vai ser o comportamento que eles vão ter, [o comportamento] dessas pessoas. Há pessoas que saíram da região porque eram mais novos e tinham um emprego, mas isso disseram-me que eram trabalhadores da Central, com a tal formação específica, porque eram trabalhadores, esses aí foram procurar outros empregos.

E saíram? Saíram. Mas esses eram os directos. Os outros estão agarrados à formação. Mas já houve pessoas que saíram, porque eram jovens e tinham... Não lhe sei dizer é a percentagem. **Isso é importante, porque uma das muitas coisas que eu andei a ler, já não sei qual era o artigo em que havia um autor que tinha verificado, na Alemanha, um**

processo migratório dos trabalhadores consoante as centrais se iam... encerrando. O ciclo fechava e as pessoas emigravam. **Era uma das soluções que existia. Solução entre aspás.** Atenção que há trabalhadores que sabem quando foram para lá, que a Central tinha um ciclo de 30 anos e que de donde eles eram oriundos, nunca largaram as suas casas. Também não sei se já fizeram esse estudo. Nós temos pessoas, por exemplo, que estiveram na Tapada do Outeiro, depois vieram para o Carregado, do Carregado foram para Sines e outros foram... mas nunca deixaram as casas de origem, de onde eles estavam, portanto, só foram ali de passagem e depois regressaram. Aos mais novos, aconteceu uma coisa diferente e faz parte da vida. Conheceram alguém, casaram, os filhos, escolas e já foi um processo completamente diferente. É difícil!

Outra perspectiva. Na perspectiva do sindicato, o processo de diálogo correspondeu ao desejado, ou seja, houve um diálogo efectivo ou foi um processo de auscultação dos sindicatos?

Não, há aqui uma coisa que é isto, aquilo que foi o sentimento das centrais sindicais e do SINDEL em particular e até da FIEQUIMETAL, teve a haver com aquilo que foi a ausência de diálogo com a própria central, com o com o governo da altura, com o ministro e o secretário de Estado, porque tudo estava controlado, tudo estava controlado e foi feito tudo muito assim às escondidas, como nós costumamos dizer. Onde começámos a entrar verdadeiramente no processo? Foi quando começou a ser muito falado, muito falado. E aí sim senhora, começámos a ser convidados, porque o que foi feito, contrariamente àquilo que a EDP e Sines... aí não, nós entrámos em todos, desde que houve os encerramentos, como eu disse, da Tapada, do Carregado, de Sines, de Setúbal, tudo. Nós estivemos em todos os processos a acompanhar, a ver os casos mais preocupantes, porque tínhamos pessoas, até porque tinham pessoas deficientes na família, neste processo não foi assim.

Portanto, foi tudo feito numa forma em que é a empresa, como eles dizem, portanto, é o privado, eles é que negociavam com o trabalhador e, portanto, eles é que faziam. E os sindicatos nunca tiveram uma interferência de poder, nomeadamente nalgumas preocupações, de ver se as pessoas que tinham, se a mulher que estava desempregada, ou vice-versa, o cônjuge, como é que estava, e vermos como é que poderíamos ajudar neste processo? Não. A empresa quis fazer isto numa forma que nós consideramos que muitas vezes acontece, que é conforme as necessidades, com mais dinheiro, menos dinheiro, mas sendo, falando trabalhador a trabalhador e, portanto, sindicatos de fora.

Entrámos depois numa das coisas que convém também aqui falar. É que quando tivemos as reuniões com o ministro e com o secretário de Estado, foi com o Governo, mas não [com a] empresa. A empresa também não se quis sentar. A empresa só fez reuniões com o governo, mas com os sindicatos também não as fez, nem nessas reuniões esteve lá, para nós

podermos dizer, temos este problema destes trabalhadores, entendemos isto. Não senhora! Portanto, entendemos que o processo não foi um processo justo como deveria ser e como em qualquer país civilizado, as coisas devem acontecer. Não foi assim.

Neste processo, de certa forma, há uma responsabilidade do Estado ao não fazer a renovação do contrato. Independentemente das dificuldades legais, que teriam ou não, há uma responsabilidade do Estado. Considera que deveria ser o governo a liderar este processo de encerramento, mas pelo que estou a perceber o governo absteve-se de ter esse papel.

Parte. **Pelo menos no início.** No início parte. **Há uma relação directa dos trabalhadores com a empresa...** Com a empresa. **...e só mais tarde é que o governo.** E aí o governo reúne também com a empresa várias vezes. E depois aquilo que o governo nos dizia, que éramos sempre chamados, SINDEL e CGTP, estávamos sempre UGT e CGTP na mesma reunião, nunca estávamos separados. E não era coincidente aquilo que o Governo nos dizia e o conhecimento que nós tínhamos dos colegas e aquilo que a empresa dizia ao governo. Portanto, lá está, era por isso que era importante estarmos todos para resolvermos as questões, porque não eram coincidentes o que se falava com aquilo que estava a ser na prática.

O papel de liderança do processo, o governo só o assumiu na parte final?

Na parte final, só quando as coisas começaram a sair. **Na comunicação social.** Na comunicação social, aí já com... E mais, e a própria população lá, isso tudo. Acho que isso movimentou tudo. E aí sim senhora, o governo já teve uma interferência completamente diferente. Não foi aquela que nos agradasse. Aquela que seria melhor era a gente ter estado no princípio e poder resolver situações daquelas que nós consideramos que existem para uma empresa, situações mais gritantes, que existem sempre. Nós tivemos vários casos de encerramento de outras centrais que a empresa foi sensível para tentar encontrar meios para resolver aquela [situação gritante] e aqui isso não aconteceu.

A União Europeia e o governo têm políticas para descarbonizar a economia. Qual é a sua opinião sobre elas? E acha que salvaguardam os problemas que podem ser criados aos trabalhadores, essas políticas?

Eu vou dizer aqui uma... O SINDEL, já se percebeu, como sindicato é um sindicato do sector energético e temos uma ligação muito forte com os nossos colegas internacionais, da Europa e fora da Europa, mas principalmente com a Europa e até com o Grupo Mediterrâneo, [de] que eu faço parte da direcção num conjunto, por causa da energia. Mas da parte do Mediterrâneo, espanhóis, franceses, italianos, estamos lá e é uma das coisas que nós já falámos várias vezes. Entendemos também que deve ser feita a transição justa. Deve

ser feita, o carvão... nós já estávamos a ter mais cinza que carvão e isso tudo, mas há uma coisa que nós já estávamos a pedir há muitos anos, o encerramento das centrais da forma que se estava a fazer. Nós entendíamos e continuamos com o mesmo pensamento. Devíamos ter já o plano para ver o que é que ia acontecer, para encerrando a central, quais eram os projectos que estavam a seguir. Há aqui uma coisa que Portugal é useiro e vezeiro em tudo, que é, se nós não tratarmos destes assuntos antes, depois que estes assuntos fiquem resolvidos. Já não é pá! Como eu costumo dizer, para as gerações seguintes isto demora muitos anos e, portanto, nós dissemos várias vezes. Sines tem um porto de águas profundas que é muito importante, que se deve apostar muito em Sines. Sines tinha os grupos a trabalhar, tinha-se feito um investimento de muitos milhões em relação a Sines. Não somos contra arranjar alternativas.

O que tínhamos era que [estávamos] já a ver o que é que ia acontecer, tanto em Sines como no Pego. Tudo isto ser assim: Sim, senhor, vamos acabar com o carvão. Qual é a viabilidade? O que é que nós vamos [ter] em termos de concurso? Quem é que vai concorrer? O que é que se vai fazer? Tudo isto porque nos dias de hoje eu pergunto: o que é que já está neste momento que podemos ter uma certeza? O que é que vai acontecer? aí, ainda não tenho, de certeza que vocês também não têm, isso é que nós entendemos que como outros países fazem, já começam a trabalhar com antecedência para quando isto tem que acontecer. Todos nós sabemos que uma central, seja ela a carvão, seja ela a fuel, seja ela uma central nuclear, tem um ciclo de vida, pode ser 30 anos ou alargado conforme a manutenção ou aquilo que a gente possa fazer depois, em termos de melhoria da própria central. Se nós já sabemos isso, devemos tomar todas as medidas para saber se o ciclo de vida, se nós já não vamos apostar naquilo, que é que nós vamos fazer. Porque é importante para o país. A energia é algo que nós devemos estar preocupados.

Eu tenho uma grande tristeza. Como é que foram vendidas seis centrais, que Portugal... não era de interesse para Portugal? Mas foram de interesse para os franceses, que neste momento já estão totalmente pagas e, portanto, delapidar património para mim é algo que é completamente impensável. Agora, o ajustar das coisas temos que o fazer. O mundo é assim, aquilo [por] que nós sempre nos batemos é se vamos acabar. Mas já se fala há tantos anos. Aos anos que já se falava do Pego, aos anos que já se falava de Sines. O que é que está resolvido? Nada! É por isso que nós entendemos que não foi feito o que devia ser correcto, aquilo que os outros já trabalham e que a gente já sabe que é [o] que vai acontecer. Tanto é, o carvão... vocês sabem, perante esta crise, infelizmente, afinal as centrais vão ter um ciclo de vida maior, vamos ter que fazer manutenção e isto vai ser a salvação, até se calhar de muitos... da energia, da forma que ela está não podemos prolongar.

Mas as nossas já não? As nossas já nem têm hipótese. Não, as nossas, mesmo que quisessem reactivar... **Eu sei que a Alemanha negociou um encerramento mais prolongado no tempo, acho que a maior é só lá para 2030...** Sim, Espanha também já está a prolongar. **A Polónia disse que vai continuar a queimar...** Vai continuar, vai continuar, tem muito carvão, vai continuar a queimar, neste momento já temos vários países que aquilo que viram, perante este problema, vai ser prolongar. Eu não sou contra, mas nós vamos ter que acabar com o carvão, para o bem de todos. Mas agora temos que ver o que é que vamos fazer e qual é o timing certo, até para não pôr em causa aquilo que está a acontecer, nomeadamente aos portugueses, às empresas, que a energia atingiu valores e vai atingir e vai criar muitos problemas no nosso país não devemos estar tão dependentes daquilo como devíamos estar. Queremos ser sempre aqueles meninos bonitos de levar tudo à letra, depois temos os problemas que temos.

E acha que essas políticas da União Europeia têm salvaguardado os problemas que são criados aos trabalhadores?

Não, não, nunca, nunca! Há uma desregulação, mas isso não é só cá. O grande debate que nós temos tido, precisamente, os sindicatos da Europa, e mesmo fora, é precisamente o que está a acontecer, é que não salvaguarda os trabalhadores no sector energético. Nós temos que ver que o sector energético, há muita gente que diz aí, “Ah, o sector energético é o que mais bem paga em todo o mundo”. É falso! Já aconteceu, sim senhora, os vencimentos acima da média daquilo, mas temos que ver o que é que nós estamos a trabalhar, porque [n]a parte energética nós só podemos ter trabalhadores altamente qualificados.

Vocês têm conhecimento disso e, portanto, é normal que as pessoas têm que ter a sua remuneração perante os trabalhos que executam e, portanto, nós temos que ver e hoje nós estamos a sentir. Não é só em Portugal, em Portugal, em França, em Espanha ainda vamos ver a Itália. O que é que está a acontecer em Itália, o que é que nós temos falado e aquilo que nós estamos a fazer é tentar nivelar por baixo em todas as áreas. E hoje está-se a pagar muito caro por causa disso. Nós estamos com dificuldades em recrutar trabalhadores para o centro energético que chegam cá, vêm da forma que isto é e passado pouco tempo os jovens querem sair, querem ir para outro mercado, não querem ficar aqui e, portanto, têm que repensar precisamente estas medidas que estão a fazer aqui. E Bruxelas tem que pensar isso, porque não é um problema de Portugal, é um problema, neste momento, do sector energético que nós temos. Portanto, isso não pode continuar assim.

E agora um outro tema, mais em torno da questão do ambiente, das questões ambientais e das questões sociais. Em 1996, um sindicalista canadiano disse que ou se resolviam as questões ambientais e sociais em conjunto ou não havia solução, ou

seja, só em conjunto é que conseguimos encontrar uma solução. O que é que acha sobre isto?

Eu acho que ele tem toda a razão. Vamos cá ver uma coisa, nós temos que pensar quer as questões ambientais, mas também temos que pensar nas questões sociais que são muito importantes, no meu entender, na sociedade, toda ela, esta questão social é para mim das mais importante e portanto, se nós não fizermos em paralelo, dificilmente vamos ter os resultados que se calhar Bruxelas ou alguém gostaria de obter. Não vai conseguir. Só aliando as duas, estas duas fracções é que se vai conseguir [ter] êxito sobre isto. Agora o problema é que a questão social está a ser deixada para trás. Mas não é cá, é em todo o lado e, portanto, cada vez mais se está a notar que esta questão social está a passar para segundo plano, porque hoje pensa-se muito é no lucro do accionista. Hoje nós temos um problema no mundo que isto não é Portugal, não é, não tem nada a ver com isso. Nós antigamente conhecíamos os patrões das empresas, conhecíamos quem eram. Hoje ninguém conhece, porquê? Hoje as empresas são cotadas em bolsa e elas pertencem a fundos, fundos daqui, nós não sabemos, são de vários, são americanos, são chineses, são... E, portanto, o que é que nós temos aqui? É a preocupação sempre, e tem-se visto até quando é [a] reunião de accionistas, a grande discussão que existe. O que eles querem ter é a parte do retorno e de uma forma que tem que estar garantido, já não é só para este ano, é para este ano, para outro ano.

Tem que estar sempre. E, portanto, esta parte do social está a ser deixada para trás. E isso está-se a ver [n]o que é que está a acontecer. E viu-se o que é que está a acontecer muito recentemente em Itália, que é preocupante, não só para Itália, mas para o mundo. Temos de começar a tirar daqui... gostava que os governantes comesçassem a tirar algumas ilações daquilo que está a acontecer pelo mundo fora. Vamos pagar todos por isso. E muito caro. Concorda comigo de certeza absoluta.

Concordo, concordo, mas podemos conversar sobre isso quando acabarmos a entrevista. E como é que o sindicato vê o impacto da descarbonização da economia nos trabalhadores? Porque isso é uma mudança muito grande em termos de energia.

Como é que vos posso explicar isto? Hoje a energia é comprada, nós temos um centro onde ela é comprada ao minuto. Portanto, as regras mudaram completamente. Eu há uns anitos e já tenho 42 anos de EDP, antigamente nós dizíamos que a energia da central nuclear era suja. Hoje já não é, é a energia mais limpa que nós temos. E, portanto, Portugal é, é aquilo que... é conforme os interesses. Isto, atenção, e o que é que acontece? Hoje Portugal também tem uma coisa que... muitas vezes tem as suas centrais paradas, porque fica mais barato estar a comprar energia como se fosse a um leilão, aquilo é um leilão de energia que é feito todos os dias. Por acaso as coisas agora não estão a correr muito bem por causa do

que está a acontecer no mundo, mas o trabalhador não ganhou nada com isto, muito pelo contrário, só perdeu. Eu posso dizer por mim. Quando entrei para esta casa, em 1981, quando fui trabalhar para a empresa, o que era a empresa, [o] sector energético e o que é que também [se] tem vindo a perder de lá para cá, e que é impressionante. Há uma coisa que é normal, as pessoas são capazes de dizer “está bem, mas vocês, quando assinam o documento, estão a dizer para ir para o Ministério do Trabalho, o novo acordo, que aquele é substituído porque é mais vantajoso que o anterior”. Se nós não pusermos aquela cláusula aquilo não passa e não há acordo. Agora, eu gostava que qualquer pessoa fizesse o exercício: De há não sei quantos anos para cá nunca é para melhor, é sempre a perderem cada vez mais, em dinheiro, em regalias, todas as condições, mas as exigências do mercado de trabalho são muito maiores. Hoje um jovem, eu digo isto com alguma admiração. Hoje um jovem no mercado de trabalho da energia tem competências que há uns anos eram completamente impensáveis. Já tinha que ser para [o posto de trabalho] um trabalhador com muitos anos de casa. Ele tem uma responsabilidade muitíssimo grande. Portanto, as coisas não estão a acompanhar aquilo que devia ser o justo que nós devíamos ter. Não é, nem de perto, nem de longe.

E como sindicalista, tem a visão do seu sindicato? É coincidente ou tem algumas diferenças?

Não, é coincidente com aquilo que os trabalhadores têm. Como eu disse, nós somos o maior sindicato do sector energético nacional. EDP, RENs, agora na EDA nos Açores. Só ainda não estamos na Madeira, porque nós não impomos. As pessoas quando querem abraçar um projecto tudo bem. Em 2017, um conjunto de trabalhadores da EDA quiseram também abraçar o projecto do SINDEL e hoje já somos o maior sindicato também na EDA. Mas, há aqui uma coisa, nós infelizmente, gostaríamos de poder criar melhores condições de vida para as pessoas, é sempre, as pessoas, nem imaginam a alegria que é [a de] qualquer dirigente quando está a criar melhores condições para quem trabalha. Mas hoje é muito difícil a negociação. E depois tem aqui uma coisa que é isto, hoje não é fácil. Eu vou dizer aqui uma coisa, mas é aquilo que eu sei, que sinto, e que já várias pessoas a falar comigo, e é verdade. Hoje as pessoas estão completamente endividadas, é a casa porque não conseguiam alugar a casa, portanto compraram, é os filhos, é o carro, tudo, a mobilidade que têm que ter, estão completamente endividadas.

Hoje comprou-se a dignidade das pessoas. Há muitas pessoas que gostariam de dar um grito mais alto, mas não conseguem, porque têm medo. Aquilo que antigamente era, hoje as pessoas têm medo. E hoje um sindicato sabe que se fizer uma greve, por algo que seja justo, tem que pensar naquilo que vai fazer. Há duas coisas que eu costumo dizer, quando num dia que um sindicato forte faça uma greve, tem que ter êxito. No dia que não tiver êxito, a partir daqui perde, porque as empresas percebem logo, “afinal, não têm força”. Isso vai

enfraquecer quem? Não é só o sindicato, vai enfraquecer aqueles que ele representa que é o trabalhador. Eu quando faço encontros com os trabalhadores, e se fala... E quando vemos que era necessário fazermos algo porque é completamente impensável o que está a acontecer, [o] que é que vamos fazer? Nota-se da parte dos trabalhadores que têm receio de poder avançar, mas como é que o sindicato pode fazer...? Plano A, plano B, plano... chegam os planos todos, porque ele próprio... eu sinto isso, reconheço, [e] não o culpo, não culpo por isso, porque ele sabe que se perder aquele emprego, depois para onde é que ele vai? E está completamente endividado. Isso foi algo que foi feito ao longo dos anos, precisamente para enfraquecer o mundo sindical, enfraquecer a classe, aqueles que trabalham, enfraqueceu-os. E, portanto, eu costumo dizer que quando vejo alguns colegas de outros sindicatos, que respeito, de outras centrais, que estão sempre a fazer greve e que mostram, até fazem greves que mostram uma fraqueza, enfraquecem o mundo sindical. É por isso que tem se visto que há muitos trabalhadores que se têm dessindicalizado, muitos mesmo que se têm dessindicalizado, porque depois não acreditam. Dizem, “afinal não fizeram nada e eu deixei de receber. E qual foi o retorno que eu tive? Não foi nenhum!” [Por] Isso, nós temos de ter muito cuidado. Não devemos jogar com aqueles, que é com quem trabalha, que é a parte mais fraca. Portanto, temos que fazer tudo por tudo. Agora. Já fizemos greves com êxito, ainda há muito pouco tempo, mas hoje nós temos que ver outras formas, que eu não as posso dizer aqui, que são. Não posso mesmo porque são valências que nós temos, que é uma forma de forçar e de ver como é que podemos fazer que a outra parte se sente à mesa e que diga “tenho que me sentar porque senão pode acontecer isto.” E nós temos que ver que hoje as empresas do sector energético são cotadas em bolsa e qualquer desassossego, faz com que a cotação baixe, são aquelas armas que nós temos. Têm que me respeitar, mas eu essa parte...

Não é necessário. E para acabar, acha que ficou alguma coisa por perguntar? Tem vontade de acrescentar alguma coisa?

Eu gostaria que cada vez mais as pessoas, aquilo que está a acontecer no Pego, que aconteceu em Sines, que aconteceu em tantas fábricas, que aconteceu, nas LEARs²⁴, que aconteceu aqui na OPEL de Azambuja. Os trabalhadores têm que perceber que devem estar sindicalizados. Há aqui uma coisa que é: nós temos que pensar que, eu não estou a dizer para sindicalizar neste ou naquele sindicato. É [da] cabeça de cada um. Eu costumo dizer que as pessoas são adultas, vêem qual é o sindicato que esteja a fazer o melhor trabalho, porque eu digo no dia que o sindicato, o SINDEL estiver a trabalhar mal, o sócio tem todo o direito, uma, primeiro de fazer uma chamada de atenção e depois de sair de sócio, “não estão a salvaguardar os meus direitos, tenho que sair”, mas há uma coisa que, já que me dão esta oportunidade, nós temos que perceber que se o trabalhador estiver

²⁴ LEAR Corporation, grupo internacional fabricante de componentes para automóvel com fábricas em Mangualde e Valença.

sindicalizado e se tiver uma grande força sindical, faz com que a entidade empregadora olhe para os números e diga cuidado, porque temos uma forte representação sindical, e isso faz com que qualquer empresa seja obrigada a aceitar negociações. Temos exemplos no sector energético, temos exemplos da Tabaqueira que tem uma sindicalização muito forte, da REN, das Águas de Portugal. Agora, é impressionante o número de trabalhadores de vários sectores em que viram esta necessidade e viram a força que deram. Têm é que fazer uma coisa, obrigar aqueles sindicatos para quem pagam cota a trabalharem, a fazerem alguma coisa, porque é assim que nós poderemos melhorar. Não podemos continuar a pensar que o trabalhador é sempre [o] mais sacrificado.

Nós estamos à espera, e sabemos, já está a acontecer, [de] grandes dificuldades para quem trabalha e numa altura de crise, esta crise deve ser distribuída por todos, não é só [por] quem trabalha. Numa altura que todos nós estamos a passar uma crise tão forte, eu estive na semana passada num plenário com trabalhadores, quase tudo, não era quase tudo, era tudo quadros superiores. Ter uma senhora que as palavras, quase que nem sei porque estava a chorar, por causa do vencimento, o desrespeito por um quadro superior. Eu não posso aceitar isso e portanto aquilo que nós temos que pedir às pessoas que dêem força, mas exijam também, porque nós vamos passar momentos muito difíceis. Há pessoas que seguramente vão perder os seus bens e têm que estar a fazer força, a dar força aos sindicatos para também a outra parte fazer, nesta altura de crise, opções, e parar de... em vez de fazerem o retorno daquilo que investiram em x anos, multiplicarmos isto, mas numa altura de crise, a crise tem que ser para todos, não é só para quem trabalha. Não podemos, não podemos continuar cada vez mais a crescer com o número de pessoas a ganhar o salário mínimo nacional e outros trabalhadores que estavam distanciados estão a ficar igualados ao salário mínimo. Isso traz desconforto, Não é sindical, traz desconforto sindical e empresarial. Qual é a motivação de uma pessoa com 20 anos de casa para dizer assim, “olhe, eu estou a receber a mesma coisa do meu colega e vou-lhe estar a ensinar”. Nós temos que cada vez mais fazer este percurso. Forçar este percurso, porque é assim que a gente consegue sair desta questão social. Só assim é que a gente consegue fazer um bom trabalho para todos, para todos. Não podemos ver as empresas como inimigas, mas como parceiras. Eu não vejo uma empresa como um inimigo, é um parceiro, mas esse parceiro também tem que nos ajudar numa altura em que todas as pessoas também estão em dificuldades.

ENTREVISTA A CLÁUDIO SANTIAGO, PRESIDENTE DA DIRECÇÃO DO SIEAP — 29 DE AGOSTO DE 2022

Falemos de Sines porque isso é sempre bom para mim, porque embora não o possa usar em termos de tese como ponto de comparação, vai ser muito bom porque vou sempre poder ir buscar alguma comparação.

Falar sobre Sines, sobre o encerramento de Sines. Nós, desde 2016, pedimos várias reuniões com o secretário de Estado da Energia na altura, Jorge Seguro Sanches, se não me engano, tivemos duas reuniões com ele porque nós percebemos, no terreno, que não havia investimento na manutenção da própria central termoelétrica de Sines. Nós percebemos claramente que havia, que iriam existir dez, tínhamos essa expectativa, dez ou um bocadinho mais, dez, quinze anos no máximo, que seria o tempo útil de vida, sem manutenção. Mas aquilo que sempre nos disseram: 2030 é que seria o que estava planeado. Depois entrou o João Galamba, também tivemos quatro reuniões com ele e em várias reuniões sempre colocámos as questões. Quais eram? Nós nunca quisemos estar contra a transição, ou seja, se é bom para o cidadão também há-de ser bom para o trabalhador, agora nós queremos garantir é que o trabalhador tivesse todas as condições necessárias para que não fosse a vítima sobre algo que é comum e benéfico para toda a sociedade. É um conceito de transição justa que vem sendo implementado aí pela Comissão Europeia, — ninguém fica para trás — que no fundo, será esse o lema, quase, e nós, sempre tivemos essa preocupação. Nós não estamos aqui a discutir questões sobre a rede. Nós não vamos discutir, aqui, questões que tenham a ver com a importância da central termoelétrica de Sines para o panorama elétrico da energia em Portugal. Se existe essa vontade de encerrar, se é benéfico para a sociedade toda, temos é de arranjar mecanismos e maneiras de salvaguardar estes trabalhadores. E andámos quatro anos a falar nisto.

Em 2020 fizemos um fórum em Sines, para além das inúmeras reuniões que nós tivemos com as câmaras municipais, quer de Santiago do Cacém, quer do município de Sines, socialista, e com o Secretário de Estado da Energia. Fizemos um fórum em Sines para discutir esta problemática estiveram lá presentes quer o Secretário de Estado da Energia... Foi assinado até lá um protocolo para o estudo, para o lançamento de um estudo, que foi depois realizado pelo ISCTE sobre a transição energética pelo Doutor Luís Capucha.

Nós tivemos várias reuniões com eles [equipa do estudo] porque eles não conseguiram ter dados da EDP, a EDP não forneceu dados nenhuns, nós é que fornecemos os dados todos. Eles depois estiveram... no Pego foi completamente ao contrário, as empresas disponibilizaram todos os dados dos trabalhadores, as suas escolaridades, o que é que fazem, uma série de dados importantes para o estudo, o que no caso de Sines não aconteceu. Mas foi lançada essa pedra ali, em Março, em Junho de 2020 a EDP decide que vai encerrar a sua, no final do ano, até ao final do ano iria encerrar aquela unidade. Não houve uma transição sequer! Basicamente não houve. A questão é um processo social e não foi um processo social, foi um processo económico. Ela estava prevista encerrar em

2023. Aquilo que foi dito por António Costa em Outubro, se não me engano, de 2019, ou coisa que o valha, na tomada de posse e, portanto, estava para 2023, havia tempo mais que suficiente para trabalhar, seja na reconversão profissional daqueles trabalhadores, seja incluir, por exemplo, como nós sempre propusemos, incluir em todos os leilões de energia renovável, a obrigatoriedade de conter no caderno de encargos, a contratação de trabalhadores que viessem destas energias. Há uma série de novos leilões que estão a ser feitos onde podiam ser incorporados estes trabalhadores.

Nunca foram atendidas essas questões. Temos também as questões de que forma possam ser prolongados ou não ser contabilizado como subsídio de desemprego [o período de formação], quando a pessoa fosse para o desemprego. Se assim fosse, se estivessem num plano de reconversão em que só fosse contado [o tempo para] o subsídio de desemprego, quando acabasse essa reconversão, se o trabalhador não conseguisse, entretanto, arranjar nada. O que acontece, por exemplo no Pego, o trabalhador está no programa de formação, continua a receber o seu vencimento por completo. Só após esse *terminus* é que pode iniciar o processo, digamos, um processo normal de subsídio de desemprego. Isso é uma das características diferentes, ou seja, houve aqui muito... aprenderam muito com o que não aconteceu em Sines, e também baseado no estudo que foi feito pelo ISCTE sobre essa matéria, e implementaram algumas mudanças positivas para o Pego. Portanto, Sines foi, como eu disse, um processo económico pura e simplesmente, não tem nada a ver com transição, não tem nada a ver, não é um processo social, muito pelo contrário, aquela central pelo dióxido de carbono que emitia, que era taxado a um preço elevado, deixou de ser rentável para a EDP, a EDP pura e simplesmente, decidiu fechar.

Uma das nossas propostas muito importantes foi sabendo de antemão, e a própria EDP fez menção a isso, o próprio secretário de Estado fez menção a isso, que existiam uma série de projectos. O hidrogénio, já se falava no hidrogénio muito avançado, até já havia grandes ideias sobre o hidrogénio. Nós dissemos *ok!* façamos um contrato programa, estes trabalhadores têm formação específica para quando arrancarem estes projectos, estarem aptos, a serem contratados, a serem reintegrados nas empresas, neste caso na EDP, não faz sentido a EDP estar a despedir trabalhadores ou dispensar trabalhadores sejam eles prestadores de serviços ou não. Prestadores de serviços era uma forma de eles não passarem aqueles trabalhadores para um contrato. Mas manterem aqueles trabalhadores, darem formação específica para tal e quando o hidrogénio arrancasse, quando o Sines 4.0, aquele megacentro de dados arrancasse, estivessem aqueles trabalhadores com capacidade de poder trabalhar ali, era uma maneira de fazer uma transição justa não deixar aquelas pessoas para trás.

É uma zona que, apesar de, ...se nós olharmos é uma empresa, têm três ou quatro grandes empresas em Sines, têm é uma diferença relativamente ao Pego; o Pego tem menos

capacidade de absorção de mão-de-obra. De facto, existe uma dificuldade de diversificação de toda actividade económica, é um pouco diferente. Sines tem essa benesse porque tem o Porto de Sines, tem a Repsol, tem a Petrogal, tem uma série de empresas novas que poderão existir ali, portanto tem essa capacidade de absorver mais a mão-de-obra. Mas a realidade é que muitos trabalhadores que nós temos..., acompanhamos ainda, apesar de terem deixado de ser associados, porque foram despedidos, é o processo natural das coisas, continuamos a acompanhá-los e a conversar com eles, muitos trabalhadores foram integrados em alguns planos de formação que vão cessar depois de cessar o subsídio de emprego deles, ou seja, o trabalhador vai ter que optar numa certa altura em, ou acabar aquele curso que está em formação profissional mas não vai ter rendimentos porque o seu subsídio de desemprego já acabou... algo por exemplo, que no Pego nunca vai acontecer.

Pelo menos era essa a ideia e, portanto, estão aqui algumas diferenças importantes que eu acho que resultam muito do estudo que foi feito e que se percebeu o que de mal aconteceu, o que menos bom correu em Sines. Nós tivemos essa preocupação muito grande de perceber que a transição energética, não. Transição climática, energética, de vários meandros vai acontecer, não só aconteceu agora nesta parte da central, vai ter que acontecer noutras áreas da economia portuguesa, era muito importante, o primeiro caso, o caso de Sines, ser um caso perfeito para servir de exemplo, para que não haja uma oposição dos trabalhadores. Qualquer trabalhador olha para Sines, quem esteve em Sines a conversar com aqueles trabalhadores, vão-lhe dizer: "Eh pá! Vocês lutem (incompreensível), pá! Não aceitem de maneira alguma!" Cria-se aqui uma entropia. Esta transição, nós tivemos sempre esse cuidado de dizer, *ok!* mas temos que acautelar que os trabalhadores não fiquem para trás. Mas ficaram, no fim do dia ficaram.

No Pego não acompanhámos o processo de muito próximo. Estivemos nesse estudo em conjunto com o ISCTE e depois até estivemos na apresentação desse estudo, que foi encomendado pelo IEFP e pelo Fundo de Transição. Foram essas duas entidades que celebraram o contrato no nosso fórum, curiosamente. Tem algumas nuances um bocadinho melhores. Têm mais dificuldades, a questão da diversidade de actividades económicas poderá ser uma entropia. Mas, por outro lado, ao privilegiarem e desenharem um modelo um bocadinho mais... para aqueles trabalhadores sejam eles, e foram buscar e correctamente, os trabalhadores de todos os prestadores de serviços, até dos cafés, restaurantes que estavam ali. Para terem essa abrangência, foi importante a nossa experiência negativa em Sines, ajudou, pelo menos, o desenho a ser um pouco melhor.

O ministro do ambiente numa entrevista ao Público em novembro de 2011, diz que o Pego seria um exemplo de uma transição energética bem feita. E nós sabemos que quer o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, quer o Plano de Acção, Energia e Clima de 2030, referem nos seus objectivos a transição justa, na perspectiva dos

trabalhadores, o que consideram que seja uma transição justa? E em que medida se afasta e se aproxima essa transição na sua opinião?

Na nossa perspectiva, é o trabalhador conseguir ter uma reconversão profissional. Depende. Isto eu acho que é importante nós dizermos. Nós temos de ter em atenção que não podemos tratar de uma forma macro o que é micro. Ou seja, nós não podemos *standardizar* tudo isto, há trabalhadores que nós sabemos que têm uma idade com 63 e 64 anos, muito próximos da idade da reforma, por vezes até moram em zonas onde não há uma rede de transportes públicos, não têm transportes pessoais, nós sabemos que dificilmente esses trabalhadores vão ser reconvertidos. Nós temos de ter essa percepção. Com escolaridades baixas, com uma idade muito avançada, propunha-se, nessa medida, que pudessem haver medidas fiscais de facilitar estes trabalhadores poderem avançar para a reforma sem penalizações. Estamos aqui a falar... não seriam um número muito elevado, seria algo bastante possível. Por um lado, os trabalhadores que fossem de uma certa idade, em zonas rurais onde não haja uma rede de transportes, onde não consigam aceder. Nós olhamos para o exemplo de Sines, que são pequenas aldeias que existem onde não há rede de transportes, aqueles trabalhadores foram abandonados. Nem em formação estão, porquê? Porque não há uma rede de transportes. Imagino que no Pego também possa acontecer isto e, portanto, isto é algo que é um bocadinho transversal e que nós olhamos para cada caso e percebemos qual é, poderá ser a melhor medida. De um lado esta questão do ponto de vista fiscal, se assim se pode dizer, a questão destes trabalhadores poderem aceder, mediante algumas condições, de poderem aceder à antecipação da reforma sem penalização. Por outro lado, estes trabalhadores que estão em idade activa, ainda longe da reforma, poderem ser reconvertidos em áreas onde sabem que vão ter alguma empregabilidade. Também para nós era importante. E mais que tudo, áreas onde, digamos, haja um acompanhamento da economia, onde não haja uma perda efectiva de rendimento. Mas estamos a falar de trabalhadores especializados, e há um *know-how* que estes trabalhadores têm, que é o conhecimento tácito, o conhecimento qualificado, muitas vezes esse conhecimento tácito desaparece, que é aquilo que está connosco, que nós sabemos fazer e que somos muito bons, há aqui uma perda enorme de capital humano, de conhecimento, que vai desaparecer e poderia ser aproveitada noutras áreas. E, portanto, para nós era importante dar soluções. Todos sabemos não deixar ninguém para trás, mas quando nós dizemos mesmo ninguém, é ninguém mesmo! Porque, muitas vezes uma pessoa é uma tragédia se forem muitas já não é tanta tragédia assim, parece que se parte um bocadinho deste pressuposto. Há milhões de fundos que foram alocados no Fundo da Transição, nós dizemos: este dinheiro tem que chegar às pessoas, não pode servir, como nós percebemos em Sines e noutros locais, para as empresas que quando vêem esses fundos, pensam como é que nós vamos conseguir atingir esses fundos? E esse fundo serve para fazer a transição justa, para não deixar ninguém para trás? E os trabalhadores? É importante conseguirmos transformar aquele

dinheiro, fazê-lo chegar às pessoas, dando-lhes soluções para que eles não percam, digamos, o seu capital, o [seu] rendimento, para nós era muito importante e para os trabalhadores também.

Em Sines, pelo que diz, não se chegou a compromisso nenhum. O que é que poderia ter sido esse compromisso?

Em Sines não se chegou..., também não gosto de pintar o quadro totalmente negro. Gostamos de apontar as coisas que foram bem feitas, as que foram menos bem feitas. De facto, em Sines houve... lá está, quando um processo, que deveria ser um processo social, de mudança social é potenciado por uma mudança dum, apenas, dum processo económico. Claramente, os interesses económicos sobrepõem-se às pessoas e por vezes nem sempre andam em comum, em sintonia.

Neste caso, é claramente esse [o] caso, porque se de facto tivesse sido bem pensada, sejam as questões de reconversão, os trabalhadores deviam ter sabido... [d]o encerramento com mais antecedência ou poderia ter sido mais prolongado. Os trabalhadores durante uma semana, por exemplo, nós propunhamos que um dia por semana estes trabalhadores fossem reconvertidos, tivessem formação, ou durante várias horas por semana. Se a central irá fechar a certa altura, porque é que o trabalhador não vai começar já a ter formação? Vamos desenhar uma formação específica. Sem tirar mérito às formações que são desenhadas pelo programa do IEFP a nível nacional para o desempregado normal, se assim se pode dizer. Não é aquelas formações, não estou a tirar mérito, digamos, do inglês que é *standard* para toda a gente. Há uma série de potencialidades de empresas que iam abrir em Sines que precisavam de uma mão de obra específica e, portanto, havia aqui material, lugar e espaço para que estes trabalhadores fossem de facto reconvertidos. Temos aqui duas situações, [o] que é duplamente cruel. A EDP durante mais de 15 anos recorreu sempre a prestadores de serviços, nunca quis contratar para o seu quadro, os trabalhadores eram prestadores de serviços e no fim do dia foram para o desemprego. Os prestadores de serviços encerraram todos e, portanto, foi tudo para o desemprego. Se por um lado a empresa aproveitou-se destes trabalhadores não os passando para o quadro dela, conseguiu estar em Sines e foi uma zona onde eles ganharam imenso dinheiro, muitos milhões de euros. E depois, de repente, o que é que fizeram? encerra! Que é que ajudaram os prestadores de serviços? Alguma coisa, muito pouca, tendo uma majoraçãozita relativamente à indemnização. No final do contrato nos despedimentos colectivos houve uma pequenina... migalhas e as pessoas percebem que são migalhas. Porque se perguntasse a qualquer trabalhador da ZILMO, da ATMCTS, da Resposta Assertiva,²⁵ todos eles se identificavam como EDP. "Onde é que trabalha? Na EDP, Central de Sines!" E todos se orgulhavam disso. Só não tinham era o símbolo, de resto eles eram trabalhadores da

²⁵ Empresas prestadoras de serviços na Central de Sines.

EDP. E mesmo aos trabalhadores da EDP, da casa, eles próprios [a empresa] também não se portaram muito bem, empurrando a maior parte deles para a pré-reforma. Pré-reforma que significa... é quase como se fosse um encerramento normal. Eles aplicaram... O encerramento da central de Sines foi tal e qual, como qualquer outro encerramento de outra central que eles tenham, não houve aqui preocupação alguma.

O trabalhador tem certas características, uma certa idade dá para entrar na pré-reforma, vai para a pré-reforma com corte no seu salário. Aqueles trabalhadores vão ficar anos e anos em pré-reforma, certo, a receber o seu ordenado, mas com cortes. Algo que eles nada fizeram, [não] contribuíram para isso, muito pelo contrário, eles queriam continuar a trabalhar. Em Sines não foi, de facto, não correu bem. Não correu bem porque é como eu digo, quando é um processo económico o mundo a fazer a mudança não vai correr bem.

Fugindo um bocadinho ao roteiro, os trabalhadores percebem que a relação é com a empresa, que é a empresa que os está a despedir, mas alguma vez perceberam que havia por cima da empresa, o governo e as normas europeias a empurrar para o encerramento? De certa forma, a sua zanga entre aspas se dividia pelos dois campos ou ficava muito focada num deles?

Havia duas grandes correntes, se assim se pode dizer. Uns trabalhadores mais informados, que ficaram mais no quadro de EDP e que se opunham mais ao próprio encerramento, vinham muito na orla de questões técnicas, de assegurar a estabilidade da rede eléctrica a sul do Tejo. Continuam a dizer que era necessária, era fundamental continuar a existir, eles não estavam muito nessa óptica e era por aí que iriam continuar. E depois haviam outros trabalhadores que perceberam que era algo do governo, e a própria comunicação do primeiro ministro da altura, e actual António Costa potenciou isso, “vamos encerrar”, os estudos ambientais. Todos os anos, ou de vez em quando, quando saíam aqueles estudos sobre... Sines era falado porque era sempre o número um em dióxido de carbono sobre as... aquilo que produzia dióxido de carbono, portanto as pessoas tinham noção que de facto era uma produção, uma área produtiva bastante poluente. Era a número um em Portugal. As pessoas sabiam que, mais dia menos dia, poderia acontecer uma necessidade de... e havia estas duas percepções. Havia uns que se agarravam muito a esta tese da necessidade de estabilidade da rede, e que de facto, tinha-se investido muito dinheiro em melhorar a central. E, portanto, era um desperdício, e devia continuar, era importante continuar, mas não fazia sentido nós estarmos a encerrar em Portugal quando na Polónia existiam não sei quantas centrais a carvão, e na Alemanha, e eles “mas o ambiente... o ar é de todos, aquilo que eles fazem lá... As outras centrais também poluem.”

E é um bocado essa a questão. Depois houve um outro segmento de trabalhadores que percebia que isto poderia acontecer por questões de governo, digamos, de imposição.

Agora, no final, todos perceberam sim, que a EDP aproveitou o momento para forçar o encerramento mais rápido. Isso aí toda a gente percebeu claramente, porque toda a gente tinha a percepção que quando uma central trabalha apenas um mês, no final do ano, quase um mês, sabem claramente que não há manutenção, não se contrata ninguém, sai trabalhador, não entra ninguém, nem prestador de serviços. Toda a gente percebe qual é... toda a gente vai percebendo qual é o destino.

E o que está a acontecer aos trabalhadores de Sines? As minhas hipóteses são: encontraram trabalho, procuram trabalho, estão em reconversão/formação, emigraram?

Houve vários. Eu por acaso estive há pouco tempo numa apresentação, fui convidado pela ZERO, em Sines, para fazer uma apresentação sobre os trabalhadores, também estive lá a EDP a falar um bocadinho sobre a transição, sobre Sines H₂O, hidrogénio e eu levei alguns alguns números que ainda temos, o IEFP ainda está a acompanhar cerca de 128 trabalhadores, 50% dessas pessoas foram/estão a ser colocadas noutros empregos, 30% foram encaminhadas para processos RVCC. São os dados que nós temos actualmente. Depois existe um conjunto de trabalhadores, como eu estava a dizer, que somente contam receber o fundo de desemprego e sem perspectivas quanto ao futuro, são aqueles trabalhadores com idades mais avançadas, escolaridade mais baixa, que são de pequenas povoações... são povoações com duas ou três casinhas, que são lugares onde não há uma rede pública de transportes. Os trabalhadores estão ao abandono, estão ali enquanto receberem o subsídio de desemprego, têm a sua hortita, lá vão conseguindo viver dessa forma. Mas que não têm... são daquelas funções indiferenciadas, que tem muito a ver com a área da limpeza e pouca qualificação. Basicamente, é o que é o que acontece. Se nós olharmos para o fim do dia, os trabalhadores da Central Termoeléctrica de Sines vão ter aquilo que qualquer trabalhador desempregado em Portugal tem, o subsídio de desemprego.

Alguns foram. Se nós olharmos de uma forma muito fria é isto, não há diferença, não há diferença nenhuma, não encaram, não arranjam medidas para ser diferente. Portanto, o trabalhador nunca pode dizer que a transição justa ou transição energética e climática é boa. Nenhum trabalhador destes, dos 200 e tal trabalhadores que estavam ali, nenhum deles tem essa percepção.

Daqueles que encontraram trabalho, qual é a qualidade do trabalho? Em termos de outras regalias, de outros subsídios, complementos de reforma, eu nem sei se a EDP tinha isso, em Sines, sei que algumas empresas mais antigas tinham. Tudo isso desapareceu para aqueles que já encontraram trabalho? Ou se em termos de qualidade de trabalho, têm um trabalho de pior qualidade.

Alguns trabalhadores de forma sazonal, houve pessoas que emigraram, saíram dali. Quer emigração interna, Portugal, quer mesmo emigração para o exterior, para outros países europeus. Os números são os dos que foram, não sei ao certo o número de pessoas que foram. Mas houve essa emigração e migração interna. A nossa expectativa é que os trabalhadores tenham tido... aqueles que conseguiram arranjar empregos que foram ganhar menos do que aquilo que tinham, que estavam aquando da central em funcionamento, a central termoelétrica de Sines, foram para condições piores do ponto de vista financeiro. Os trabalhadores que têm a pré-reforma, os trabalhadores, somente a EDP é que tinha. Estamos a falar de empresas muito pequenas, a ZILMO é uma empresa relativamente pequena de Vila Franca de Xira, com muito poucos trabalhadores, tinha cerca de 100 trabalhadores ali, que era o grande grosso da coluna, mais meia-dúzia de trabalhadores na central, também da EDP, TerGen²⁶ no Carregado, mas muito poucos, para aí uns 20 talvez. E depois havia empresas que eram só exclusivamente dali, que foram criadas, constituídas, só para ali e essas nem sequer tinham capacidade financeira, quase, para cumprir com as obrigações legais que decorrem do código.

E essas fecharam?

Essas fecharam mesmo. A Resposta Assertiva, por exemplo, encerrou mesmo. A ATM³ ainda colocou alguns trabalhadores noutras empresas onde eles têm, na manutenção, na Petrogal e na Repsol, mas muito poucos. Estamos a falar de números muito reduzidos de trabalhadores. Portanto, a maior parte delas ficaram, de facto, em piores condições do que estavam.

Considera que houve um processo de diálogo? Ou houve uma auscultação? Ou seja, nesse processo o que é que aconteceu? Era um diálogo? Era ouvir? Era cumprir um calendário?

Eu diria o seguinte: Diálogo houve, sendo que no final do processo, pensámos que foi mais um monólogo. Nós tivemos a falar, alguém a ouvir-nos, mas muito pouco foi acolhido. Se repararmos e nós fazemos isso muitas vezes, uma retrospectiva, como é que correu o processo? Como é que podíamos ter melhorado? Onde é que estivemos bem onde é que não estivemos? Como é que podemos fazer aqui uma melhoria? Porque isto é sempre um processo, foi o primeiro grande encerramento que nós tivemos.

Esta primeira transição, enquanto sindicato [a] acompanhar, em Portugal, é um processo novo, cheio de dificuldades. A verdade é esta: nós comunicámos imenso com o governo na pessoa quer do Jorge Sanches Jesus, quer, mais ainda com o João Galamba. Muitas reuniões estivemos a falar, não diria quase dezenas, mas muitas reuniões com a Câmara

^{26,3} Empresas prestadoras de serviços na Central de Sines.

Municipal de Sines, muitas reuniões também, acompanhámos muitas preocupações, com Santiago do Cacém, fizemos um fórum em que convidámos a EDP, o secretário de Estado da Energia, o secretário de Estado do Emprego, o fundo de transição, uma série de câmaras municipais. Envolvermos tudo para definirmos e arranjar soluções, pensarmos em conjunto. De facto, esse diálogo foi muito grande, agora se foi profícuo e se foi efectivo? No final percebemos que não. Percebemos que não, porque os resultados não, não foram aquilo que as pessoas... Nada foi acolhido, muito pouco foi acolhido e tudo o que foi acolhido foi com muita pressão, com ameaça, quase coacção, ameaça é uma palavra... coacção, quando eles percebiam que os trabalhadores podiam parar a central dum momento para o outro, planeado, se não fosse atendidas algumas reivindicações, portanto, sempre na expectativa, vai haver? Não há soluções, há soluções? há soluções, mas depois no final as soluções foram muito poucas, depois curiosamente a empresa [com quem] deveria ter havido a maior comunicação, diálogo, fechou-se sempre em copas, que foi a EDP. Fechou-se internamente com a nossa estrutura para discussão deste problema, só na fase final é que tivemos várias reuniões com eles para conseguir ultrapassar as barreiras que existiam. Mas até por exemplo, eu dou como exemplo o estudo do ISCTE sobre a transição, a EDP foi a única empresa que não deu dados a alguns, zero. Aquele estudo tem uma parte de subsídios, que é feita baseada nos nossos dados, que foram depois cruzados com os do IEF, porque de resto a EDP não... Não se percebe como é que uma empresa com a responsabilidade social que a EDP devia ter e ao contrário do que aconteceu no Pego, [onde] todas elas tiveram essa prontidão para ajudar nesse estudo, no caso da EDP, o diálogo foi inexistente. Portanto, se me perguntar se houve diálogo, houve diálogo. Mas mais uma vez pareceu-nos a certa altura que era um monólogo.

Agora à cerca dos conceitos. Quero o governo, quer a União Europeia têm políticas para descarbonizar a economia. Qual é a opinião que tem sobre elas e acha que essas políticas vão salvaguardar os problemas dos trabalhadores?

Nós estamos um bocadinho cépticos. A verdade é que o gato escaldado tem medo de água fria. Não sei se é assim o ditado popular, mas é um bocadinho, com a má experiência que nós observámos. Uma experiência um bocadinho melhor que nos parece estar a acontecer no Pego, mas também não temos a certeza se é de facto... certeza absoluta, haverá algumas áreas onde não são pensadas porque é um processo relativamente novo, há sempre coisas que passam no escopo da primeira vista, da realidade, que é importante nós vermos. Nós consideramos que é importante... é aquilo que disse inicialmente, se é bom para a sociedade também há-de ser bom para o trabalhador enquanto cidadão, isso não tem qualquer dúvida.

Nós não nos opomos à transformação, agora, é como nós costumamos dizer e consideramos. Este processo apesar de ser um processo político, ele tem que ser um

processo que, na sua raiz tem uma mudança social, um processo social com um desenho previsível, para que as pessoas se sintam confortáveis a compreender a cada passo o que é que vai acontecer, a incerteza é a pior coisa que pode existir. Nós não nos opomos a que estas transformações aconteçam, agora, elas têm que ser, não podem ter apenas o componente económico, nós compreendemos que a economia é importante, mas não podem ter somente essa componente económica. Porque se o tiver, estaremos novamente perante, a uma certa altura, dum processo que é um atropelo aos direitos dos trabalhadores. Os trabalhadores vão-se opor e depois vamos estar aqui em guerras e ninguém quer estar a ver aqui em Portugal aquilo que aconteceu, por exemplo, em Espanha com os mineiros espanhóis que andavam em guerra com foguetes e coisas que o valha.

E portanto nós queremos que as coisas aconteçam, agora, achamos importante para a sociedade e para Portugal uma transformação, agora, a forma como ele está a ser atingido tem que ser, primeiro de tudo, os trabalhadores têm que ser envolvidos, os seus representantes têm que ser envolvidos em lugares de tomadas de decisão. Não podem... não podem, nós quando chegámos... eu vou dar o exemplo que tivemos agora, fui convidado, como eu disse, para estar presente num fórum sobre ambientalismo promovido pela ZERO. Estavam lá as empresas a falar, e quando eu falei, a certa altura pensei, vou ser aqui o chato a falar duma coisa que é chata, que são os trabalhadores. Parece que a certa altura esquecem-se disto. A transição só pode ser feita com os trabalhadores, não pode ser feita em oposição a eles e, portanto, os trabalhadores e os seus representantes têm que ter lugar nas mesas de decisão. Não podemos estar aqui a dizer que somos muito elegantes mas depois no final é um faz de conta. Portanto para nós, nós achamos, encararmos, as transformações e (imperceptível) interessante e importante. Agora, ele tem que ser feito, nunca esquecendo aquilo que muitas vezes se esquece que existem trabalhadores e os seus representantes, ou os próprios trabalhadores que elegem os seus representantes, tenham um voto na matéria que estejam incluídos nos centros de decisão. Para nós, isso é o fundamental, estarem representados.

Um sindicalista canadiano em 96 escreveu que as questões ambientais e sociais só se resolvem em conjunto ou não se resolvem. Como é que comenta isto?

É verdade, concordo perfeitamente. A sociedade humana avança quando há cooperação, não é em conflito. Se nós repararmos... eu olho para o exemplo de outros países que eu tive oportunidade de ir conversando com outros... ter outras realidades. Outros países onde também essas questões se foram colocando. Numa certa altura existe quase um, digamos, um sentimento quase de ódio, se assim se pode dizer, esta palavra é muito forte, mas uma grande... estão uns contra os outros, entre ambientalistas e sindicatos e andam em guerras. E em Portugal também um bocadinho. Mas nós achamos que não tem que ser assim. Não tem que ser necessariamente assim. Pelo contrário, ambos queremos uma coisa que é a

melhoria da sociedade, das condições de vida, certamente, portanto não temos de estar em oposição. Temos é que cooperar, certamente fazer cedências em alguns lados. Isso é óbvio, durante... há sempre alguma cedência que tem de ser feita, agora, e nós consideramos sem cooperação não existe um avançar da sociedade, muito pelo contrário, estamos aqui em conflito, um vai ganhar outro vai perder. No fim do dia é isto que vai acontecer e quem vai perder nunca vai ficar satisfeito e vai continuar a ver sempre aqui bastantes celeumas. E nós pensamos que não é esse o caminho. O caminho tem de ser em comum, de uma forma dialogante, mas de facto [que] o diálogo seja prático e que aconteça, não é só no papel, não é só na sala de reunião, é algo que acontece na prática.

E, de facto, tem que haver cooperação entre as várias áreas, sejam as empresas, sejam... As empresas não existem sozinhas e, portanto, um dia, mais tarde certamente na evolução do próprio Portugal. Certamente, as empresas vão ter que ter uma responsabilidade, impondo-se, cada vez serem mais reconhecidas pela sua responsabilidade ou falta dela. E vão ser escolhidas um bocadinho também... O consumidor vai ter esse poder de dizer não compra estes serviços, ou não compra estas matérias-primas desta empresa, esta empresa não cumpre aquilo que era expectável socialmente. Esperemos que um dia isso aconteça. Que haja essa mudança, mas entre as empresas, o Estado, as organizações do Estado, os sindicatos, os trabalhadores e os ambientalistas. Todos nós temos de estar juntos à mesma mesa e conversar, e temos que cada um ter a sua responsabilidade e fazemos vincar. Agora se estamos de costas voltadas? Certamente não. O melhor caminho não vai acontecer, vamos estar aqui com o problema.

O sindicalista canadiano achava mesmo que ou se resolviam dois, ou não se resolvia nada. Das suas palavras, eu entendo que há alguém que ganha e alguém que perde, a perspectiva dele é que perdem todos.

Sim, sim. Vamos ver, o trabalhador é um cidadão que respira um ar, seja puro ou impuro, independentemente de se trabalhar ou não trabalhar, tem, cada vez que nós olhamos para o panorama português e vemos dificuldades a nível, por exemplo, dos nossos recursos hídricos, e que têm uma influência tremenda, necessária, para a nossa vida. E nós percebemos que existe aqui uma alteração, gradual, cada vez mais acelerada, infelizmente das mudanças climáticas, chove cada vez menos, a temperatura global vai aumentando. Toda a gente vai tendo essa percepção. Se não fizermos nada, vamos perder todos, seja o trabalhador, seja... enquanto cidadão vai perder sempre. E, portanto, nós percebemos que, ou nos juntamos e conversamos e tentamos arranjar soluções. Ou então, vamos todos perder, o cidadão, o trabalhador também é um cidadão e vai ficar sempre a perder.

E como é que é que o sindicato vê o impacto do processo de descarbonização da economia nos trabalhadores?

O impacto. Nunca é fácil quando chegamos, ou alguma empresa chega e diz que vai encerrar as suas operações, ou vai ter de converter as suas operações, por norma a palavra reconversão no mundo empresarial significa despedimentos. Vamos ser muito claros. Quando se diz reconversão, quando alguém nos diz: vamos fazer uma reconversão, vamos fazer uma reestruturação, significa sempre despedimentos. É uma palavra mais bonita, é como em vez de trabalhador, usar-se a palavra colaborador, tiram-lhe tónica, tentam tirar-lhe força às palavras, nós percebemos isso. Os trabalhadores, nunca nenhum trabalhador que chegue e que seja confrontado com perder o seu posto de trabalho vai ficar feliz. É impossível, impossível! Mas se, lhe for comunicado que aquele posto de trabalho vai encerrar, vai desaparecer, mas, em compensação, nós vamos já começar a trabalhar contigo para te reconverter, tens muito potencial, acreditamos em ti, tens muitas qualidades, vamos fazer uma reconversão profissional, aprenderes uma nova área, com novas competências e que possas continuar o teu projecto profissional noutra área e que não percas rendimento. Aí, apesar de, a questão que está sempre ligada ao desconhecimento do futuro, a pessoa gosta de se sentir seguro, e perder o trabalho é algo... Mas se houver estas expectativas de compromisso, este contrato que seja estabelecido, que seja cumprido pelas partes, em que de facto aquele trabalhador sai da área A, mas vai trabalhar para a área B, e que não vai perder qualquer regalia, que vai continuar a ter a sua fonte de rendimentos, vai continuar na mesma região, de certeza quase absoluta que o trabalhador vai conseguir aceitar com muito mais facilidade do que se lhe dissermos: Vai acabar o teu trabalho, o teu posto de trabalho e portanto, vais para formação, para o IEFP. "Vou ser um desempregado como todos os outros, e depois fico desempregado". Portanto, se for feito este trabalho, acreditamos piamente que os trabalhadores com menor resistência vão aderir a este processo de descarbonização. Se não for feito desta forma, antevejo muitas dificuldades, porque aqui foi um processo inicial, os trabalhadores nem sabiam muito bem o que estava a acontecer, não houve grande reacção. Mas não significa que em processos futuros, em outras regiões, o processo não seja diferente. Podemos estar a falar de situações mais gravosas a nível de agitação social, não tenho qualquer dúvida.

Não antevê um processo pacífico se não forem tomadas...

Se não houver medidas, eu diria, escritas, um contrato-programa para que os trabalhadores percebam perfeitamente o que é que vai acontecer à sua vida. Saiem daqui, vão perder o seu posto de trabalho, aquele trabalho, mas vão ter um contrato que vai garantir que no fim de algum tempo vão estar a trabalhar numa outra área e que não vão perder o seu rendimento, dificilmente vejo que a situação possa ser... nós estamos agora até numa altura em que há pouco desemprego, existe até alguma dificuldade de mão-de-obra e, portanto, consegue-se aumentar até o poder reivindicativo, para se conseguir[em] melhores condições contratuais. Mas isto é muito rápido, é muito volátil. Hoje estamos nesta fase, daqui a uns anos podemos estar num outro ciclo em que o desemprego seja maior, e em

que as pessoas perante um exército de desempregados... habitualmente o que acontece? Baixam as condições contratuais de trabalho e, portanto, eu acho que era importante nós conseguirmos uma forma integrada de conseguirmos dar resposta a essas questões, sejam elas através de um contrato programa, sejam elas pensadas ao longo do tempo para que os trabalhadores possam aderir. Esta ideia da descarbonização é mais fácil fazer em cooperação do que em oposição, pelo menos é a nossa leitura. Admito que haja pessoas que possam achar o contrário, mas tenho essa dificuldade de entender como é que poderão pensar isso.

E a última pergunta. Você como sindicalista tem a mesma visão do sindicato ou tem uma visão pessoal com algumas diferenças em relação às do sindicato?

Tenho algumas, tenho algumas sempre, mas isso acontece sempre quando nós vestimos a capa que estamos a representar, muitas vezes nesta posição, represento muitas ideias diferentes. Tenho que fazer um compêndio e agregar todas elas, para conseguirmos bater-nos, isto é uma construção, que vai sendo edificada, não é somente da minha cabeça que acontece, são vários dirigentes, vários *inputs* que nós vamos tendo e portanto é construindo a nossa, a nossa identidade, as nossas ideias, claramente há algumas, que a minha ideia pessoal é um pouco... ligeiramente diferente. Mas, como o importante é o equilíbrio e o compromisso, em diálogo entre as partes e as várias tendências que possam existir. Várias ideias...

E quer desenvolver essas ideias diferentes, essas diferenças?

São variadas, de variadas ordens. Não é só nesta área ambiental, por exemplo, eu posso dizer... podemos dizer que na área ambiental há sectores da nossa estrutura que acham que dão mais importância a estas questões de transformação... Outros acham que não, acham que devemos ter uma posição mais conservadora, defendermos mais os postos de trabalho, sermos mais reactivos... Com maior dificuldade, podemos até potenciar greves, algo desse género. Depois há outros que acham que não, que temos que continuar a ter um diálogo construtivo, com todos para conseguirmos alcançar aquilo que nos prometem. Nós estamos aqui falar muitas vezes de vários caminhos. Todos têm a mesma visão, melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Agora, qual é o caminho que se pode ter? Há vários caminhos e, portanto, há várias sensibilidades dentro do sindicato. Nós não somos (incompreensível) cada sindicato. Eu estou a falar do nosso, temos várias pessoas com várias ideias e com vários projectos e vários caminhos. E como é que vamos conseguir chegar até ali? E muitas vezes é necessário fazer esta agregação de todos. Portanto, às vezes acontece-me deparar com algumas questões, que do meu ponto de vista, deveriam seguir um outro caminho. Mas estamos numa democracia e o sindicato funciona muito em democracia, quem manda são os sócios, fazem os seus votos, como muitas vezes são

chamados, têm que tomar [as] suas decisões, fazemos votações e a maioria vence e seguimos aquilo que a maioria diz. Por vezes temos que fazer cedências. Saber fazer essas cedências é importante. Mas basicamente é isso. Por vezes há aqui coisinhas que nós achamos que devemos ir mais [por] um caminho, outras por um outro caminho. Mas, é assim, dentro de uma organização há sempre cedências. E nós caracterizamo-nos por algo um pouco diferente.

Nós somos caracterizados por um sindicato com mandatos, organizado de baixo para cima. E, portanto, são as assembleias que fazemos, os plenários, as reuniões dos trabalhadores é que determinam a nossa, a nossa acção. Sei que, em outros casos, pode ser um pouco ao contrário a pirâmide, de cima que empurra para baixo, nós fazemos um pouco o contrário, senão não existíamos. Se fossemos para ser mais uns, certamente não existíamos. E por vezes nesta pluralidade de pessoas, de ideias, de ideologias, temos uma panóplia, por vezes, de ideias um pouco difíceis de fazer essa gestão, mas fazemos e penso com sucesso.

ENTREVISTA A MANUEL JORGE VALAMATOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES – 10 DE OUTUBRO DE 2022

O processo de descarbonização da economia tem um impacto muito significativo no concelho, uma vez que implicou o encerramento da central do Pego com consequências para os trabalhadores e para a região. Quer o roteiro da neutralidade carbónica, quer o Plano Nacional de Energia Clima estabeleçam objetivos de uma transição justa nesse processo. Como é que a Câmara Municipal está a ver este processo?

Bom, temos aqui uma dicotomia. Ou melhor, temos aqui dois pontos bastante diferentes e antagónicos na análise deste processo. Por um lado, as questões ambientais. E aí eu acho que ninguém tem dúvidas que Portugal tem que avançar, ao exemplo daquilo que é desejável em todo o mundo, avançar com esta responsabilidade ambiental e, obviamente, promover o encerramento das centrais a carvão. Não temos dúvidas sobre isso. Do ponto de vista ambiental, não houve nenhum abrantino que se tivesse manifestado contra o encerramento da central, desse ponto de vista. Depois temos o outro lado. Tem a ver com as questões económicas, e aí sim, desde o dia em que foi anunciado o encerramento da central do carvão, percebemos que a economia local, regional, ia ter um revés muito significativo.

Que vamos ter aqui uma perda da nossa economia, só para ter uma noção, por exemplo, só a título de exemplo: a Central do Pego a carvão pagava uma renda anual ao município de Abrantes de cerca de 1 200 000 €. Deixou de pagar. Veja bem o impacto que isso gera no próprio orçamento da Câmara Municipal. E como é óbvio, foram sempre as questões ambientais que aguentaram esse abrir desta ferida. Agora, como é evidente, são 150 postos de trabalho directos em causa. Depois há um conjunto de empresas, por exemplo, a restauração naquela localidade onde a central está, no Pego, sente de forma muito acentuada. A perda de dinâmica em torno da produção de energia através do carvão. Os restaurantes, as casas que são alugadas, os hotéis e o próprio pequeno comércio, porque no âmbito de uma actividade industrial deste tipo é um parafuso, é uma borracha... Toda a economia se sente afectada e nós estamos a sentir isso quando nos foi anunciado o encerramento da central a carvão. Obviamente que a nossa cabeça ficou muito presa a esse domínio, dos impactos económicos que este processo tem. E no fundo, também aqui neste domínio, foram as questões deste programa de apoio ao novo investimento. Ou melhor, estes programas que pretendem mitigar o encerramento da central a carvão e da dinâmica económica e, neste caso particular, o fundo de transição justa [que] foi sempre olhado com muita atenção, com muito cuidado. Está a ser olhado com muita atenção, muito cuidado. Estamos numa fase em que Abrantes tem o investimento elegível, de acordo com as candidaturas apresentadas na ordem dos 50 milhões €, com o alargamento duma empresa já existente e o surgir de três novas empresas, com projeções de criação de postos de trabalho e dinâmicas económicas muito interessantes. E no fundo, também é o fundo de transição justa que vem dar aquele bocadinho de alento e de oxigénio a esta inevitável quebra na dinâmica económica do concelho e da região.

Já foi avançado aqui no meu guião. A óbvia destruição de emprego teve implicações na economia local, para além das medidas de protecção dos trabalhadores e a sua requalificação, que é uma coisa que está no IEFP, o que é que Câmara fez ou planeia fazer para diversificar o tecido económico? E quais são as medidas que vêm do Estado Central e quais as da Câmara? E qual é a sua perspectiva sobre essas que já me anunciou e de todos aqueles avisos também que foram lançados? Qual é a sua perspectiva de que se venham a concretizar efetivamente?

Como sabe, relativamente ao fundo de transição justa em concreto, houve uma fase de intenção de candidaturas de manifestações de interesse. Depois abriu um aviso que é este aviso está a ser analisado. E aí, sei que o Médio Tejo tem uma expressão de candidaturas na ordem dos 140 milhões €, por aí. Abrantes tem cerca de 50 milhões €.

Obviamente, o fundo de transição justa e a quebra na actividade económica, embora seja com o epicentro Abrantes, não se restringe ao nosso concelho, é toda esta região. E o fundo de transição justa tem também essa visão de olhar para o Médio Tejo. E nós aceitamos isso,

fazemos e tentamos fazer perceber [que] o epicentro é de facto aqui em Abrantes e é aqui que se registam as maiores fracturas. No entanto, percebemos esta linguagem mais regional. Temos vindo a acompanhar o Governo nos seus diferentes ministérios, desde logo da área social à área profissional, bem como às questões dos ministérios da Economia e das Finanças e o Ministério do Ambiente. Temos vindo a acompanhar todos estes processos. Temos, do ponto de vista logístico, nos disponibilizado para criar as melhores condições. Só a título de exemplo, na Cidade Desportiva é onde existem [as] salas de formação neste momento para os trabalhadores que estão nesse âmbito, nas juntas de freguesia a mesma coisa. Portanto, criámos todas as condições de equipamentos, de infra estruturas, para responder àquilo que foram as acções que pertenciam na verdade ao Governo desenvolver e temos vindo a acompanhar, tenho feito várias reuniões com diferentes ministérios. Tenho feito várias reuniões também com a própria CCDR do Centro e, claro, estamos a acompanhar com grande expectativa o desenrolar desse processo. Estava-lhe a dizer que para o fundo de transição justa houve uma primeira fase de intenções. Este aviso abriu e ficaram algumas empresas excluídas deste aviso, sobretudo as empresas que se dirigiam mais para as questões da tecnologia, da ciência. E nessa manifestação de intenção, houve um conjunto de empresas que apresentaram projectos muito interessantes na área da tecnologia, na área da ciência, e nós queremos um próximo aviso que possa ser aberto, tendo em vista essas manifestações de interesse, que nós entendemos de grande relevância também para o concelho e para a economia da região. Portanto, hoje estamos a acompanhar com toda a atenção e temos-nos disponibilizado de diferentes formas para colaborar.

Inclusivamente, fizemos várias reuniões também com os sindicatos, com os trabalhadores, quer com os trabalhavam de forma directa, quer as empresas que trabalhavam subcontratadas, que trabalhavam em diferentes áreas, na limpeza, nos *catering*. Temos feito um conjunto de reuniões para acompanhar e, sobretudo, dirigir essas pessoas, apoiá-las, dirigindo-as aos sítios certos.

Depois, como sabe, também há um resultado do concurso onde a Endesa ganhou e temos vindo de forma sistemática a acompanhar o projeto de implementação da Endesa, que é um projeto muito relevante, que tem uma previsão de investimento de 600 milhões € em Abrantes, a criação de muitos postos de trabalho. Há um compromisso, de acordo com o caderno de encargos, que visa recuperar um conjunto de pessoas para esse projecto da Endesa, pessoas que trabalhavam na Tejo Energia. Portanto é isto, estamos a acompanhar. Estamos muito contentes com todo este processo.

De certa forma, a Câmara está a ser parceira do governo, facilitando equipamentos e estruturas para o desenvolvimento desses projectos.

E desenvolvendo algumas reuniões e promovendo algumas reuniões entre os trabalhadores, os sindicatos, o próprio governo. Temos vindo a fazer isso de forma sistemática. Estamos a acompanhar, continuamos a acompanhar. Nós temos uma divisão de desenvolvimento económico que acompanha, a chefe de divisão é a Dra. Paula Grijó, que acompanha a todo o tempo este processo. Aliás, [com] a própria Endesa, na implementação do seu projeto, todas as semanas há reuniões dos diferentes domínios, naturalmente, estamos a falar de processos de licenciamento de obras, de um conjunto de coisas. Estamos a falar de terrenos para a instalação de equipamentos. Portanto, e a Câmara Municipal tem estado, quer com a Endesa, quer com os trabalhadores a acompanhar o processo.

De certa forma, também tem um papel de liderança nalgumas nalgumas áreas, em algumas ações? A Câmara...

Não, não. Não diria necessariamente um papel de liderança. Diria, porventura... nós temos que vir aqui um bocadinho atrás para lhe dizer que a Tejo Energia é uma empresa privada, de capital privado, em que, em toda a sua dinâmica ao longo de 30 anos, nós sempre fomos parceiros e do ponto de vista institucional sempre tivemos uma ligação de grande proximidade com esta dinâmica empresarial. Mas é óbvio que também sempre soubemos distinguir o papel do município e o respeito que temos de ter pela estratégia e pela gestão das empresas. Por isso, nós não nos consideramos [a] liderar o quer que seja. Estamos a acompanhar o governo, porque isto também nasce de uma decisão do governo, já falámos sobre isso e [a] nós compete-nos acompanhar. Também em tempo oportuno estivemos sempre junto do governo para reforçar a ideia que era preciso criar estratégias para mitigar estes impactos negativos, sobretudo perante as pessoas e a perda de postos de trabalho. E é isso que estamos a fazer.

Muito bem. E só para terminar este assunto. Está otimista com esses investimentos? No sentido de que se concretizem e de facto, venham a mitigar e, eventualmente, até promover o concelho?

Estamos otimistas, nem poderia ser de forma diferente. Estamos otimistas porque acreditamos e confiamos em primeiro lugar nas pessoas e, conseqüentemente, nas instituições. Nós confiamos que o resultado do processo concursal, que a Endesa [o] implemente, porque em fevereiro de 2025 precisam de carregar e produzir energia. E acreditamos que [o] consigam implementar e que consigam, obviamente, criar os postos de trabalho que estão no próprio caderno de encargos e que este investimento se concretize. E, como é óbvio, esperamos também que o Fundo de Transição Justa possa avançar rápido, até porque também há *timings* europeus para cumprir e que na verdade, possamos o

mais rápido possível perceber que aquilo que disse que o encerramento da central a carvão provocou esteja mitigado, esteja minimizado.

Uma outra questão tem a ver com níveis de compensação que eventualmente a Tejo Energia tenha promovido, porque há exemplos noutros sítios em que estas empresas, quando saem, por exemplo, deixam verbas para a construção de equipamentos sociais. É o caso de Abrantes? Ou seja, houve por parte da Tejo Energia, disponibilidade ou mesmo acção, para a construção de equipamentos sociais ou de investimento em serviços públicos que de certa forma mitigassem a saída do território?

Não, não houve. A Tejo Energia pagou as rendas, entre aspas, da utilização do carvão até final de 2021, Novembro de 2021. E a partir daí a central a carvão deixa de existir e não existe nenhuma medida de compensação. Pelo contrário, porventura a empresa tem tido imensas dificuldades porque seguramente terá compromissos com os seus próprios trabalhadores e nós não fizemos nenhuma exigência deste tipo. Nem vamos fazer, nem isso faz sentido. Faz sentido, e aliás, de acordo com o próprio o caderno de encargos, faz sentido é os novos projetos, esses sim, poderem também, perante a comunidade, deixar aqui reflexos daquilo que são as suas dinâmicas e os seus investimentos.

Sim, sim. Eu imaginava que a resposta fosse essa, no entanto, eu tinha lido exemplos de outros países em que isso aconteceu. O acordo aqui é diferente, mas tinha de testar essa hipótese. Agora: A 19 de setembro de 2021, o Público dava conta de declarações suas com críticas ao Fundo para a Transição Justa, nomeadamente aquela questão da fatia para o Centro ser dividida com o litoral centro, aquela zona entre Aveiro e Leiria.

E fez todo o sentido. Como sabe, isso já não vai acontecer. A própria Comissão Europeia entendeu... que aqueles que se manifestavam, não era bem contra, porque dá a sensação de algum individualismo, é mais uma questão de justiça. Nós, Sines, Abrantes e Matosinhos são as três regiões onde o fundo de transição, onde o impacto do encerramento das diferentes dinâmicas económicas, o encerramento do carvão, no nosso caso e de Sines, acontece, e não fazia muito sentido estar a ver, embora consigamos até perceber do ponto de vista energético e ambiental, a necessidade de outras regiões terem necessidade de investimentos e de apoios. Mas para este caso em concreto, o Fundo de Transição Justa que se destinava mitigar esses impactos, não fazia sentido estarem a aparecer outras regiões que não tinham nada a ver com com este processo em concreto. O PRR e outros mecanismos europeus deverão acautelar e projectar-se para essas outras regiões. Mas neste caso em concreto, o Fundo de Transição Justa veio com o objetivo de mitigar os

impactos económicos em Sines, Matosinhos [e] em Abrantes. E eu acho que é para estas regiões que ele se devia destinar e é o que vai acontecer.

E considera os fundos suficientes?

Os fundos são sempre... nós queremos sempre mais e lutamos sempre por isso. Mas eu acho, olhe, perante aquilo que são as nossas candidaturas em concreto deste aviso, perante aquilo que são, as intenções também já manifestadas. Eu julgo que os fundos ficam sempre aquém daquilo que era possível fazer. Agora, também temos de ter alguma racionalidade. Os fundos são limitados, é impossível. E depois, claro está, também do ponto de vista, sem ser demasiado individualista, também há outras zonas a merecer atenção e cuidado. E eu percebo que é um valor interessante para aquilo que nos foi apresentado, gostaríamos, e há seguramente, ouça, o Fundo de Transição Justa também não será o único, a única expressão, em termos de apoio comunitário para o alavancar [d]o desenvolvimento económico das regiões. E eu acredito que o PRR e outros mecanismos de financiamento europeu possam no futuro estar disponíveis para mais investimento para a nossa região.

E portanto, como é que encara o futuro da região?

Eu cá encaro com optimismo, como é evidente, nem podia ser de outra maneira. Nós vivemos momentos muito difíceis, aliás como sabe, o encerramento do carvão no Pego é simultâneo com o processo de pandemia, uma epidemia mundial que deixa feridas muito significativas e depois, logo por azar, se quiser, porque é mesmo azar. Debate-se esta crise numa guerra impensável nessa altura. E é curioso, estamos a falar, porque se esta guerra tivesse acontecido antes, era desejável que nunca tivesse acontecido, mas se tivesse acontecido antes, duvido que a central termoelétrica do Pego tivesse encerrado naquele momento. Portanto, repare como é a vida e como a vida funciona. E é precisamente o perceber a vida, tanto eu, como nós os dois percebemos, temos de estar optimistas.

Eu acredito muito que Abrantes, Abrantes particularmente, nós somos a cidade mais central do país e temos, do ponto de vista de acessibilidades, não vamos falar de portagens. Mas do ponto de vista das acessibilidades, boas acessibilidades. Nós estamos a uma hora e pouco de Lisboa e estamos a duas horas de Madrid para aí, duas horas e pouco de Madrid. Nós temos um posicionamento muito interessante, com a ferrovia também a desempenhar — dentro do nosso concelho temos três estações e na cidade temos duas estações de comboio. Esta história agora, e peço desculpa por introduzir este tema, mas esta história, esta possibilidade [de] termos um aeroporto em Santarém, ali naquela região, de facto era, como tenho dito, era o terceiro milagre de Fátima, e poderia mesmo ser, porque projectaria a região centro para um outro andamento. Como sabe, também estas regiões, não gosto de [lhes] chamar interior, porque isto não é interior. Estamos aqui, quem está a uma hora da capital do país, se isso é interior, então o que é que será o interior? Mas, esta questão do

aeroporto, a título de exemplo, é um bom exemplo do optimismo que nós temos da região. E a nossa região, de facto, do ponto de vista daquilo que são os dados da demografia, os dados apresentados que dizem respeito às questões demográficas, bem demonstram que nós precisamos aqui de um balão de oxigénio, de motivação para envolver... E depois não é só motivação para os autarcas, é motivação para os empresários, é motivação para os cidadãos. Esta coisa da pandemia também veio trazer aqui uma nova linguagem, porque todos os dias tenho tido conhecimento disto: Casais novos a regressarem, tinham meia dúzia de anos de Lisboa ou do Porto, ou disto ou daquilo, e estão a regressar, ou de outras cidades, e estão a regressar, com vontade de voltar. E até essa questão das distâncias se percebe. Ontem um jovem que foi meu aluno estava-me a dizer: “Ó professor, eu agora tenho que ir três vezes a Lisboa, mas eu já percebi que demoro menos tempo aqui, de Abrantes, a Lisboa, do que do sítio onde estava a morar.” Não sei onde é que ele estava a morar, devia estar ali na periferia de Lisboa. Mas, até essa questão das distâncias, podemos estar aqui num novo momento e era bom que os nossos projectos do Fundo da Transição Justa, da Endesa, avançassem. Era bom que esta guerra terminasse. Sou um optimista. Não, não por mim, mas pelas futuras gerações. Sou optimista nesse sentido.

Estava-me a falar de casais jovens que regressaram, com o encerramento da central tem notícia de trabalhadores que tenham emigrado ou que tenham saído do concelho ou da região?

Não, eu vou lhe dizer. Pois, da região não tanto. Eu vou lhe dizer, de 150 trabalhadores, diria que uns 70 ou 80 são de Abrantes, os outros são todas pessoas do Entroncamento, de Tomar, de Torres Novas, de Ourém, de Fátima, de muitos sítios e até de outros concelhos vizinhos fora do Médio Tejo. Ponte de Sôr, o Gavião e, por exemplo, Castelo Branco, havia pessoas aqui a trabalhar de Castelo Branco. Aqui em Abrantes. Sabe que neste momento, ao contrário do que se possa pensar, neste momento, isto não é [só] Abrantes, mas em Abrantes, particularmente, neste momento há empresas com falta de mão-de-obra. E aliás, a Endesa vai ter problemas com falta de mão-de-obra. Neste momento o que está a acontecer é que há aqui muitos processos de imigração, sobretudo do Brasil. Dos países do Leste, como outrora e também na sequência da guerra, nem tanto. Mas do Brasil e África (imperceptível) há muita, muita mão-de-obra. Só para dar um exemplo, uma das empresas mais robustas aqui em Abrantes, na região e no distrito de Santarém, nesta região do Médio Tejo, é a Mitsubishi como sabe, e a Mitsubishi neste momento tem uma mão-de-obra estrangeira já muito significativa, para 500 trabalhadores tem lá 100 trabalhadores estrangeiros, coisa que não acontecia há dez anos atrás, por exemplo.

Eu vou lhe dar um sinal para perceber aquilo que está a acontecer em Abrantes. No ano 2018/19, no primeiro ciclo e no pré-escolar, nós perdemos 15 alunos. Depois em 2020/2021, perdemos 20 e tal, 2022/2023 temos mais 56 alunos, no pré-escolar e no primeiro ciclo. Há

aqui uma troca e há aqui um optimismo evidente. Mas isto não depende exclusivamente das políticas municipais. Isto depende muito das políticas intermunicipais. Depende depois das políticas governamentais. Estamos todos aqui e cada um vai fazendo aquilo que pode e deve e consegue. Mas na verdade isto não é uma coisa... O que é que interessa Abrantes ter mais duas ou três empresas se depois os concelhos aqui à volta não têm? Isto é insuficiente. Nós precisamos é que Abrantes tenha, mas os outros concelhos à volta também tenham. Portanto, isto é uma luta. E é por isso que também acredito: Há uns anos atrás, as comunidades intermunicipais tinham pouca expressão nestes contextos da própria gestão dos territórios. Aliás, não existiam e quando começaram a existir tinham pouca força. E neste momento, as comunidades intermunicipais são um elemento decisivo. E é por isso que eu também acredito muito que o Médio Tejo... Nós precisamos de fazer uma nova reconfiguração do território, porque nós pertencemos a Lisboa, mas vamos buscar os quadros comunitários ao centro. Não sei se tem esta percepção, mas nós votamos em Lisboa, votamos a própria estratégia da CCDR Lisboa e Vale do Tejo, e depois vamos buscar os fundos comunitários ao Centro, nós e todos os municípios do Médio Tejo. Isto não faz sentido nenhum. Aliás, eu raramente oiço alguém falar nisto, porque isto é ridículo. Peço desculpa. Não é que tenhamos algum problema com o Centro, mas é esta disfuncionalidade organizativa. E é por isso que eu acredito numa nova região, o Médio Tejo e a Lezíria, é nisso que estamos a trabalhar, o Médio Tejo, Lezíria e Oeste, uma nova configuração para ter maior possibilidade ou maior probabilidade de sucesso no nosso desenvolvimento colectivo.

Agora, mudando de assunto. Ora, este processo também corresponde a um processo de diálogo. Acha que esse processo de diálogo foi o desejado, isto é, foi um processo de diálogo efetivo ou foi um processo de auscultação? E qual seria, na perspetiva da Câmara, um processo de diálogo?

Foi um processo de diálogo dentro daquilo que foi possível. O governo tomou uma decisão e na sequência dessa decisão. Mas, lá está, era uma decisão também difícil, num tempo difícil. Por isso é que eu acredito que se fosse hoje porventura a estratégia teria porventura mudado. Parece-me que isso teria acontecido. No entanto, o governo tomou uma decisão. É preciso tomar decisões. O governo tomou essa decisão. Na altura não perguntaram se queria ou se não queria. Foi dito que ia ser assim. E lá está, as questões ambientais tinham aqui uma expressão muito forte. Quem é que vai dizer que não a estas questões emergentes de pararmos com a agressividade que temos com o planeta. Temos postos de trabalho, mas qualquer dia as pessoas não podem sair à rua para ir trabalhar. E foram as questões ambientais que deram sempre suporte a essa matéria. Mas foi uma decisão do governo. Depois foram desencadeadas todas as conversas possíveis e depois, perante uma decisão, fomos gerindo, e aí eu acho que a Câmara, não é gabarolice nenhuma, a Câmara foi fazendo o que lhe competia e o que não lhe competia e evidenciando sempre esforços

para também tentar minimizar todos esses impactos, o mais possível, mas também de acordo com as nossas limitações.

Portanto ficou satisfeito com o processo de diálogo que ocorreu?

Para decisões tão complexas como esta não há diálogos perfeitos, nem reuniões perfeitas, a todo o tempo, como nós gostaríamos. E porque há mais vida para além do encerramento da Central do Pego. Foram feitas as conversas possíveis, sempre que quis conversar sobre o assunto, isso foi possível. Nem sempre é possível juntar todos os protagonistas. Diria que para uma decisão muito difícil, uma decisão complexa que cria muitas fracturas, foram feitas as conversas possíveis, que ainda não terminaram porque este processo não está findo, não está acabado e ainda vamos ter muitas conversas sobre estas matérias.

Agora voltando àquilo que estava a dizer no início, esta pergunta eu tinha-a para o fim, mas voltando a esse assunto: Em situações de encerramento do Pego ou de outras centrais, há sempre uma tensão entre o ambiente e o trabalho. Qual é a sua opinião sobre essa tensão? Mais ao menos já me foi dizendo.

Não é só no encerramento do central a carvão. Nós temos inúmeras situações de confronto entre a actividade económica e o ambiente. Não é só em Abrantes, é no país e no mundo. Eu acho que tem que haver bom senso, tem que haver equilíbrio e também, ninguém pode enriquecer à custa de maltratar o ambiente de forma escandalosa. Esse é o aspecto que eu acho mais extraordinário, como é que é possível empresas e pessoas individualmente, o que seja, enriquecerem de forma brutal à custa do prejuízo de todos e do ambiente? Não considero. Os homens, as empresas devem ganhar dinheiro, mas devem respeitar o ambiente a todo o tempo, caso contrário, nada se justifica e, na verdade, ao serviço da protecção das novas gerações, ao serviço da defesa do planeta, eu acho que têm que ser tomadas medidas duras, complexas, mas que sirvam interesses maiores do que interesses de algumas empresas e de alguns sectores.

Isso acontece. Infelizmente o nosso planeta tem muitas fragilidades precisamente por causa disso. Mas também não tenho dúvidas que os maiores agressores do planeta são as empresas e estruturas que são super milionárias e depois vêm com caridades sem jeito nenhum e eu sou absolutamente... Ouça, eu [se] tenho aqui qualquer empresa que esteja a fazer um atentado ambiental, não tem hipótese, não tem hipótese! Que eu saiba não tem hipótese, porque isto não faz sentido. Tem que haver respeito pelo ambiente, pelos outros. E depois ninguém pode ganhar dinheiro à custa destas feridas que deixam no planeta, como é evidente.

Se eu consigo resumir, considera que há uma primazia do ambiente sobre questões sociais e económicas, ou deviam andar mais a par, as questões sociais e as questões ambientais?

Tem que haver equilíbrio e tem que haver bom senso. É o que eu digo e a todo o tempo, e hoje é a própria ciência que tem que nos empurrar para linguagens de protecção da natureza e do ambiente e não o contrário. Nada justifica que continuemos a investir em algo que põe em risco a vida das próximas gerações. Ponto final. E a economia tem que respeitar... Ouça, faz algum sentido uma empresa querer se vir instalar em Abrantes, quando nós sabemos que produz níveis de toxicidade, problemas para o rio, desculpe, isso não existe, essas empresas não devem caber nem aqui, nem em lado nenhum. Têm de ter mecanismos de resolver as questões ambientais e a relação que têm com o ambiente de forma inteligente e funcional. Já não há espaço para isso. Todos nós temos exemplos conhecidos mundialmente de atentados violentíssimos contra o ambiente à custa das questões económicas. Isso não pode continuar a acontecer. Eu até lhe digo, eu acho que as questões ambientais hoje, e se quer saber verdadeiramente coisa, eu acho que as questões ambientais devem estar à frente dessas questões, de qualquer questão económica. Se é isso mesmo que me pergunta. Eu acho que nós temos de defender o planeta e temos que exigir que isto aconteça de forma urgente, caso contrário não haverá as próximas gerações. Ponto final.

Há algo que considera importante sobre este tema que eu não tenha perguntado ou que acha que deva salientar?

Não. Aquilo que eu acho é que a atitude sempre muito correcta, sobretudo os trabalhadores, das famílias, que viram interrompidos... Repare que há aqui uma questão que não falámos, mas que eu acho que é muito relevante. A central do Pego quando foi construída sabia que ia ter 30 anos de vida. Não há nenhum trabalhador que possa dizer que foi enganado e que não sabia que a central termoeléctrica ia terminar por esta altura. E aquilo que eu acho relevante é, apesar de tudo, as pessoas criam sempre expectativas e acham que é possível, mais um ano, ou dois, ou três ou quatro, aconteceu. E a atitude dos trabalhadores, das famílias e dos cidadãos em geral que se relacionaram com esse processo e viram também a sua economia afectada por este encerramento. Acho que há aqui uma atitude. Acho que perceberam que as questões ambientais têm que se sobrepor e eu acho que a comunidade percebeu. E agora temos que ser capazes, de forma inteligente, dar a volta e criar mais postos de trabalho, com dinâmicas diferentes a favor do ambiente em que as famílias e as novas gerações estão mais defendidas. Basicamente é isso.

ENTREVISTA A ANABELA FREITAS, PRESIDENTE DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO – 28 DE SETEMBRO DE 2022

O processo de descarbonização da economia tem um impacto muito significativo no concelho e na região do Médio Tejo, uma vez que implica o encerramento da Central do Pego com consequências para os trabalhadores e para a região. Quer o Roteiro da Neutralidade Carbónica, quer o PNEC estabeleçam como objectivo uma transição justa neste processo. Como é que a Comunidade Intermunicipal vê esse processo?

Ora bem, desde o início, quando se começou a falar sobre estas matérias, a Comunidade Intermunicipal, mais concretamente o Município de Abrantes, que acompanhou de forma mais próxima este processo, começámos a ter reuniões com o Governo no sentido de nós percebermos [o] que era necessário e, aliás, que gostaríamos que todos os outros países da União Europeia também encerrassem as suas centrais a carvão. E infelizmente, houve alguns países ditos mais desenvolvidos do que o nosso, que não o fizeram e recuaram. Mas o que é certo é que percebemos qual é o impacto que tem no emprego na região, impacto esse que não é só no concelho onde está centrado a central, que é Abrantes, mas também em toda a região do Médio Tejo, isto é, existirem trabalhadores que trabalhavam na Central do Pego ou empresas que forneciam a Central do Pego que vão ser impactados pelo seu encerramento. E, portanto, desde o início tivemos sempre esta preocupação de que, tal e qual como se diz que é transição justa, qualquer transição e qualquer mudança traz sempre resistência, traz sempre medo. E, portanto, aquilo que pretendemos desde o início é que houvesse sempre uma comunicação clara, para que tudo aquilo, para que não se criasse ruído ao redor do encerramento e que houvessem linhas específicas de apoio não só às empresas e trabalhadores e, portanto, o apoio na sua reconversão profissional, quando é caso disso, no apoio, que houve outros casos, [aos] que optaram por criar o seu próprio negócio em actividades completamente diferentes daquelas que faziam na central, mas também o apoio às empresas na diversificação daquilo que era a sua actividade económica, mas, sobretudo, também ainda uma outra vertente que nos preocupou e ainda preocupa, que tem um pouco a ver com as mentalidades. Ou seja, há aqui uma população que estava habituada àquele tipo de produção e quando se altera o tipo de produção, quando se alteram os processos produtivos, cria também uma dinâmica diferente na região. E deixe-me, para tentar esclarecer melhor o que é que eu quero dizer com isto. Eu própria aqui no meu executivo em Tomar, tenho alguma dificuldade em fazer passar, no meu executivo, que era importante apostar nas energias alternativas e ter aqui instrumentos diferenciadores para empresas que actuam neste sector do que ter... É difícil passar no meu executivo, porquê? Porque são normalmente sectores de actividade que criam menos postos de trabalho. Mas eu digo sempre o contrário: criam menos, mas mais qualificados. E aquilo que nós pretendemos é ter aqui empresas com postos de trabalho mais qualificados e, portanto,

que deixem maior riqueza no território. Mas este tipo de... ainda há aqui um conflito entre estas duas mentalidades. Mas eu acho que isso é normal, cada vez que há uma mudança no processo produtivo, ou que há uma mudança de uma estratégia de um determinado território. Mas isso também tem que ser vencido. E na questão da Central do Pego, isso também esteve, esteve e está, em cima da mesa. Tanto que houve aqui... eu não sei quais são as questões que me vai colocar a seguir. Eu falo muito.

Mas fale à vontade. Portanto, quando quiser interrompa-me. **Está bem, combinado.**

Houve aqui algum ruído naquilo que foi o concurso para a central do Pego. E esse ruído, mesmo entre os próprios treze presidentes de câmara, terminou no dia em que trouxemos à Comunidade Intermunicipal aquelas duas empresas que se posicionavam mais, que viessem explicar o que é que era o seu projecto. Para além disso, a central, o encerramento e a vinda destes investimentos, trouxe ainda uma outra mais valia para o território, que é a possibilidade de trabalhar com o território e, sobretudo, com a instituição de ensino superior, seja nos TeSPs, seja em cursos de pós-graduação, seja em formação à medida e isso também é uma mais valia para o nosso território.

Ou seja, temos, temos que. Eu agora já me perdi na sua questão, peço desculpa.

A questão era como é que a comunidade via o processo do encerramento e a transição justa? Mas deixe-me já agora meter aqui uma coisa, estava-me a dizer que sabe de trabalhadores que usaram apoios para abrir até o próprio negócio.

Sim, sim.

Alguns, tanto quanto eu sei, estarão ainda em cursos do IEFP.

Sim.

Não sei se houve quem tenha saído da região. Trabalhadores que tenham saído da região.

Não tenho essa, não tenho essa informação, não tenho.

Estava-me a falar que vê este processo como oportunidade. E estava-me a falar agora da questão destes novos projectos que há para o Pego, que é o da Iberdrola, certo?

Iberdrola, Iberdrola não. O homem é da Endesa. **Da Endesa, tem razão, da Endesa, exactamente, é que são as duas espanholas.** Pois são.

Tentando resumir a questão. Está a ver isto como uma oportunidade, ou seja, vê como oportunidade da região melhorar. Já consegue prever que em termos de

actividade económica vai haver uma evolução positiva da mesma, mesmo em relação ao Pego. Como é que vê que isso se vai reflectir depois, quer nas populações, quer na região em geral?

Eu acho que nós temos aqui, com o encerramento da Central do Pego e a própria Comunidade Intermunicipal está... revisitou aquilo que era a sua estratégia. Nós podemos posicionar aqui como uma região. Eu não gosto muito de utilizar a palavra *cluster*, mas uma região vocacionada para as questões energéticas. As várias fontes de energia não poluentes e isso contribuindo para a descarbonização e, portanto, para a alteração de tudo aquilo que era o padrão produtivo aqui da nossa região. Nós chegámos a ter grandes empresas altamente poluidoras, temos a Renova na região, utiliza muita água e se calhar também produz alguma poluição. Eu acredito que sim. E eu acho que temos aqui condições para acrescentar e trabalhar e que é importante, porque eu digo sempre isto, para que na região possamos crescer ou alterar aquilo que é o nosso padrão.

Temos que ter sempre aqui um triângulo virtuoso que é o poder político, neste caso consubstanciado nas Câmaras Municipais ou na própria Comunidade Intermunicipal, as empresas e as instituições de ensino superior. Sem este triângulo a região não avança, não queremos receber aqui uma empresa, quase de chave na mão, e depois fique dentro das suas quatro paredes e não deixe mais nada na região. Não! A própria região tem que alterar aquilo que são as suas formações de base. Os alunos da região têm que perceber que há oportunidades de trabalho naquela região e ela, obviamente tem que ser competitiva, não só no mercado nacional, mas no mercado internacional. E eu acho que neste campo, com a central do Pego, com um conjunto e o facto de sermos região de transição, do fundo de transição justa, que deu oportunidade a um conjunto de outras empresas fora do concelho de Abrantes de também se terem candidatado ao aviso específico que houve para o fundo de transição justa. Vai contribuir, primeiro para aumentar a qualificação dos recursos humanos na região, a atractividade dos mesmos. Isto não pode ser feito dissociado de um conjunto de políticas públicas que compete a nós, autarcas, implementar, que vai desde a habitação até à mobilidade, para que tenhamos uma verdadeira região e não mercados de trabalho segmentados. E, portanto, eu entendo que nós temos aqui condições para nos posicionarmos nesta matéria. Se juntarmos a isto o facto de sermos considerados região hidrogénio no âmbito da União Europeia, nós conseguimos construir aqui todo, eu volto à palavra *cluster*, mas não é esta que eu gosto, mas também não me estou a recordar agora doutra. Temos aqui um caldo empresarial nestas áreas, ligada à criatividade e à academia, o que também impulsiona[rá] a região.

Ora, há uma óbvia destruição de emprego. Eu imagino, pois ainda não consegui entrevistar o presidente de Abrantes, e imagino que Abrantes é que tenha tido um

papel maior nisso, mas a comunidade Intermunicipal desenvolveu algum trabalho com os trabalhadores?

Não. Esta proximidade foi efectivamente com Abrantes, Abrantes reporta-nos, aliás, vamos ter reunião amanhã. Portanto, Abrantes costuma-nos reportar qual tem sido a evolução dos trabalhadores. Numa fase inicial houve reuniões conjuntas com a Câmara de Abrantes, a Comunidade Intermunicipal, o IEF, a Segurança Social. Entre todos os actores que intervieram a partir do encerramento da Central, penso que foi a 30 de Novembro. Penso que foi algures por aí. Mas pronto, depois todo o acompanhamento foi feito mais pela Câmara de Abrantes.

Outra pergunta era sobre as acções que a comunidade tinha desenvolvido ou planeava desenvolver para diversificar o tecido económico e quais eram aquelas que emanavam do Estado Central? Isto de certa forma já me respondeu.

Onde é que a comunidade se tem envolvido mais. E agora vamos continuar. É quase como um lobby de pressão. Ou seja, o que é que aconteceu? Quando ocorreu o encerramento da central, abriu um aviso para as empresas manifestarem intenção de candidatura e houve um conjunto de empresas que manifestaram [interesse]. Esse aviso tinha que ser concretizado noutra aviso para entregarem a candidatura. Aviso esse que só abriu há cerca de um mês, mês e pouco, houve aqui um *delay* muito grande. Apesar de nós estarmos sempre a pressionar a CCDR para abrir. Já disse que houve aqui uns problemas porque aquilo que era o montante alocado para o Médio Tejo no âmbito do fundo de transição justa, a CCDR e parte do Governo também, tentou junto de Bruxelas que esse montante não fosse só alocado ao Médio Tejo, mas fosse alocado também àquela região, como eu costumo dizer, altamente deprimida, que é o litoral centro. Quiseram colocar também parte do fundo da transição justa na indústria vidreira e na indústria de cerâmica. Devo dizer que nós opusemo-nos a isso e a comunidade intermunicipal promoveu, e fomos a Bruxelas directamente falar neste caso com a senhora comissária e explicar o porquê. Porque nós não estamos contra as vidreiras nem as cerâmicas, de maneira nenhuma, elas têm é outros instrumentos para poderem fazer a sua redução energética, não têm que vir ao fundo de transição justa.

Este aviso que abriu não veio cobrir a totalidade das intenções de candidatura, porque algumas centravam-se só em determinadas alterações de processos produtivos, mais para a digitalização. Este aviso não cobria essa parte. Nós estamos agora a fazer, e deve ser aprovado amanhã na reunião do Conselho Intermunicipal (incompreensível) para abrir os segundos avisos e vamo-nos também posicionar para a abertura de avisos para empresas fora daquelas que tenham manifestado intenção de candidatura no primeiro aviso que saiu, porque há muitas empresas. Portanto, este aviso foi muito direccionado para aquelas que

tinha manifestado a intenção. E o que é certo é que a dotação daquilo que nós sabemos, as candidaturas terminaram há cerca de uma semana, 15 dias, a totalidade do fundo da dotação disponível fica esgotada caso todas as candidaturas sejam aprovadas. Isto só nos vem demonstrar que nós somos competitivos se houver avisos direccionados para as especificidades da nossa região. Deixamos de ser competitivos, quando se abrem avisos a nível da região centro onde estamos a competir com pólos como Aveiro, polos como Leiria, que são muito mais dinâmicos. Mas se houver avisos específicos para a nossa região, que têm especificidades diferentes de outras, cada região tem a sua especificidade, então, aí sim, conseguimos ser atractivos. Agora, é isso, que nós também sempre dizemos, que promove a coesão e a coesão não se promove abrindo avisos iguais para todos, porque a gente já sabe [que] quem tem mais dinheiro... Mesmo dentro da nossa comunidade intermunicipal, estamos treze municípios com dimensões diferentes, com estruturas financeiras diferentes e efectivamente, mesmo dentro da nossa região, quem tem mais dinheiro é quem vai aos avisos. Não estamos aqui a promover a coesão e, portanto, tem que haver aqui um bocado, e se temos agora estes instrumentos, temos que nos adaptar àquilo que é a realidade do território. Também não sei se respondi.

Respondeu. Em termos de medidas de compensação, vamos ter o que vai ser financiado pelo Fundo para a Transição Justa? Não existiu nenhuma contrapartida com a Central? de investimentos em serviços públicos? ou construção de equipamentos sociais?...

Essa questão é preferível colocar a Abrantes. Houve uma coisa que nós, comunidade, colocámos e que penso que estava no caderno de encargos. A sede da empresa tem que ser na região e, portanto, quem concorreu e ganhou tem que cumprir isso. Colocámos que era fundamental a articulação entre a empresa e a instituição do ensino superior. E não está colocado, mas a empresa que ganhou, em reunião com a Comunidade Intermunicipal comprometeu-se a que os investimentos, sendo que aquilo que concorreu foi para Central do Pego, os investimentos pudessem ser, [incompreensível] investimentos, obviamente que a gente aqui também, a empresa não vai fazer um investimento só por fazer, também tem que tirar retorno, possam ser feitos noutros concelhos para além de Abrantes. E houve abertura por parte da empresa.

Em 19 de setembro de 2021, no Público, mas já falámos disto, das críticas de que o presidente da Câmara de Abrantes fez àquela questão do Fundo ser para as cerâmicas e para o vidro, ser a dividir.

Nós tomamos posição pública sobre isso.

Bom, mas tendo esse assunto ficado resolvido, na perspectiva da comunidade, considera, os fundos são suficientes? Sendo que a execução dos fundos ainda não está a decorrer.

Bem, se os fundos são suficientes ou não? Aquilo que estava alocado pelo primeiro aviso que saiu e como já disse há pouco, aquilo que estava alocado ao fundo de transição justa para o Médio Tejo e abriu [um] aviso apenas para uma vertente das intenções de candidatura, estão esgotados. Portanto, eu dir-lhe-ei: Não, não são suficientes. Agora a execução, pois não sei. Vamos ver.

Um outro aspecto que é muito importante nestes processos é o diálogo. O processo de diálogo da comunidade, quer com o governo, quer com os sindicatos, com a empresa, mas especialmente com o governo. Considera que foi um processo efectivo de diálogo ou foi uma auscultação?

Houve um processo de diálogo, tanto que nós começámos a falar com o governo em 2020, eu recorde-me disso porque estávamos em plena pandemia e, portanto, as reuniões foram todas *online* e foi criado um grupo de trabalho onde a comunidade intermunicipal estava representada, a Câmara Municipal de Abrantes também estava representada, bem como do outro lado, elementos na altura da Secretaria de Estado, que era o Secretário de Estado, o João Galamba, para a feitura do caderno de encargos, para lançamento do concurso e, portanto, não houve uma mera auscultação. Houve um trabalho conjunto aqui neste caso, houve um trabalho conjunto.

O aviso que saiu e que a Endesa ganhou, tudo isso foi construído e foi construído por um grupo de trabalho?

Exactamente, onde a Comunidade Intermunicipal e a Câmara de Abrantes fizeram parte.

E havia uma liderança clara do governo? Sim, sim. Liderança do processo naturalmente.

Claro, alguém tinha que liderar o processo e aí deve ser o governo. Sim, e muitas das coisas que nós, por exemplo, nomeadamente a questão da sede, muitas das coisas que nós defendíamos foram consideradas e foram incluídas no caderno de encargos.

Em processos como este, do encerramento da central, há uma tensão entre ambiente e trabalho, as questões sociais e as de defesa do ambiente. Qual é a sua opinião sobre esta tensão?

Eu aqui tenho que dar uma opinião muito, muito própria. Minha. Eu acho que quem está a liderar processos, seja presidente de câmara, seja presidente de comunidade intermunicipal,

quem está em cargos públicos tem que deixar as coisas melhor do que encontraram. E as alterações climáticas existem. E ainda por cima, nós somos um território, e é isso que eu às vezes, digo aos meus colegas: nós somos um território, que em quase todos os nossos concelhos, nós anualmente vemos aquilo que é o resultado das alterações climáticas, seja por via dos incêndios, seja por via das cheias. E, portanto, ou fazemos alguma coisa, e fazer alguma coisa... Qualquer processo de mudança tem sempre dores, mas o que é certo é que temos de determinar o caminho e nesta tensão trabalho *versus* ambiente, para mim ganha sempre o ambiente. É certo que os processos podem ser mais participativos e quanto mais participativos forem, menos tensões temos. Mas o que é certo, é que nesta alteração que todos nós temos que fazer para os nossos processos, até mesmo e há bocado estávamos a falar da descarbonização, por exemplo, o criar circuitos curtos de bens vai implicar uma alteração daquilo que é o nosso processo produtivo, mas todos nós temos que sofrer um bocado essas dores. Dou-lhe um exemplo, nós assinámos, a comunidade intermunicipal assinou há uma semana, há 15 dias, uma concessão de 36 milhões € para para os transportes dentro da comunidade. Eu vou pagar mais. Eu, Tomar, vou pagar mais pelos transportes urbanos de Tomar porque exige que todos os veículos fossem eléctricos. Mas eu sei que vou ter que pagar cerca de meio milhão de euros por ano. *Ok!* Com aquele meio milhão se calhar fazia outra coisa, fazia uma obra qualquer. Mas eu acho que é preferível aplicar aquele meio milhão em veículos eléctricos, isto porque ainda não há hidrogénio, do que fazer uma qualquer obra, alcatroar uma qualquer estrada.

Sim, mas pelo trabalho que desenvolveu e desenvolveu com os seus colegas da comunidade escolheram o ambiente. Mas também trabalharam muito a questão, não do trabalho, mas do desenvolvimento económico que ao fim e ao cabo reflecte-se em trabalho. Nesse caso a escolha foi fácil.

Sim, é verdade. Por isso é que eu digo, se o processo for participativo, a tensão diminuiu, sendo certo que em qualquer processo vai haver trabalhadores que não se vão conseguir requalificar, que não se vão rever nos novos processos que vão... Eu, por exemplo, considero positivo alguém que queira criar o seu próprio negócio. É positivo. Há outros que vão dizer “não, mas eu olhe, eu prefiro ficar no subsidio de desemprego até à idade da reforma”. É legítimo é legítimo, mas vai sempre ficar alguém para trás. O segredo que eu não tenho aqui, nenhum remédio para isso, é como é que a gente não deixa alguém para trás? Mas eu acho, realisticamente, se a pessoa quer ficar para trás, ela quer ficar para trás. Não vale a pena, por trinta mil instrumentos de política pública que possamos ter. Se a pessoa não quer colaborar, não quer colaborar e, portanto, não se deve... As pessoas são importantes, é verdade, mas se não tivermos um clima onde possamos viver, deixamos de ter pessoas.

Agora fora do roteiro, com aquilo que me disse, eu posso concluir que tem uma visão otimista... uma visão positiva do processo e uma visão otimista em relação ao futuro?

Tenho. Sem dúvida. Eu acho que efectivamente é esse caminho. Aliás, Tomar está já neste momento a fazer um roteiro para a neutralidade carbónica e quero, como a Comunidade Intermunicipal tem um plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas, quero que exista também um plano intermunicipal para a neutralidade carbónica. Porque eu acho, sinceramente, que o futuro passa por aí e que temos a obrigação de fazer alguma coisa. Sem dúvida. Demora tempo, tem que se mudar muita coisa, mas tem de se começar por algum lado.

Por último, acha que me esqueci de alguma pergunta? alguma coisa importante que eu devia ter perguntado? algo de importante que queria dizer sobre este processo?

Não, eu só gostava de enfatizar o seguinte, eu acho que o processo com algumas vicissitudes, mas isso aí foi, as vicissitudes foram mais entre os privados, porque discutia-se a questão do ponto de entrega. Havia uma empresa que dizia que o ponto de entrega era dela. Eu acho muito estranho o governo vender um ponto de entrega e não [o] concessionar. E, portanto, tirando essas questões, eu acho que o processo foi bastante participado e qualquer processo que é participado, apesar de na nossa cultura nós ainda não estarmos habituados à participação nos processos, mesmo a própria... fala-se muito nas questões de cidadania, que os cidadãos têm que participar, mas também não estão, quer por parte dos cidadãos, quer por parte das instituições, ainda não existe esta cultura da participação. Eu acho que um dos motivos, porque eu acho que este processo pode ter sucesso é precisamente a forma como ele foi feito e foi participado entre os actores locais, os regionais e os nacionais e os vários atores, empresas, poder público e instituições de ensino superior.

Informação

Aos trabalhadores da Central do Pego (no activo e em formação)

Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas



Não há tempo para esperar...

As garantias do Governo têm de ser assumidas e claras!

O processo de encerramento da Central a Carvão é conhecido já nos seus efeitos que nunca deixámos de avisar como de ter em conta nas várias vertentes. Neste quadro de preocupação pelas consequências de uma acção que não tivesse muitas incógnitas e suposições, sempre exigimos respostas com garantias. O SIESI foi a única estrutura que se desdobrou em esforços para salvaguardar os interesses dos trabalhadores e seus direitos.

Só dessa forma, foi possível obter um Despacho sobre o programa designado de "transição justa", mas que o fulgor do seu anúncio, com a presença do Sr. Primeiro-ministro, num acto realizado em Abrantes, contando com outras presenças de relevo, passou muito rápido a um quadro de incertezas dos trabalhadores em formação e dos que vêm agora os seus postos de trabalho também em causa, através de novo despedimento colectivo e outras dispensas, no caso das empresas indirectas, mas que sempre fizeram parte da actividade da Central.

Com uma linha intermitente, em resultado de muitas falhas, apenas o IEFP, a nível local, tem sido, face ao que nos chega, a entidade que procura "segurar as pontas", com cada vez mais dificuldade.

Como se sabe, a empresa que ganhou o concurso tem as suas responsabilidades expressas nos procedimentos do concurso e tem procurado falar connosco e dar nota dos passos dados.

Sem que se possa por aí responsabilizar terceiros, é o Governo que continua a negar respostas aos sucessivos pedidos de esclarecimento do SIESI e que já foram remetidos, por isso, ao Sr. Primeiro-ministro, bem como ao Sr. Presidente da República, pedidos urgentes de reunião.

Ao Sr. Presidente da Câmara de Abrantes foi dado conhecimento da situação que coloca em causa as garantias dadas em sessão realizada e apontada como um marco histórico na política de "transição justa".

Hoje, quase um ano passado e com as eleições realizadas, lamentamos que as portas abertas aos trabalhadores, a quem tanto se encheu a barriga de promessas, comecem agora a fechar-se e apenas nós, repetimos, continuamos a assumir os compromissos com todos os trabalhadores, independentemente da sua filiação sindical.

Mais, a reunião que estava marcada para fazer um ponto de situação do processo, suas virtudes e necessidades, não foi realizada até agora, embora estivesse prevista para setembro.

Caso o processo não evolua nos próximos dias, iremos marcar uma acção com os trabalhadores e a imprensa, para dar a conhecer o que se passa com os milhares de postos de trabalho e as condições que garantiriam aos trabalhadores, população e região do médio tejo.

Os trabalhadores são determinantes neste objectivo que visa assegurar a sua subsistência e das suas famílias, pelo que estamos a constituir um grupo de trabalho que possibilite uma frente ampla de intervenção a todos os níveis. Em breve iremos realizar uma reunião, em dia, hora e local a informar.

Até lá, agradecemos que este comunicado seja divulgado por todos os envolvidos, através das vossas possibilidades de contacto, e aproveitamos para solicitar que nos façam chegar os endereços de mail por onde podem ser contactados. Para isso basta enviar um mail para siesi@siesi.pt, com a indicação: central do pego/carvão, nome, ex. empresa e telemóvel.

10.10.2022

A Direcção



Defende os teus direitos. Junta-te a nós!

Avenida Almirante Reis, nº74, 4º, 5º e 7º andar – 1150-020 Lisboa 218 161 590 - siesi@siesi.pt - www.siesi.pt

Estudo de requalificação e identificação de oportunidade de emprego dos trabalhadores afetados pelo fim da produção de eletricidade a partir de carvão nas centrais do Pego e de Sines

Luís Capucha (Coordenador)

Alexandre Calado

Gonçalo Marçal

Teresa Evaristo



An aerial photograph of a nuclear power plant. Two large, white, conical cooling towers are the central focus, both emitting thick plumes of white steam that rise into the air. The towers are situated on a concrete pad. In the background, a tall, slender smokestack with a red and white striped pattern stands prominently. The surrounding area includes various industrial buildings, parking lots, and green spaces. The overall scene is captured from a high angle, showing the layout of the facility and its integration with the surrounding landscape.

Objetivos

Objetivo Geral

Medir o impacto no emprego e na atividade económica; Identificar oportunidades de reconversão/requalificação profissional dos trabalhadores; Identificar oportunidades de investimento no território

Objetivos Específicos:

1. Diagnosticar e caracterizar o perfil do emprego direto e indireto, dos trabalhadores, das empresas e dos setores de atividade potencialmente afetados;
2. Identificar oportunidades de reconversão sectorial das empresas e dos seus trabalhadores;
3. Identificar oportunidades de recolocação e criação de novos empregos e inter-relações do emprego, atual e futuro;
4. Identificar propostas e metodologias de intervenção inovadoras e sugerir medidas mitigadoras de eventuais impactos no emprego e potenciadoras do emprego, os instrumentos a utilizar e os recursos necessários;
5. Propor metodologias de intervenção inovadoras que tenham um carácter de acompanhamento, dos trabalhadores e das empresas, devendo considerar-se uma perspetiva de atuação precoce junto dos trabalhadores;
6. Identificar propostas de políticas, de medidas e de ações que assegurem o acompanhamento dos trabalhadores potencialmente afetados, a sua eventual reconversão para novas funções e a promoção de novos postos de trabalho.

Trabalhadores Afetados (Sines)

Dados relativos a trabalhadores que foi possível caracterizar individualmente

- ✓ Total de 272 trabalhadores, dos quais 109 pertenciam à EDP e 142 a prestadores de serviços (sem segurança, transportes, controlo bacteriológico, armazenagem, segurança, etc. que totalizam cerca de 37);
- ✓ 86,8% homens e 13,2% mulheres; média de idades de 50 anos (57 os da EDP);
- ✓ 16,4% até ao 2º CEB; 32,3% com o 3º CEB; 38,2% com o secundário e 13,1% com ensino superior;
- ✓ Grosso modo, identificam-se 4 grandes grupos:
 - Quadros técnicos superiores;
 - Operários de ofício
 - Operadores de máquinas e instalações automáticas
 - Trabalhadores pouco qualificados (restauração, limpeza, etc.)

Cenários de investimento anunciado com potencial de impacto na requalificação e empregabilidade dos trabalhadores

Curto Prazo:

- Energia solar fotovoltaica
- Turismo

Médio/Longo Prazo

- Biomassa (principalmente no Pego)
- Hidrogénio
- Data Center (Sines apenas)
- Redução de emissões
- Petroquímica e Química
- Logística (Sines)
- Indústria do papel e da pasta de papel (Pego)

Que investimentos, quando?
Quantos Trabalhadores? Que
perfil?

A única certeza:



As balizas para as propostas e recomendações

- **Duas orientações:**
 - **conter os impactos do encerramento das centrais no emprego (propostas diretamente orientadas para os trabalhadores afetados; curto prazo, conjunturais)**
 - **contribuir para a consolidação do Plano para a Transição Justa em cada uma das regiões (propostas orientadas para a criação de emprego, médio prazo) estruturais;**
- **Um Enquadramento estratégico: propostas de natureza sistémica que respondem aos desafios colocados ao sistema de qualificações pelos objetivos estratégicos associados ao Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica e ao Plano Nacional para a Energia e o Clima**

As balizas para as propostas e recomendações

- ❑ **Respeitar o Plano para a Transição Justa (discriminação positiva de pessoas e setores sacrificados a interesses gerais):**
 - Medidas de melhoria das competências
 - Medidas de apoio às pessoas que procuram emprego
 - Medidas de inclusão ativa
- ❑ **Obediência aos princípios da economia circular**
- ❑ **Medidas inovadoras no plano do emprego e da formação**
- ❑ **Procurar promover a intervenção precoce**
- ❑ **Políticas Integradas (educação, formação, proteção social, mercados de trabalho, fiscalidade, industriais, económicas) e envolvimento dos stakeholders em soluções negociadas**

As balizas para as propostas e recomendações

- ❑ Endogeneização setorial: requalificação e medidas ativas de emprego orientadas para o setor da energia (com exceção do turismo e o seu potencial para o segmento menos qualificado dos trabalhadores)**
 - Processos de descarbonização**
 - Processos de adoção de fontes de energia renovável**
- ❑ Evitar a obsolescência das qualificações (suporte à transição energética) e a degradação da empregabilidade**

1. Medidas de curto prazo (algumas com efeitos de mais longo prazo) diretamente dirigidas aos trabalhadores

- ✓ Balanço de Competências e elaboração de Planos Individuais de Carreira para todos os trabalhadores afetados que não tenham sido já recolocados
- ✓ Encaminhamento para processo de RVCC escolar e/ou profissional
- ✓ Inscrição dos trabalhadores afetados nos serviços de emprego como abrangidos por Processos de Transição Justa
- ✓ *Coaching* para a Empregabilidade (medida inovadora)
- ✓ *Mentoring* de iniciativas empreendedoras (objetivo: 5% dos afetados nas áreas eficiência energética, energias renováveis e gestão de resíduos)

2. Medidas de natureza sistémica no domínio das qualificações

- ✓ Acoplar à revisão do Catálogo Nacional para as Qualificações em curso a identificação transversal aos diversos setores de atividade e qualificações das competências necessárias (competências verdes) às necessidades de eficiência energética, redução de emissões de carbono, entre outras. Numa primeira fase focado nas atividades sobre as quais incidem medidas específicas do Plano Nacional para a Energia e Clima;
- ✓ Incluir as “competências verdes” no menu de ofertas modulares do IEFP (tal como acontece com as competências digitais)
- ✓ Colocar como condição no acesso a financiamentos à formação que a oferta formativa inclua módulos orientados para as questões da sustentabilidade e da transição climática e energética

2. Medidas de natureza sistémica no domínio do emprego

- ✓ Adotar formas de discriminação positiva nos acessos a medidas de emprego. Criar uma classificação específica para os trabalhadores abrangidos por processos de transição justa (PTJ). Os ativos inscritos ao abrigo de um PTJ têm acesso a um conjunto de condições diferenciadas quer nos apoios sociais, quer no acesso a formação quer no acesso a medidas ativas de emprego
- ✓ As empresas que sinalizaram trabalhadores como estando ao abrigo de PTJ não podem simultaneamente criar novos postos de trabalho com perfis de competências às quais estes trabalhadores poderiam aceder
- ✓ Os desempregados inscritos à procura de novo emprego terão acesso a uma majoração ao subsídio de desemprego desde que se encontrem em situação de disponíveis para formação e para o trabalho.
- ✓ Em certas condições, os inscritos ao abrigo de PTJ terão acesso a uma “via rápida” para acesso às ofertas de formação e de emprego

Medida Integradora: Coligação para a Transição Justa

A nível local/regional, competir-lhe-á gerir todo o programa de medidas e envolveria todos os *stakeholders*, incluindo os maiores empregadores (desde que não tenham desenvolvido práticas empresariais lesivas dos interesses dos trabalhadores sem prévia concertação social) que gerirá um Programa composto pelas medidas enunciadas.

O papel das instituições (IEFP, Centros Qualifica, IES, agências governamentais, empresas) estaria de acordo com as suas competências e as empresas teriam como função apoiar com recursos especializados para os programas de *coaching* e mentoria, e teriam de estabelecer compromissos relativos à priorização nas suas estratégias de recrutamento da integração profissional dos trabalhadores abrangidos.

Por favor, manter o foco nas propostas

Obrigado

